

resenha

de Política Exterior do Brasil

Número 83, 2º semestre de 1998

ministério das relações exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL
Número 83, 2º semestre de 1998
Ano 25, ISSN 0101 2428

A Resenha de Política Exterior do Brasil é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro Hélio Vitor Ramos Filho

Coordenação de Documentação Diplomática
Primeiro Secretário Henrique Archanjo Ferrari
Secretário Igor de Carvalho Sobral

Padronização
Hilton Ferreira da Silva

Editoração eletrônica
Hilton Ferreira da Silva / Diego Lins dos Santos

Endereço para correspondência:
Coordenação de Documentação Diplomática (CDO)
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, 1º subsolo
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9273, (61) 3411-9037, fax: (61) 3411-6591

© 2009 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

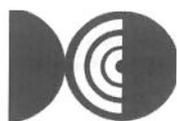
Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores. –
Ano 1, nº 1 (jun. 1974) -- Brasília, Ministério das Relações Exteriores,
1974 --.

126p.

ISSN 0101 2428
Semestral

I. Brasil – Relações Exteriores – Periódicos. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores

CDU: 327 (05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS

Cerimônia Comemorativa dos 4 Anos do Real

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia Comemorativa dos 4 Anos do Real. Brasília/DF, 1º de julho de 1998 7

Prevenção e Controle das Queimadas e Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia relativa ao Programa de Prevenção e Controle das Queimadas e Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento – Proarco. Ibama - Brasília/DF, 8 de julho de 1998 15

Almoço oferecido ao Secretário-Geral da Onu

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em almoço oferecido ao Secretário-Geral da Onu, Kofi Annan. Palácio do Itamaraty, 13 de julho de 1998 19

Almoço oferecido em homenagem ao Sr. Kofi Annan

Palavras do Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de almoço oferecido em homenagem ao Sr. Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas, ao final da Aula Magna. Brasília, 13 de julho de 1998 23

Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) e de adesão ao Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP)

Discurso do Senhor Presidente da República por ocasião da cerimônia de assinatura dos instrumentos de ratificação do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) e de adesão ao Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Brasília, 13 de julho de 1998 25

Seminário sobre Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico

Senhor Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, no Seminário sobre Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico. Auditório do Itamaraty, 14 de julho de 1998 27

II Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP

Pronunciamento do Senhor Vice-Presidente da República na II Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Cabo Verde, 16 de julho de 1998 29

Abertura da 1ª Reunião de Ministros de Educação do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral da OEA

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na abertura da 1ª Reunião de Ministros de Educação do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral da OEA. Palácio Itamaraty, 20 de julho de 1998 33

Visita ao Brasil do Presidente da África do Sul, Nelson Mandela

Discurso do Senhor Presidente da República no almoço que oferece por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da África do Sul, Nelson Mandela. Palácio da Alvorada, 21 de julho de 1998.....39

Cerimônia “Direitos Humanos - Novo Nome da Liberdade”

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia “Direitos Humanos - Novo Nome da Liberdade”. Palácio da Alvorada, 7 de setembro de 1998 41

Solenidade de Lançamento do Programa Especial de Exportações

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Solenidade de Lançamento do Programa Especial de Exportações. Palácio do Planalto, 8 de setembro de 1998 45

Cerimônia de premiação do “Concurso da Logomarca 500 Anos”

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de premiação do “Concurso da Logomarca 500 Anos”. Palácio do Planalto, 9 de setembro de 1998 49

Cerimônia de Entrega do Instrumento de Adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares

Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, por Ocasião da Cerimônia de Entrega do Instrumento de Adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (Tnp)(1). Washington, 18 de setembro de 1998 53

Abertura da 53ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas

Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, na abertura da 53ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Nova York, 21 de setembro de 1998 55

Almoço oferecido aos Chanceleres e Chefes de Delegação do Grupo Latino-Americano e do Caribe nas Nações Unidas

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, no almoço que ofereceu aos Chanceleres e Chefes de Delegação do Grupo Latino-Americano e do Caribe nas Nações Unidas. Nova York, 22 de setembro de 1998 61

Entrega do Prêmio de Qualidade do Governo Federal

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na entrega do Prêmio de Qualidade do Governo Federal. Palácio Itamaraty, 23 de setembro de 1998 63

Eleições 1998

Declaração do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, após as Eleições 1998. Palácio da Alvorada, 7 de outubro de 1998 69

Almoço em homenagem ao Embaixador Dido Florentín Bogado

Discurso pronunciado pelo Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, por ocasião do almoço em homenagem ao Embaixador Dido Florentín Bogado, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai. Brasília, 13 de outubro de 1998 77

VIII Reunião de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-Americana

Discurso do Senhor Presidente da República na sessão de trabalho da VIII Reunião de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Ibero-Americana. Cidade do Porto, Portugal, 18 de outubro 1998 79

Cerimônia de assinatura da Declaração de Paz entre o Equador e o Peru

Discurso do Senhor Presidente da República por ocasião da cerimônia de assinatura da Declaração de Paz entre o Equador e o Peru. Brasília, 26 de outubro de 1998 83

Cerimônia de Inauguração da Pavimentação da Rodovia BR-174

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Inauguração da Pavimentação da Rodovia BR-174. Boa Vista - RR, 23 de novembro de 1998 87

Audiência com a Delegação do X Congresso Interamericano do Ministério Público

Discurso do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, na Audiência com a Delegação do X Congresso Interamericano do Ministério Público. Palácio do Planalto, 25 de novembro de 1998 91

Jantar oferecido ao Primeiro-Ministro do Reino dos Países Baixos

Brinde do Senhor Presidente da República por ocasião do jantar que oferece ao Primeiro-Ministro do Reino dos Países Baixos, Wim Kok. Brasília, 25 de novembro de 1998 93

Cerimônia de Entrega do Prêmio de “Direitos Humanos 1998”

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Entrega do Prêmio de “Direitos Humanos 1998” e Comemoração do Cinquentenário da Declaração dos Direitos Humanos. Palácio do Planalto, 8 de dezembro de 1998 95

Cerimônia Comemorativa do Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia Comemorativa do Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Palácio Itamaraty - Rio de Janeiro/RJ, 9 de dezembro de 1998 99

Solenidade de entrega das metas da reforma agrária do ano de 1998

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na solenidade de entrega das metas da reforma agrária do ano de 1998. Palácio do Planalto, 21 de dezembro de 1998 103

ATOS INTERNACIONAIS	107
ARTIGOS	
“Quatro anos de Real: uma economia transparente“ Artigo do Senhor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República, publicado no Jornal Folha de São Paulo, 1º de julho de 1998	111
“O Itamaraty e os exportadores” Artigo do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no Jornal O Estado de Minas.. Minas Gerais, 30 de julho de 1998	113
“Brasil busca armas contra os EUA” Artigo do Senhor Luiz Felipe Lampreia Ministro de Estado das Relações Exteriores, publicado no Jornal O Globo, 10 de agosto de 1998	114
“A Cúpula do MERCOSUL no Rio de Janeiro” Sebastião do Rego Barros Ex-Secretário-Geral das Relações Exteriores, publicado no O Globo, O Estado de São Paulo, Zero Hora e A Tarde (Salvador), 9 de dezembro de 1998	115
ENTREVISTA	
Entrevista do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia ao jornal Correio Braziliense - Área de livre comércio das américas está em banho-maria. Brasília, 9 de agosto de 1998	119
ÍNDICE REMISSIVO	123

Cerimônia Comemorativa dos 4 Anos do Real

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia Comemorativa dos 4 Anos do Real. Brasília/DF, 1º de julho de 1998

Senhor presidente do Senado, senador Antônio Carlos Magalhães,
Senhor presidente da Câmara, deputado Michel Temer,
Senhores ministros de Estado,
Senhoras ministras de Estado,
Senhores líderes,
Senhores parlamentares,
Senhores sindicalistas,
Senhoras e senhores,

O ministro Malan apresentou, na sua exposição, um Brasil novo. Um Brasil que mudou - mudou muito e continua avançando - em que as pessoas vivem um pouco melhor e voltaram a ter confiança no futuro. E tudo isso começou com o Real, com a estabilidade da moeda. Porque o Brasil conseguiu tirar da pobreza, com o advento do Real, pelas informações disponíveis e, quem sabe, até mais do que isso, 13 milhões de brasileiros. Não é um fato que se possa por à margem.

Quando se fala tanto nos excluídos, ninguém propôs uma política social que incluísse mais brasileiros, do que a política de estabilização chamada Plano Real. Treze milhões de brasileiros comprovados, nas primeiras pesquisas feitas sobre os efeitos do programa de estabilização. É raro que um programa de estabilização, ao invés de provocar recessão e exclusão, provoque crescimento e inclusão. Isto foi o Plano Real. Não conheço muitos, se é que há algum, que tenha feito isso.

E nos mudamos muita coisa, porque não só

se retirou da pobreza uma massa de brasileiros, como houve uma grande transformação nas políticas públicas. Hoje, a prioridade são os pobres, e não como antes, quando eram os ricos. Fácil falar, difícil fazer. Mas é fácil exemplificar.

Na educação, a meta fundamental é também a escola fundamental. A prioridade é a escola fundamental. A universalização do acesso à escola. Pode-se criticar aqui e ali deficiências na área da educação, mas não se pode negar que jamais, como neste governo com a estabilidade, também se fez um esforço grande para cumprir aquilo que era o sonho de todos os educadores e de todo cidadão com consciência democrática neste país, que era universalizar o acesso à escola primária. Essa é a nossa meta fundamental, e está avançando.

Na saúde da mesma forma, o atendimento preventivo à população carente. Os dados são abundantes nesta matéria. Também não quero falar sobre números. Os senhores receberão os dados sobre isso, mas alguns programas têm sido enfatizados pelo ministro da Saúde e vem já de outros tempos, de outros ministros, mas que tem continuidade, tem ímpeto novo. Basicamente, o programa de acesso à população mais pobre aos bens da saúde, através dos agentes comunitários de saúde e dos médicos de família. Isto reduz e reduziu sensivelmente as taxas de mortalidade infantil e está reduzindo sensivelmente a necessidade do atendimento hospitalar, porque os agentes de saúde atendem, nas famílias, aqueles que são necessitados.

Não preciso mencionar a questão de saneamento, porque o ministro Malan já deu os dados aqui. E, diga-se de passagem, ele se referiu a domicílios. Se multiplicar por cinco o número de pessoas de cada domicílio, ver-se-á que, quando se atende cinco milhões de domicílios, são 25 milhões de pessoas que tem acesso ao saneamento ou a água potável, ou assim por diante.

Na habitação tampouco é necessário eu repetir o que nesses últimos dias tem sido dito abundantemente. Nós não apenas reconstruímos a necessidade de financiamento para habitação popular, através da Caixa Econômica e dos sistemas habitacionais dos Estados, como multiplicamos enormemente o acesso. Estamos baixando as taxas de juros, ampliando os prazos de financiamento e regularizando a situação daqueles que estavam com as prestações atrasadas.

Ao invés de se construírem, na área da habitação, grandes conjuntos que as grandes empresas faziam e ficavam desabitados, está-se dando, diretamente, o financiamento ao pobre, a classe média, àquele que precisa.

O mesmo posso dizer sobre a agricultura, onde o nosso esforço tem sido o de direcionar as nossas políticas públicas para os extratos de renda mais baixa. Ora, os resultados de tudo isso começam a aparecer. De 86 a 93, portanto antes do Real, a renda dos brasileiros caiu, mas caiu mais a dos mais pobres e menos a dos mais ricos. De 93 a 96, os dados aí estão, ao contrário, a renda dos brasileiros aumentou. Mas, proporcionalmente, aumentou mais a dos mais pobres, do que a dos mais ricos.

Esta mudança é essencial para dar sustentação à afirmação que nós todos fizemos, de que estamos com políticas sociais orientadas para os extratos mais pobres da população. Nós estamos dizendo isso. Mas não somos só nós a dizer isso. Quero antecipar que há indicadores. E os indicadores são internacionais. Os dados preliminares do relatório da ONU sobre o desenvolvimento humano, que recebi na semana passada, confirmam de forma cabal uma melhoria expressiva na qualidade de vida da

população. Esses dados serão publicados mais adiante. Mas, pela primeira vez, eles incluem os resultados ocorridos no ano de 95, pós-Real. E não só as condições sociais melhoraram como - e isso é significativo, realmente um fato importante - nós mudamos de categoria.

O Brasil estava sempre categorizado entre os países de desenvolvimento humano baixo. Estávamos no grupo de renda dos países de índice médio, porque estávamos mal colocados. Pois bem, agora nós passamos ao grupo de alto desenvolvimento, ou seja, ao mesmo grupo dos países industrializados mais desenvolvidos. Por certo que estamos aí, não à frente, estamos colocados ainda numa posição que não dá tranqüilidade. Nós queremos mais. Mas é um fato importante. Porque todos os anos, quando se publicavam os indicadores de desenvolvimento humano da ONU, havia um festival de interpretações sobre como o Brasil ia mal.

Espero que, quando se publiquem esses dados, não se faça um festival de como vai bem, mas que se reconheça que nós estamos trabalhando, estamos melhorando, que a população está vivendo um pouco melhor, embora mereça viver muito melhor. É um dado importante, porque é um dado internacional.

Então como é possível dizer que nós não cuidamos do social? Que governo fez mais pela escola fundamental? Quem investiu mais na saúde? Quantas vezes eu ouço afirmações de que a CPMF não foi usada na saúde? A CPMF são 7 bilhões e meio de reais. O orçamento da saúde gira ao redor de 20 bilhões. Logo, são querelas orçamentárias. Não são querelas de fato quanto a se está ou não disponibilizando mais recursos para a saúde. Quando assumi o governo, eram 64 dólares per capita. Hoje, deveremos ter acima de 110 dólares per capita. Estamos dobrando o investimento na saúde e mudando a orientação e fazendo com que a saúde fiscalize, com que se fechem hospitais. E, agora, o Congresso aprovou uma lei importante para que se possa punir com cadeia aqueles que falsificam remédios. Não é só uma mudança de números. É

uma mudança de atitude.

E quem combateu com mais rigor a fraude na Previdência Social? Que governo gastou 12 bilhões de reais em programas de renda mínima? Os brasileiros não sabem que o Brasil tem programa de renda mínima. Mas tem. Nós temos um programa chamado LOAS, que foi iniciado neste governo, que atende os idosos e os que são portadores de deficiência física e cujas famílias não tem condições de sustentá-los. Não existia esse programa. Ele está custando cerca de 1 bilhão de reais. Nós temos um programa que diz respeito - e esse é antigo - à Previdência Rural, para aqueles que não contribuíram para a Previdência, mas que recebem, com justa razão, um apoio da Previdência Social. No conjunto, desse e de outros programas, são 12 bilhões de reais.

Que governo tirou crianças dos trabalhos penosos? Este governo dá bolsa-escola e tira dos trabalhos penosos na cana-de-açúcar, no sisal, na carvoaria, no sal, dezenas de milhares de crianças. É difícil tirar do trabalho penoso, porque eles tem que ir para a escola e não há escola. É preciso haver um esforço coletivo conjunto do Ministério da Educação, do Ministério da Previdência, da Prefeitura, do governo estadual e do governo federal, para que nós possamos dar mais dignidade às nossas crianças.

Que outro governo fez mais do que o nosso pela reforma agrária? Trezentas mil famílias assentadas. Some-se tudo - repito - some-se tudo que foi feito no Brasil e não se chega a esse número. Faremos, em 4 anos, mais do que em toda a História do nosso país.

É ou não é demagogia dizer que este governo não olha para o social? É ou não é palavra vã, que se perde, por certo, diante dos dados? E o que nos estamos aqui mencionando são fatos, fatos. E, contra fatos, não há retórica.

Quem não vê isso, os que mais criticam, criticam ou sem saber ou porque não têm nada para propôr. E, não havendo nada a propôr, critica-se o que está sendo feito. Mas o povo já está muito cansado de frases de efeito e, sobretudo, dessa

retórica dos anos 50. Nós temos saudades dos índices de inflação dos anos 50 - retomamos. Da retórica, não. Não a queremos. Queremos olhar para o futuro, para o próximo milênio.

Creio que nós temos, hoje, condições de investir, e investir mais, e podemos, hoje, avançar, e avançar mais rápido, como disse o ministro Pedro Malan. E o que está pela frente como desafio é a construção, não de uma nova economia, mas de uma nova sociedade, de um novo pacto na sociedade. Tenho me referido a esse tema com certa insistência, porque nós temos que ter presente que hoje, mantidas as condições de estabilização da moeda, havendo condições, como há, para o crescimento sustentado, havendo políticas sociais orientadas para os mais necessitados, precisamos ter mais coesão social. Mais coesão social implica uma espécie de novo pacto social.

Houve outras experiências, em outros países, de pactos políticos para passar-se dos regimes autoritários aos regimes democráticos. Nós, aqui, passamos do regime autoritário para o regime democrático em uma espécie de pacto difuso, sem que houvesse necessidade da formalização de um pacto político. Para passarmos à nova sociedade, precisamos de algo mais, precisamos de um comprometimento mais efetivo da sociedade, do governo e da cidadania, de cada cidadão, para que tenhamos novas formas de solidariedade, novas formas de sociabilidade, novos mecanismos de coesão social.

E, aí, não ha como deixar à margem os programas que mencionamos: educação, saúde. E não posso deixar de falar de emprego. Seria uma omissão imperdoável falar do Real, falar da estabilidade, falar das políticas sociais e não mencionar a questão do emprego. Muitos países estão enfrentando, como todos sabemos, a questão do emprego. Alguns tem tido êxito. Outros, não. Os que tiveram êxito - veja-se a Inglaterra, vejam-se os Estados Unidos - foram países que conseguiram, não apenas a estabilização da moeda, que ou já a tinham ou a mantiveram, senão que conseguiram também

um crescimento sustentado e que puseram em ordem as contas públicas.

Ora, o nosso povo, como disse o ministro Malan e como nós todos sabemos - e temos repetido - foi capaz de entender um mecanismo complexo para acabar com a inflação. Um povo que entendeu a URV - basta dizer a sigla URV, ela própria abstrata - um povo que entendeu a URV e que venceu a inflação, por que não vai vencer os problemas que nós temos pela frente na questão do desemprego? Vai vencer, com a condição de que nós mantenhamos a estabilidade, o crescimento sustentado, as políticas públicas e orientemos a nossa ação na direção de um crescimento da oferta de emprego.

O governo está preparando programas. Já há programas em marcha. Fará novos programas. E nos temos alguns pontos importantes. O primeiro, já mencionei, que é o crescimento. Cinco anos consecutivos de crescimento, a queda da taxa de juros. Uma queda que se fará com critérios técnicos, mas olhando a política internacional, vendo os perigos e as vantagens, vendo a nossa situação. Mas o rumo está definido: de uma queda gradativa da taxa de juros, para que possamos, realmente, ter um ímpeto maior no nosso desenvolvimento, a continuidade dos programas de infra-estrutura.

O programa Brasil em Ação permitiu, realmente, que o Brasil, eu poderia dizer, despertasse para a necessidade da sua infra-estrutura de transporte, de energia, de portos e assim por diante. Não quero fazer, aqui, um balanço - já o fiz tantas vezes - mas o fato é que estes 42 projetos prioritários, e não são os únicos - há outros projetos que não estão no Brasil em Ação e que são muito importantes - estes 42 projetos prioritários que incluem, se posso chamar assim, também a infra-estrutura social, e aí está incluída a educação, estão incluídos problemas de saúde, estamos incluindo programas de saneamento. Estes pontos fundamentais, estratégicos, estão em marcha, estão realizando. Ainda anteontem, inaugurei o porto de Sepetiba.

Na semana anterior, foram a usina da Serra da Mesa, a usina Corumbá, de geração de energia

elétrica, em Goiás. Antes, foram Tucuruí, o linhão do Tramo Oeste de Tucuruí, lá no Pará. Das seis usinas, unidades geradoras de energia de Xingó, cinco foram feitas neste governo. Estamos, agora, interligando a energia do Norte com o Sul. Estamos estendendo a energia de Xingó para toda a região do Nordeste. Lá, em Tucuruí, cuja energia era gerada para servir as produtoras de alumínio do Maranhão. Passamos a utilizar esta mesma energia para dar energia à região da Transamazônica, na região de Altamira, e vamos chegar até Rurópolis, no outro lado, para a região de Cameta, também, na direção de Belém. Só em Goiás, nós temos 31 projetos em marcha, de pequenas e médias usinas de energia elétrica.

Os portos brasileiros, os grandes portos, o porto de Pecém, no Ceará; o porto de Suape, em Pernambuco; o porto de Sepetiba, no Rio de Janeiro, as docas do Rio de Janeiro, a modernização das docas de Santos, o porto do Rio Grande, todos foram mexidos pelo governo federal em 3 anos e meio. Todos estão passando a obedecer à nova lei de portos.

Nós retomamos estradas que estavam paradas há anos. Só para mencionar a mais importante, a que vai de Belo Horizonte, estamos duplicando - já começou no governo anterior - a Fernão Dias, que vai de Belo Horizonte a São Paulo. A Dutra, nós passamos ao regime de concessão de obras públicas. A BR 116, de São Paulo ao Paraná. A 101, que passa por Santa Catarina, vai ao Rio Grande, vai até Osório. A 290 que vai de Porto Alegre até Uruguaiana, para conectarmos o Brasil com o Mercosul. Mas não esquecemos do Norte. A 364, a 174, que vai para a Venezuela. Enfim, realmente, nós despertamos esta infra-estrutura do Brasil.

É claro que isso vai permitir, o que é fundamental, no item crescimento, aumentar as exportações. E neste sentido, das exportações, nos estamos reduzindo os custos. Estamos exportando mais, temos metas de exportações, imaginamos que no próximo ano possamos crescer mais de 10%. A meta é de 13%, dois dígitos nas exportações, e isso é fundamental, porque cada bilhão de dólares

adicional em exportação rende 65 mil empregos. Então, vamos continuar crescendo. Se quiserem um indicador mais direto de investimento, se for com relação ao investimento direto estrangeiro, no ano passado foram 16 bilhões de dólares. Neste, serão 20 bilhões. Se formos ver os projetos já em marcha daqui até o ano 2003, mais de 400 bilhões de reais estão programados para serem investidos. Os dados não são meus, não são do governo, são da Gazeta Mercantil. Portanto, nós vamos crescer, crescer com estabilidade e, no fim deste ano, já estaremos rodando, de novo, a economia numa taxa de 3 a 4% ao ano, para que possamos chegar ao ano que vem com uma taxa maior ainda, mais sustentada, desde que tenhamos condições macroeconômicas, não só no Brasil, mas no mundo, que permitam que nossos programas sigam, como vinham seguindo, até que houve a interrupção da crise asiática.

Já mencionei, portanto, o crescimento da exportação, como outro fator que é agregador de emprego. É preciso, agora, um terceiro fator, que é apoiar a pequena e média empresa, com mais energia. Nós fizemos um programa chamado Pronaf, que não existia, e que é um financiamento para o pequeno agricultor familiar. No primeiro ano de sua existência, no meu governo, atendeu 30 e poucas mil famílias, no ano passado 500 mil. Este ano, serão mais, porque nós pusemos à disposição do Pronaf quase 2 bilhões de reais, e baixamos a taxa para este tipo de empréstimo, que era de 6,5%, para 5,75% ao ano, sem mais nada. Sem mais nada.

E também para o produtor - que não é o pequeno - nós baixamos a taxa de juros de 9,5 para 8,75% ao ano. E pusemos à disposição da agricultura 10 bilhões e 300 milhões de reais. No ano passado, foram 7 bilhões e pouco. Portanto, há mais empregos sendo gerados na expansão da agricultura, na expansão da exportação.

É certo que, além do Pronaf, que garante a subsistência de milhares de famílias no campo, nós temos o Proger. E o ministro do Trabalho está elaborando mecanismos para desburocratizar e tornar mais ágil o Proger, que é para a pequena e

média empresa da cidade, para a microempresa. E não esquecer nunca que esse governo reduziu os impostos da pequena e da microempresa, criando um só imposto, que é o chamado Simples, que reduziu drasticamente os custos e que se mais não se fez foi porque os Estados não aderiram ao Simples, no ICMS. Mas o governo federal fez a sua parte, o que não quer dizer que não vai fazer mais para a pequena e média empresa porque ela é, realmente, a grande incubadora de emprego, geradora de mão-de-obra.

Tudo isso requer que o governo se mobilize mais. E o governo está se mobilizando mais para que nós possamos ter maior energia na geração de empregos. Nas últimas semanas, mostramos de que maneira foi possível, não só a Caixa Econômica, mas também o BNDES - e eu digo que na questão da agricultura foi o Banco do Brasil - que esses grandes órgãos financiadores do governo agissem com mais energia para que os recursos cheguem lá a quem precisa, na ponta: o consumidor. E aí é uma luta contra a burocratização.

A luta contra a burocratização tem que ser um lema essencial do governo, porque se toma uma decisão e a decisão não é cumprida porque vai sendo entorpecida por canais burocráticos. Temos demasiados papéis, demasiados s.m.j. - salvo melhor juízo -, mas nós não precisamos de melhor juízo nenhum. O nosso juízo tem que ser o destino a favor do pobre, do povo, de quem precisa, e não o papelório burocrático. Esta luta é fundamental para que nós possamos, efetivamente, atender as populações carentes. Não basta a vontade política. É preciso que haja uma organização da máquina burocrática para que ela sirva ao povo, atendendo as decisões, quando as decisões são, como é o caso, favoráveis ao povo.

Mas também, nessa mesma área de atendimento a um programa realista não demagógico de expansão do emprego, a educação é fundamental. Nós sabemos que é preciso que o trabalhador tenha uma maior qualificação para que consiga uma melhor aceitação no mercado de trabalho e para que ganhe melhor. Pois bem, assim como nós fizemos um grande

esforço em educação primária, estamos fazendo um esforço para que a escolaridade média do trabalhador passe de 8 para 11 anos. E acho que nós estamos nessa meta avançando, porque a matrícula no curso secundário aumentou 40%.

Nós hoje temos 7 milhões de brasileiros das escolas secundárias. Isso significa que a escola primária funcionou, que o ciclo básico funcionou. Houve menos evasão, forçou-se a entrada no curso secundário. E nós estamos reformando todo o sistema - e o sexto ponto a mencionar - de requalificação e de profissionalização. Nós vamos passar de 120 para 240 mil o número de vagas e de alunos, no Ministério da Educação, na área do ensino técnico e profissional. Porque aí nós precisamos, como fizemos na escola fundamental, de uma nova revolução branca para que melhoremos a qualificação dos nossos trabalhadores.

E devo dizer que o Ministério do Trabalho, através do FAT - que é o Fundo de Amparo ao Trabalhador, um programa que é controlado, também, pelos sindicatos, em cooperação - tem treinado maciçamente os brasileiros. Este ano passarão por cursos de retreinamento, 2 milhões de brasileiros - 2 milhões de brasileiros. Não se nota. O Brasil tem 160 milhões de habitantes, é um país continental, é um país onde tudo é uma gota d'água. Mas 2 milhões passando pelas salas de aula é muita coisa. E não são salas de aulas formais, são nós sindicatos, nas associações, em quaisquer níveis da administração.

E o governo federal não se preocupa em botar placa: "Ministério do Trabalho - Governo Federal". Não, o governo federal quer que as cabeças, as mentes e os corações, como disse o ministro Pedro Malan, estejam abertos. Não importa que não esteja luzindo o nome de quem dá o recurso, até porque esse recurso vem do povo mesmo, saiu do imposto e o que nos corresponde é devolve-lo ao povo sob forma de melhor treinamento.

Devo dizer, ainda, que nós precisamos encarar, nessa questão do emprego, com seriedade, modificações importantes na legislação trabalhista,

garantindo, por certo, os direitos dos trabalhadores, mas não nos fechando aos desafios do século. Os países que avançaram flexibilizaram formas de contrato de trabalho, não em detrimento do trabalhador, mas em detrimento da informalidade, porque quando se faz uma legislação rígida o que acontece é que o trabalhador vai para a informalidade. Talvez até ganhe um pouquinho melhor, mas não tem a assistência social necessária, ou melhor, quando a tem, não é paga por ele e nem por seu empregador. É paga pelos outros, pelo resto da população. Isso tem que mudar. Nós temos que enfrentar, em cooperação com o Congresso - e enfrentaremos, no momento apropriado - a modificação da legislação trabalhista, repito, garantindo os direitos dos trabalhadores. Mas é preciso uma revisão nisto aí.

Ora, essas ações que estou mencionando, certamente, não são nem espetaculares e nem enganosas. Não fizemos o Real com medidas espetaculares e nem enganosas. Nós fizemos o Real explicando ao povo o que era inflação e como combatê-la. Nós não vamos acabar com o desemprego mentindo, utilizando técnicas de: "Eu resolvo, porque vou crescer a economia a 10% ao ano. Eu resolvo, porque eu baixo a taxa de juros...", sem poder baixar, sem poder crescer, sem saber do que se trata. Não é assim. Nos vamos fazer tudo isso com um trabalho sério, competente e, sobretudo, de um governo que é honrado. E, por ser honrado, também não exagera no que faz. Por ser honrado, não engana nem com canetaços, nem com quaisquer outras medidas de pirotecnia, que não resolvem, mas um governo que sabe que o país tem rumo, um governo que sabe que, como nós enfrentamos a inflação, vamos também enfrentar, trabalhando duramente, a questão do aumento da oferta de emprego. Isto é compromisso nosso.

Hoje, no dia em que o Real comemora o seu quarto aniversário, em que entramos no quinto ano, acho que o Presidente da República tem a obrigação de dizer aos brasileiros, não só que a esperança continua firme, a chama acesa, não só que houve modificações, mas também que há problemas, como

eu acabei de mencionar. Mas há mais do que isso: há uma vontade inquebrantável de servir ao país. Uma vontade que vem, eu até diria, de uma consciência histórica que nós todos temos de que o Brasil está diante de opções que são fundamentais para que entre no próximo milênio com todas as condições de ser uma grande nação, não uma potência – isso foi em outra época -, uma grande nação. Grande nação e um país no qual o povo se sente feliz, no qual o povo se sente participante, no qual ele pode ser mobilizado, no qual não se nega ao povo a

informação, nem os problemas, mas um país no qual nós temos a capacidade de estender as mãos, com sinceridade, sem demagogia, com firmeza, e dizer: Nós vamos avançar mais. Este país merece que nós avancemos.

E, se isto aqui foi o símbolo desses anos do Real, daqui para a frente este símbolo é infra-estrutura, é base para um salto pelo crescimento e um salto pelo bem-estar social do povo brasileiro.

Muito obrigado.

Prevenção e Controle das Queimadas e Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia relativa ao Programa de Prevenção e Controle das Queimadas e Incêndios Florestais no Arco do Desflorestamento – Proarco. Ibama - Brasília/DF, 8 de julho de 1998

Senhor ministro Gustavo Krause, do Meio Ambiente,

Senhor ministro de Ciência e Tecnologia, Israel Vargas,

Senhor secretário de Políticas Regionais, ministro De Angelis,

Senhores ministros que aqui se encontram, Senhores embaixadores da Argentina, da Venezuela,

Senhor governador Valdir Raupp, de Rondônia,

Senhor presidente do Ibama, Dr. Eduardo Martins,

Diretor-Geral do INPE, Márcio Nogueira Barbosa,

Senhores secretários estaduais de Meio Ambiente,

Senhoras e Senhores,

Nós, hoje, tivemos uma exposição breve, direta, a respeito da questão dos incêndios. Especialmente nas exposições que nos foram apresentadas, conversou-se sobre o que aconteceu em Roraima. É certo que o incêndio em Roraima teve um impacto bem menor do que se anunciou na época, bem menor.

O Dr. Martins mostrou e, depois, o Dr. Márcio disse que eles estão fazendo, ainda, análises

para confirmar a área atingida. Essa área atingida, não se sabe ainda exatamente qual é mas, certamente, é muito inferior aos 10 mil quilômetros quadrados. Vamos imaginar que seja metade disso, seriam 5 mil, menos ainda, digamos, 3 mil quilômetros quadrados.

Quero lembrar que o Estado de Roraima tem 225 mil quilômetros quadrados - 225 mil. A área afetada é ao redor de 3 mil quilômetros quadrados. Mas ainda desses 3 mil - foi o que nós vimos pela exposição do Dr. Martins - 80% dos 3 mil foram afetados. Portanto, 2 mil e 400. Desses, 1,5% é que realmente afetou árvores de grande porte, chegou a copa das árvores.

É bom que se diga e que se insista em que o incêndio proveio da savana, do cerrado e das práticas habituais de queimada para a produção agrícola.

Tudo isso, se se traz o incêndio para a proporção de vida, não diminui a preocupação que devemos ter com os incêndios, porque 1 mil kms quadrados que sejam, nós temos que estar preocupados e alertas. Portanto, nós não estamos aqui simplesmente para dizer “não houve nada em Roraima”. Houve, sim. Nós reagimos, tentamos controlar o fogo, viu-se como isso foi feito, de forma efetiva. Agradeço, para começar, a cooperação da Argentina, dos bombeiros argentinos e venezuelanos que lá estiveram, mas também a cooperação dos

nossos bombeiros. Aqui, nós vimos - hoje mesmo, pelas menções que fizemos aos Corpos de Bombeiros de vários estados da Federação e, especialmente, de Roraima - o imenso esforço que foi feito pelos combatentes do fogo para que isso pudesse ocorrer.

Também e de meu dever dizer, como já foi dito, que nós não poderíamos ter feito o que fizemos sem a Força Aérea e o Exército, sem que houvesse realmente - e eu aproveito os ministros que aqui estão, para agradecer a presença, que aliás é constante, das nossas Forças Armadas na defesa do interesse do povo, do interesse do país. E, mais uma vez, nós vimos isso lá em Roraima, e o general comandante da brigada simbolizou esta ação muito eficaz, muito direta.

Bem, há males que vem para o bem. Creio que a surpresa mesma do modo como foi divulgado o incêndio de Roraima e o próprio fato do incêndio de Roraima nos leva, nos levou já a coordenar mais nossas ações. A uma ação mais imediata e mais pronta. Nós sabemos, e aqui se viu, mesmo nas fotografias feitas pelos satélites.

Aproveito para dizer que o INPE está fazendo um trabalho extraordinário. Sei o que significa de matemática por trás de tudo isso e de esforço muito grande de pessoas, de engenheiros, de técnicos, de colaboradores. Assim, como na questão do Ibama, agora, nós estamos fazendo a junção de tudo isso. É claro que - repito - isso significa que houve um esforço, mas há fatos naturais e o fogo ocorre em certas épocas do ano em toda parte da Terra. Ainda agora, e aproveito para estender a nossa solidariedade aos Estados Unidos, porque nós estamos vendo nas fotografias da Flórida, incêndios de uma proporção gigantesca. E as dificuldades que há para coibir os incêndios.

Coibir incêndio implica articulação de ações. Daí a importância da Secretaria de Políticas Regionais, de estar, também, diretamente vinculada a esse programa, porque se não houver articulação, nós não vamos resolver a questão. Mesmo com articulação é difícil. O incêndio na Flórida está

mostrando isso num país poderoso, organizado como os Estados Unidos. Evidentemente, lá ninguém pensa que o presidente Clinton seja responsável pelo fogo na Flórida, porque toda gente sabe. Primeiro, é um fato natural que ocorre. Segundo, é preciso um esforço coordenado. Terceiro, é muito difícil controlar os incêndios. Mas a dificuldade não nos exime da responsabilidade de uma ação mais pronta, mais enérgica.

É isso que nós estamos vendo aqui, os preparativos para a defesa da Amazônia no que diz respeito, sobretudo a este arco de devastação, que é um arco perigoso, porque é onde os incêndios podem ocorrer, como nós vimos na sala de situações. Isso me deu a sensação de que nós, hoje, estamos, digamos, alertas. Nós temos as informações, a base científica, a base organizacional, o INPE, o Ibama, a Secretaria de Políticas Regionais, seus técnicos, seus funcionários, estão todos voltados para essa questão da prevenção.

E estamos agora, começando - insisto - começando a fazer o que é essencial. O essencial é a articulação. Primeiro, entre o governo federal, os governos estaduais e os governos municipais. Mas tão importante quanto isso e a articulação com a sociedade. E, aí, temos vários lados: temos o agricultor que tem que ser melhor informado, e que não pode ser um destrutor de árvores. Aí, o Meio Ambiente, o Ibama, a educação ambiental são fundamentais. E é possível fazer o desenvolvimento sustentado, sustentável, que se reproduza no decorrer do tempo, se se tomarem os cuidados que são pertinentes e necessários.

Mas tão importante quanto lidar com o agricultor, é lidar com as organizações que protegem o meio ambiente. Eu quero aqui fazer um agradecimento muito especial ao Grupo de Trabalho Amazônico - o GTA - porque está cooperando, porque está percebendo que não se trata de outra coisa, senão do interesse do meio ambiente, do país e do povo do Brasil. Não está cooperando com o governo tal ou qual. Esta cooperando com o país. Isso é muito importante. Isso é o novo no Brasil. É o

novo no Brasil. Nós vamos precisar mais e mais de uma articulação com a sociedade civil, com as organizações não-governamentais. E esse GTA representa uma espécie de holding das organizações não-governamentais, se é que eu posso falar a palavra holding nesse sentido, que não é econômico. Mas a verdade é essa.

Então nós estamos nos organizando para isso. Isso não quer dizer que nós não tenhamos riscos, não estejamos a correr riscos. Estamos correndo riscos, daí os decretos que acabo de assinar, regulamentando a questão das queimadas e fazendo com que haja, também, um incentivo a essa queimada comunitária. Mas esses riscos existem, porque o Brasil é muito grande, a área afetada é imensa e a nossa capacidade de conhecer é mais rápida do que de atuar. Em certas circunstâncias, a lucidez só aumenta o sofrimento. Na política é assim também. A gente sabe o que vai acontecer e, muitas vezes, não tem a capacidade de evitar que aconteça.

Nós estamos, neste momento, nos preparando, porque nos já sabemos o que pode acontecer. Temos instrumentos científicos para saber o que pode acontecer. Nosso desafio é evitar que aconteça. E isso é um risco, e esse risco requer uma ação pronta do governo, do ministro do Meio Ambiente, do ministro da Ciência e Tecnologia, do ministro de Políticas Regionais mas, principalmente, dos que estão ali, na linha de frente. E a linha de frente são os que vão apagar o fogo, são os helicópteros que vão chegar lá, são os helicópteros que tem sensoramento remoto, são os carros bem equipados. É a articulação disso com a sociedade local.

O Brasil é imenso. Nós vamos fazer, não sei, vi ontem, lá, 28 grupos. É nada para o tamanho do Brasil. E é muito para o desafio nosso de pouca capacidade de organização. Daqui para a frente, isto é responsabilidade de todos nós: do Presidente da República - que não se furta às responsabilidades de assumir risco e assumir as responsabilidades pelos erros também - dos ministros, dos funcionários. Mas

é, também, do país, da sociedade, do governador, dos prefeitos, das organizações não-governamentais, dos produtores, de todos em conjunto.

Acho que, com realismo, sem imaginar que, porque nós temos aí um equipamento suficiente para nos alertar, para nós sabermos as coisas, que nós, com isso só, vamos conseguir evitar incêndios maiores - sabemos que não - mas o principal é essa mobilização para que possamos, efetivamente, proteger o que é necessário, o meio ambiente, a floresta, as vidas humanas, a capacidade produtiva do país, que dependem de uma compreensão adequada de como é que se preserva o meio ambiente e, ao mesmo tempo, se desenvolvem os recursos, as potencialidades que a natureza esta a oferecer ao nosso país.

Esse é o nosso desafio. É um desafio de mobilização, de articulação, de boa vontade, de boa fé, de respeito. E termino - até porque o meio ambiente é muito positivo aqui, e um lugar extraordinário, o sol é inclemente - termino dizendo o seguinte: cabe uma palavra direta de agradecimento aos que estão envolvidos neste trabalho. Aos técnicos, aos que fazem os softwares, aos que estão dando informação uns aos outros, aos funcionários, aos trabalhadores do fogo que vão lá arriscar a vida, ao Corpo de Bombeiros - instituição memorável que nós temos no Brasil, que precisa ser valorizada em todas as unidades da federação. Na hora dura, são eles que vão lá se arriscar.

Acho que hoje cabe um agradecimento. E creio que a pequena recordação do que fizemos ao distribuir um diploma de reconhecimento é apenas uma pequena expressão de um imenso mérito que o Brasil reconhece nos seus bombeiros.

E eu, ao terminar, também quero dizer que recebi uma recordação daqui desta visita ao Ibama, composta por pedaços de madeira brasileira, da melhor maneira possível: uma bola. Para significar que nós vamos jogar essa bola e fazer gol no próximo domingo. E vamos ser campeões do mundo.

Muito obrigado.

Almoço oferecido ao Secretário-Geral da ONU

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em almoço oferecido ao Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan. Palácio do Itamaraty, 13 de julho de 1998

Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas,
embaixador Kofi Annan,

Senhores embaixadores aqui presentes,
Senhor ministro Luiz Felipe Lampreia,
Senhores ministros,
Senhores parlamentares,
Senhoras e senhores,

Eu pedi para quebrar um pouco o protocolo. Embora não estivesse previsto que eu devesse falar, eu não queria perder a oportunidade de, neste instante, dizer, diretamente, ao embaixador Kofi Annan da nossa alegria por tê-lo entre nós.

Eu sei que a sua passagem pelo Rio e sua chegada à Bahia já demonstraram o carinho do povo brasileiro à sua figura. Mas creio que, mais do que um dever, é uma alegria para mim, como presidente do Brasil, poder dizer que nós estamos diante de um estadista mundial.

Suas palavras, neste instante, foram generosas para com o meu país, para comigo, mas foram palavras, por outro lado, sábias com respeito aos objetivos gerais das Nações Unidas e mesmo aos desafios da Humanidade, na aproximação do novo milênio. E sua referência, especialmente, a Lúcio Costa e ao desenho de Brasília é uma referência bem-vinda, até porque um outro visitante ilustre, que por aqui esteve na ocasião da fundação de Brasília, André Malraux, disse que Brasília era a Capital da Esperança.

E a esperança, hoje, está toda ela na capacidade que os povos venham a ter, através de seus governos, da manutenção da paz, do combate à pobreza, do combate ao uso das drogas, do combate às armas atômicas. E tudo isso depende do fortalecimento das Nações Unidas e de um espírito de multilateralismo ativo, que é a posição do Brasil.

O Brasil, como todos sabem, foi fundador das Nações Unidas. E nós temos nos empenhado, como Vossa Excelência mesmo disse, em participar, dentro dos limites das nossas forças, na construção de um mundo pacífico.

E eu creio que o exemplo da sua ação pessoal, recentemente, na última crise do Iraque, demonstra o quanto as Nações Unidas são valiosas e demonstra o quanto, como ouvi de Vossa Excelência há poucos instantes, o poder, mesmo o poder mundial mais forte, mesmo o poder atômico, tem limites diante da formação de uma opinião pública mundial.

Eu acho que isso significa o começo efetivo da construção de uma ordem mundial mais democrática, na qual nós respeitamos, naturalmente, as diferenças de capacidade econômica, de capacidade de ação social, mesmo de estrutura dos Estados, mesmo do desenvolvimento tecnológico, científico dos países que mais prosperaram. Nós buscamos, nós próprios, como país - no nosso caso,

do Brasil - andar o mais depressa possível nessa mesma direção. Mas nós todos sabemos também que o poder tem limites e que, no mundo de hoje, não há país poderoso, quando esse país não é capaz de ser sensível aos clamores do mundo. Para a sorte de todos nós, esta é uma compreensão que se generaliza, mesmo entre os países mais poderosos.

Eu disse a Vossa Excelência e repito de público que, nas últimas conversas que tive com o presidente Clinton, me pareceu muito claro que o presidente dos Estados Unidos tem a compreensão correta dessa situação e sabe, portanto, que é preciso que exista uma participação cada vez mais ativa de países como o Brasil, que são países que estão devotados a causa da paz. Mas nós sabemos também que essa participação tem de dar-se dentro do âmbito das Nações Unidas.

Prestigiaremos todas as iniciativas para que a paz prospere no mundo e o desenvolvimento econômico e para que nós tenhamos capacidade de lidar com os fenômenos emergentes, como a volatilidade dos capitais. Prestigiaremos, independentemente do grupo que se está associando a esses objetivos. Mas sabemos que há um momento em que é preciso institucionalizar as negociações. Este é o momento das Nações Unidas.

Se, depois da Segunda Grande Guerra, a Humanidade toda depositou confiança nas Nações Unidas, agora, mais do que nunca, é necessário que os países reafirmem a sua confiança nas Nações Unidas, porque agora, mais do que nunca, existe uma opinião pública informada sobre os perigos pelos quais a Humanidade passa.

E Vossa Excelência foi muito feliz ao mencionar alguns desses desafios, que eu me dispensei de repeti-los, porque não seria capaz de formulá-los de maneira tão adequada quanto eu ouvi de sua boca. Mas, neste exato momento em que a Humanidade toda percebe que existem esses desafios, eu creio que as Nações Unidas precisam e devem ser cada vez mais prestigiadas.

O objetivo do Brasil, ao apoiar as propostas

de reforma das Nações Unidas não é, de nenhuma maneira, um objetivo de prestígio nacional. É um objetivo construtivo, e o Brasil se coloca à disposição dos outros países para, nos limites em que os outros países acreditarem que nós possamos ser úteis, darmos a nossa contribuição. Mas nós compartilhamos a opinião de Vossa Excelência de que é chegada a hora de modificar as Nações Unidas e que é chegada a hora de rever as posições do Conselho de Segurança, porque nós temos uma nova situação no mundo. E essa nova situação, para que as Nações Unidas continuem, como nós queremos, a serem o desaguadouro das esperanças da Humanidade, é preciso também que haja essas modificações que tornem as Nações Unidas mais representativas da situação do mundo contemporâneo.

Não quero monopolizar a palavra. Quis apenas trazer, diretamente, a minha reação imediata às suas belas palavras, seu pronunciamento aqui. Mas quero lhe dizer, mais uma vez, que as Nações Unidas vão continuar contando com o apoio do Brasil, para que os nossos objetivos comuns sejam alcançados.

E, se nós ainda temos - e temos - preocupações grandes, mesmo no nosso Continente - aqui eu tenho muita esperança da resolução do conflito Equador-Peru -, mas, se nós ainda temos preocupações grandes na África, na Angola, em Guiné Bissau, se nós estamos empenhados para que haja uma solução digna para a autonomia do Timor Leste, se nós temos preocupações na Europa, com Kosovo, se nós continuamos a ter, realmente, pontos no mundo que são sensíveis e que todas as pessoas, que acompanham os acontecimentos internacionais, sabem que são desafiadores, nós temos mais confiança ainda na capacidade de que, juntos, nos encontremos soluções para esses problemas.

E, assim como disse Vossa Excelência que o nome do desenvolvimento é a paz, eu diria que aqui, no Brasil, a paz é condição essencial, mas o nome do nosso desenvolvimento são os direitos humanos, respeito aos direitos humanos e o combate à pobreza.

Eu acho que e dentro desse espírito que nós vemos o coroamento do esforço das Nações Unidas.

E eu quero terminar como comecei, como fez Vossa Excelência, dizendo que, finalmente, as

Nações Unidas encontraram um grande líder: Kofi Annan.

Muito obrigado.

Almoço oferecido em homenagem ao Sr. Kofi Annan

Palavras do Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de almoço oferecido em homenagem ao Sr. Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas, ao final da Aula Magna. Brasília, 13 de julho de 1998

É uma grande satisfação para o Brasil receber a visita de Vossa Excelência, um líder que sabe representar os valores e princípios das Nações Unidas e que, em momentos de crise, mostrou, de forma decisiva, que a ONU constitui instrumento necessário para garantir a paz entre os povos.

Ninguém desconhece as dificuldades inerentes a cargos de natureza política. Vossa Excelência exerce talvez o mais complexo deles. Ao agir em nome da comunidade internacional, sua atuação deve incorporar o processo de acomodação dos pontos de vista de 185 Estados, em uma multiplicidade de assuntos que, freqüentemente, envolvem altos interesses nacionais.

Vossa Excelência, nesse ano e meio em que esteve à frente do Secretariado da ONU, teve o mérito extraordinário de agir com sentido claro de representação da comunidade internacional.

Sua liderança vigorosa e experiência diplomática abrem caminhos novos para a Organização.

Quero homenageá-lo por isso - e também aos quadros técnicos das Nações Unidas. Mais do que homenageá-lo, quero agradecer em nome dos brasileiros pelo seu trabalho, pelo que Vossa Excelência tem contribuído, neste momento de tantas indagações sobre o futuro da ordem internacional, para que tenhamos um mundo de paz e de justiça - um mundo

no qual o ânimo de conciliação e a cooperação para o desenvolvimento sejam, não mais esperanças distantes, mas o cotidiano de nossas vidas.

Vossa Excelência tem assumido, corretamente, um papel político proeminente, como prevê a própria Carta da ONU.

Sua atuação no caso recente da crise entre o Iraque e as Nações Unidas é um exemplo de como a habilidade e o discernimento político podem prestar serviços inestimáveis à paz mundial. Tem realizado, igualmente, esforços para modernizar a estrutura e os métodos de trabalho das Nações Unidas, conferindo-lhes maior agilidade, melhor capacidade de resposta a situações de crise e quadros mais eficientes. O Brasil apóia decididamente esses esforços.

Senhor Secretário-Geral,

Vossa Excelência visita um Brasil que vive um momento especial de sua história, fortalecido pela consolidação da democracia que reconquistamos nos anos 80 e da estabilidade econômica alcançada desde 1994. Somos hoje muito mais abertos ao mundo do que no passado, e a intensificação dos fluxos de comércio e investimento internacional o demonstram de forma eloqüente.

Somos hoje um país que reencontrou o caminho do crescimento econômico e que coloca

como objetivo prioritário a correção de graves injustiças sociais herdadas do passado. Em vários aspectos desse esforço de desenvolvimento econômico e social, a cooperação com órgãos das Nações Unidas, ou no âmbito das Nações Unidas, tem sido de grande importância para o País.

Aliás, eu próprio devo muito de minha visão dos problemas do desenvolvimento à CEPAL, onde trabalhei ao lado de Raúl Prebisch e de tantos outros funcionários notáveis.

Senhor Secretário-Geral,

Para o Brasil de hoje, o relacionamento com as Nações Unidas continua a ser fundamental.

Temos uma história de paz e de boa vizinhança. Temos uma política externa universalista, que hoje se reforça pela construção de um modelo bem-sucedido de integração regional aberta no Mercosul.

Temos uma tradição de respeito ao multilateralismo, ao direito internacional e de contribuição ativa à segurança mundial. O Brasil participou com contingentes militares expressivos nas operações de paz em Angola e Moçambique, nações-irmãs, integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, dando continuidade a uma prática iniciada com a participação na Força de Paz no Sinai, em 1957, com o chamado “Batalhão Suez”.

Participamos ativamente das grandes conferências realizadas pelas Nações Unidas sobre temas globais, como os direitos humanos, desenvolvimento social, a situação da mulher, questões de população e meio ambiente - temas que, como bem assinalou Vossa Excelência, atravessam as fronteiras sem apresentar passaporte.

Senhor Secretário-Geral,

Persistem, ainda, em nossos dias, desafios importantes na área da paz e da segurança internacional. A ação das Nações Unidas e a atuação pessoal de Vossa Excelência continuarão a ser essenciais para o bom encaminhamento dos problemas que se manifestam nas mais distintas

regiões do mundo.

Na cerimônia que realizamos esta manhã, referi-me ao problema das armas de destruição em massa e à necessidade de reforçar o regime de não-proliferação e de impulsionar medidas efetivas de desarmamento nuclear.

Continuam a existir focos regionais de instabilidade e de insegurança, aos quais o Brasil, como membro responsável da comunidade internacional, não é indiferente.

Como principal órgão nessa área, o Conselho de Segurança - que o Brasil hoje integra como membro não-permanente - continuará a ser chamado a exercer suas funções de maneira cada vez mais eficaz e eficiente. Por isso mesmo tem sido tão importante a discussão sobre o aprimoramento do Conselho de Segurança, inclusive no que diz respeito à sua composição. Em um órgão dessa natureza, a eficácia não se pode dissociar da legitimidade. É com essa preocupação em mente que o Brasil participa e procura contribuir para que avance o processo de reforma do Conselho.

Senhor Secretário-Geral,

Em sua passagem pelo Brasil, Vossa Excelência está tendo a oportunidade de tomar contato com distintos aspectos da realidade brasileira, caracterizada por uma notável diversidade cultural e étnica, que consideramos como uma de nossas maiores riquezas.

Em particular, Vossa Excelência, como filho ilustre de Gana e da África, terá notado o impacto da presença africana na cultura brasileira, oriunda em boa parte do Golfo da Guiné. Essas características étnicas e culturais nos aproximam de maneira singular dos países da África.

Essas são outras tantas razões que explicam a nossa alegria e nossa satisfação de recebê-lo em visita ao Brasil. E é nesse espírito que convido todos os presentes a que me acompanhem em um brinde à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Nane Annan, e ao fortalecimento dos princípios e propósitos das Nações Unidas.

Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) e de adesão ao Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP)

Discurso do Senhor Presidente da República por ocasião da cerimônia de assinatura dos instrumentos de ratificação do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) e de adesão ao Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Brasília, 13 de julho de 1998

Desejo, em primeiro lugar, expressar de público a satisfação do Governo brasileiro - e minha pessoal - de receber a visita do Secretário-Geral Kofi Annan.

Todos sabem do compromisso do Brasil com os princípios das Nações Unidas e com os esforços de promoção da paz e da segurança internacional. É um compromisso antigo, que tem raízes profundas em nossa história e que se manifesta na participação ativa e responsável do Brasil na ONU desde a sua criação em 1945.

Por isso, é particularmente auspiciosa a presença do Secretário-Geral da ONU nesta cerimônia, onde acabo de assinar, em nome do Governo brasileiro, os instrumentos de adesão ao Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares e de ratificação do Tratado para a Proibição de Testes Nucleares.

Gostariamos, ainda, de agradecermos vivamente aos membros do Congresso Nacional, tanto da Câmara dos Deputados como o Senado Federal, por terem em curto espaço de tempo, apesar de sua agenda volumosa dos últimos meses, aprovado ambos os tratados, demonstrando assim profundo sentido de responsabilidade em relação aos

interesses mais elevados da Nação.

O Brasil, ao tornar-se parte desses dois tratados, passa a estar associado a todos os instrumentos internacionais na área da não-proliferação de armas nucleares, consolidando assim uma série de medidas internas e externas, inclusive em parceria com a nossa vizinha Argentina, que nos conferem todas as credenciais possíveis na área de não-proliferação.

Esse é um dos motivos, entre tantos outros, que fazem do Brasil um país respeitado, interlocutor confiável, capaz de dialogar de igual para igual com todas as nações do mundo, grandes ou pequenas, nucleares ou não-nucleares.

Um dos pontos altos da Constituição Federal foi ter determinado que a energia nuclear no Brasil será utilizada exclusivamente para fins pacíficos. Assim, os constituintes de 1988 responderam ao anseio da sociedade brasileira, cujas prioridades são outras: o desenvolvimento econômico-social, a erradicação da pobreza, o aperfeiçoamento dos sistemas de educação e saúde, os direitos humanos, a modernização do Estado - em suma, objetivos que podem ser resumidos no desejo de legarmos a nossos filhos e netos um Brasil mais justo, mais próspero,

mais digno e mais confiante em si mesmo.

Não queremos a bomba atômica. Ela só seria causa para tensão e desconfianças em nossa região. Inviabilizaria o processo de integração que estamos crescentemente aprofundando para o bem-estar de nossos povos. Por isso abrimos mão dessa opção nefasta. Engana-se quem pensa que quem tem a arma nuclear é mais forte. Não é. Nos dias de hoje, como tenho afirmado, o que conta para um país inserir-se de forma positiva e influente no cenário internacional são outros fatores: a competitividade no plano econômico, a coesão social, o caráter democrático das instituições.

Essas são metas com as quais meu Governo está firmemente comprometido. Em vez de gastar escassos recursos em projetos de armas que não têm justificativa de nenhum ponto de vista, estamos investindo na estabilidade, no desenvolvimento, na redução das disparidades sociais e regionais.

O Brasil não poupará esforços para que num futuro mais breve do que imaginamos tenhamos um mundo livre de armas nucleares. Com o fim da Guerra Fria e do tristemente célebre “equilíbrio pelo terror”, evidencia-se cada vez mais o absurdo, o contra-senso de buscar a segurança através da acumulação de armas de destruição em massa.

A comunidade internacional não pode mais conviver com essas armas. Chegou a hora de definirmos conjuntamente um programa de eliminação

de todas as armas nucleares, dentro de um prazo definido.

Congratulo-me com aquelas potências nucleares que têm reduzido seus arsenais. Mas os povos do mundo precisam de uma clara indicação de que as gerações vindouras viverão livres do espectro da arma nuclear. Os testes nucleares realizados recentemente no Sul da Ásia tornaram essa necessidade ainda mais imperiosa.

O efetivo desarmamento nuclear é parte indissociável do regime de não-proliferação.

Estou certo, Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas, de que Vossa Excelência compartilha de minhas opiniões. Oriundo de um país em desenvolvimento, Vossa Excelência tem - como nós - a exata noção de que a paz e a confiança são indispensáveis para superarmos a pobreza, a desnutrição e os outros graves problemas que assolam o mundo em desenvolvimento como um todo.

Nas diferentes instâncias das Nações Unidas e em outros foros ligados ao assunto, devemos lutar para a erradicação das armas nucleares da face do planeta.

Esse objetivo não é senão um outro aspecto de nosso compromisso maior, que é com a justiça, o desenvolvimento e o bem-estar social.

Muito obrigado.

Seminário sobre Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico

Senhor Luiz Felipe Lampreia Ministro de Estado das Relações Exteriores, no Seminário sobre Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico. Auditório do Itamaraty, 14 de julho de 1998

É com especial satisfação que faço chegar esta mensagem de boas vindas aos participantes do Seminário sobre Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico, que se realiza sob os auspícios do Ministério Extraordinário de Política Fundiária e o Banco Mundial. Para o Itamaraty, é uma honra acolher autoridades e acadêmicos ilustres, brasileiros e estrangeiros, que estarão realizando, nos próximos dias, uma reflexão aprofundada sobre questões de grande atualidade.

O fato de que o Seminário se realiza nesta Casa serve para ressaltar que os temas a serem debatidos são muito próximos de algumas das preocupações centrais da política externa brasileira. Tenho afirmado que uma prioridade básica de nossa diplomacia é a de servir ao objetivo do desenvolvimento econômico e social.

Existe, hoje, a percepção nítida de um descompasso entre os ritmos em que progridem, de um lado, a economia e o comércio, e, de outro, a justiça social e a igualdade de oportunidades. Esse fenômeno, que a CEPAL, em análise da conjuntura latino-americana, chamou de “brecha da igualdade”, ocorre não apenas no âmbito interno de muitos países, mas também se manifesta como uma das características marcantes do relacionamento internacional nas duas últimas décadas.

É auspicioso, portanto, que as atenções de governos, organizações e organismos financeiros internacionais e instituições acadêmicas estejam se voltando crescentemente para o desafio de uma repartição maior e mais eficiente dos frutos do progresso econômico com vistas a combater a exclusão social. Esse objetivo não depende apenas de recursos. São necessárias mudanças qualitativas que muitas vezes atingem estruturas sociais arraigadas. Como assinalou recentemente o Presidente Fernando Henrique Cardoso, “o desafio do próximo século deixa de ser o da economia e passa a ser o da sociedade. Nós temos que reinventar a sociedade”.

O Brasil, assim como muitos outros países em desenvolvimento, vem fazendo um notável esforço de sintonização entre reformas econômicas e sociais. Um dos mais eloqüentes exemplos de correção de estruturas sociais injustas é a reforma agrária no Brasil. O compromisso assumido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e a atuação do Ministro Extraordinário da Política Fundiária e do Presidente do INCRA vêm permitindo enfrentar, com resultados jamais alcançados, um desafio legado por séculos de vigência de um modelo excludente no campo.

O caráter estrutural das mudanças ora em curso no nosso setor agrário dá a credibilidade necessária para que instituições como o Banco

Mundial, depois de trinta anos, voltem a investir em reforma agrária no Brasil. É muito alentador constatar a confiança com que o BIRD se dispõe a financiar, por intermédio do Banco da Terra, o processo de

Em conclusão, saúdo os participantes deste Seminário e expresso minha certeza de que nos próximos três dias ocorrerão debates de grande

densidade e interesse não somente para os que se ocupam desses temas, de uma perspectiva profissional, acadêmica ou intelectual, como também para o governo e a sociedade brasileiros, hoje mais do que nunca sensibilizados para os desafios do desenvolvimento social e determinados a superá-los.

II Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP

Pronunciamento do Senhor Vice-Presidente da República na II Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Cabo Verde, 16 de julho de 1998

Senhoras e Senhores,

Desejo transmitir as afetuosas saudações do Presidente Fernando Henrique Cardoso aos participantes desta reunião e ao Governo e ao povo de Cabo Verde. Compromissos da mais alta prioridade, neste momento, exigiram a permanência do Chefe de Governo no território nacional.

Ademais do privilégio de representar meu país neste encontro de relevância para os destinos da Comunidade afro-luso-brasileira, desejo registrar a minha satisfação em poder usufruir da acolhida generosa e amiga do Governo de Cabo Verde, que enaltece a tradicional hospitalidade cabo-verdiana.

Pedi-me o Presidente Fernando Henrique Cardoso que transmitisse o seu interesse na consolidação da CPLP e o empenho do seu Governo e da sociedade brasileira em aperfeiçoar as relações com cada um dos países aqui presentes. A África é um objetivo insubstituível da política externa brasileira e, no contexto africano, nenhum país pode nos ser mais caro do que aqueles que conosco partilham o dom de falar, refletir, sentir e escrever em português. O idioma, traço comum que distingue a nossa cultura, é um dos maiores legados que recebemos de Portugal, nação irmã, à qual nos ligamos por laços indissolúveis de afeto e reconhecimento. Na CPLP, estamos, portanto, em família e, ao mesmo tempo, integrados, por voz mais forte, na comunidade internacional, a partir de sólidas bases de apoio na África, na Europa

e na América.

Comparecemos à Cimeira da Praia com plena confiança no futuro comunitário e a firme intenção de contribuir para que esse futuro comece hoje. Conferimos particular importância à “Declaração de Cabo Verde sobre Educação”. Essa iniciativa nasceu do entendimento de que a CPLP poderia se beneficiar da concentração de esforços em uma idéia-força com foco preciso, de unânime aceitação pelos Estados-Membros, e com capacidade de agregar consistência ao diálogo da Comunidade com outros países e organismos internacionais especializados.

Um exame das prioridades definidas na Cúpula de Lisboa e nas reuniões do Conselho de Ministros levou-nos à constatação de que o seu fio condutor era a Educação. Essa área potencializa os três eixos programáticos da CPLP, na medida em que poderão ser definidos projetos relevantes para as populações comunitárias que valorizem e difundam a língua portuguesa. Para assegurar a sua implementação, os sete países deverão empregar sua capacidade de concertação político-diplomática, a fim de obter, nas instâncias adequadas, o apoio e os recursos adicionais necessários.

Inclui-se na área da Educação e da formação profissional um projeto a que o Brasil dedica particular apreço: a reunião de peritos internacionais e da CPLP para debater a cooperação na área do reforço das

capacidades institucionais. A idéia está ligada à “Iniciativa Especial para a África”, lançada em 1996, e com a qual o Secretário-Geral das Nações Unidas, Khofi Annan, reafirmou seu compromisso pessoal. Esperamos sediar reunião sobre esse tema, na cidade de Salvador, Bahia, em novembro vindouro, em data próxima à Segunda Reunião dos Ministros da Educação da CPLP, que também se realizará em novembro, no Brasil, na Capital Federal.

Senhoras e Senhores,

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa está cumprindo dois anos de existência. Esse evento propicia a ocasião de festejar vitórias e de refletir sobre desafios do futuro, sempre presentes em qualquer empresa humana.

Temos, felizmente, muito a festejar:

* Louvável gesto do Governo português permitiu que o Secretariado Executivo conte agora com uma sede condigna, em Lisboa.

* Estamos ampliando diálogo promissor com os mais expressivos organismos de fomento da Cooperação Internacional. Ao Brasil, que desde julho último ocupa a presidência do Conselho de Ministros, coube a coadjuvação logística e diplomática dos recentes encontros do Secretariado Executivo com altos representantes da União Européia, UNESCO, UNCTAD, Organização Internacional do Trabalho, Organização Mundial da Saúde, entre outros. Cabe-nos, agora, dar seguimento, em nível mais operacional, aos contatos iniciados.

* Avançamos na implementação de dois instrumentos básicos para a valorização do nosso idioma. Graças ao trabalho do Governo de Cabo Verde, dispomos agora de estatutos atualizados para o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, texto que mereceu a aprovação de todos os países-membros. Por outro lado, temos agora a fórmula adequada para dar vida ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. A assinatura do Protocolo Modificativo, que estamos propondo, eliminará os detalhes formais que bloqueiam a vigência do Acordo, sem alterar-lhe a substância.

Outro ponto a realçar é o grande número de reuniões setoriais que vêm sendo realizadas sob o guarda-chuva da CPLP, no âmbito governamental ou promovidas por setores da sociedade. Esta é, talvez, uma das principais evidências da pujança da nossa Comunidade, indicador seguro do interesse que desperta nas nossas populações.

O Estatuto de Observador junto à CPLP, aprovado pelo Conselho de Ministros, representa não apenas a disposição acolhedora e não-excludente da nossa Comunidade, mas também o espírito de solidariedade com que nos unimos em torno dos grandes valores da paz e da democracia. É com essas credenciais que apoiamos os esforços em prol da autodeterminação e do respeito aos direitos humanos do povo de Timor Leste. É com esse empenho que o Presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu recentemente ao Presidente Habibie, manifestando sua confiança em que as medidas para reduzir as tensões, adotadas pelo novo Governo da Indonésia, incidam favoravelmente sobre o Timor.

Mas também nos deparamos com grandes desafios. A situação em Angola nos preocupa profundamente. A despeito dos esforços do Governo José Eduardo dos Santos, permanece o impasse no processo de paz, causado pelo não-cumprimento, por parte da UNITA, das obrigações com que se comprometera e que se encontram expressas no Protocolo de Lusaka. O Brasil vem atuando vigorosamente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, com vistas a exigir da UNITA um comportamento condizente com as suas responsabilidades. É necessário evitar que o trágico desaparecimento de Maître Blondim Beye seja transformado em pretexto para novos adiamentos de medidas indispensáveis à consecução da paz.

A crise em Guiné-Bissau, que flagela o povo guineense, merece da CPLP o necessário e veemente apelo ao pronto cessar-fogo e ao encaminhamento do conflito à mesa de negociações. São dignos de louvor os esforços de Angola e Portugal, em nome da CPLP, para ajudar as partes em litígio a buscarem uma solução negociada. Esta é a única via para a

estabilidade política e a tranqüilidade da população de Guiné-Bissau. As organizações regionais africanas têm um importante papel a desempenhar nesse processo.

Senhoras e Senhores,

Sabemos, perfeitamente, como é importante a cooperação técnica e científica entre nós. Um dos três eixos pragmáticos da CPLP, cooperação deve ser caracterizada por sua capacidade valorizadora, catalisadora e multiplicadora. A priorização das ações deve ser tarefa contínua, pois demanda ajustes em função das oportunidades e da própria evolução no interior dos nossos países e no espaço interno em que atuamos. Para que a Comunidade tenha relevância assegurada, será preciso que os seus membros mantenham clara noção do que é possível executar. As escalas de prioridade não serão necessariamente as mesmas, de Estado para Estado. O essencial é promover um esforço continuado para aprofundar o conhecimento recíproco e aumentar a nossa capacidade de trabalho em conjunto. Assim, teremos uma gradativa aproximação de perspectivas. Esse esforço, por si só, justifica a existência da CPLP.

É assim que o Brasil entende a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: um foro democrático, em que se reconhece a necessidade de transposição de cada etapa para transformar

nossos sonhos em realidade. A aspiração maior é promover a paz, a democracia e o desenvolvimento sustentado, abrindo nossos países para o mundo, de tal modo que o sistema internacional seja, cada vez mais, uma fonte de oportunidades para a realização dos interesses nacionais.

Obstáculos existem e vamos transpô-los. O primeiro, a que o Brasil de hoje dedica atenção prioritária, é o aperfeiçoamento do nosso maior recurso, que é o nosso povo. Existe no meu país uma consciência muito clara da importância da educação, requisito basilar para o pleno exercício da cidadania, para a inserção adequada no mercado de trabalho e para o desenvolvimento econômico-social. A educação é também elemento fundamental para tornar a sociedade mais justa, solidária e integrada. Sei que os parceiros comunitários compartilham este diagnóstico.

Por isso, estou certo de que esta Cimeira da Praia será o passo inicial de um grande esforço conjunto. Façamos, cada um de nós, um inventário das principais carências com que nos defrontamos e uma reflexão sobre que contribuição poderemos oferecer. A Cidade da Praia, e a “morabeza” admirável de nossos anfitriões, fornecem o cenário e os ingredientes perfeitos para lançarmos as bases da ação a que nos dedicaremos, com o concurso de todos os países e das agências internacionais.

Abertura da 1ª Reunião de Ministros de Educação do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral da OEA

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na abertura da 1ª Reunião de Ministros de Educação do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral da OEA. Palácio Itamaraty, 20 de julho de 1998

Senhor secretário-geral da OEA, Dr. César Gaviria,

Senhor ministro de Relações Exteriores, embaixador Lampreia,

Senhor ministro da Educação, Dr. Paulo Renato Souza,

Senhora ministra da Educação da Argentina, Susana Beatriz de Cibe,

Senhor governador do Distrito Federal, professor Cristóvam Buarque,

Senhores parlamentares, reitores, educadores, Senhoras e senhores,

É uma honra para o Brasil sediar esta reunião de ministros da Educação do hemisfério.

Fiz questão de vir, pessoalmente, a esta cerimônia, para dar as boas-vindas aos ministros aqui presentes e para manifestar, mais uma vez, a prioridade atribuída pelo Brasil aos esforços na área de educação. E quero também dar as boas-vindas ao secretário-geral da OEA, Dr. César Gaviria, cuja presença aqui é, para nós, motivo de grande satisfação e cujas palavras generosas a meu respeito eu não tenho nem como retribuir, tão calorosas saíram da parte do Dr. Gaviria e tão exageradas no que diz respeito aos meus modestos méritos.

A OEA tem demonstrado a sua disposição

de contribuir para o êxito das novas iniciativas de cooperação educacional, no âmbito hemisférico. E isto é muito importante.

Aqui, no Brasil, senhoras e senhores, a educação tem se refletido em medidas que representam um salto qualitativo e inédito em nosso sistema educacional e, também, em nossa participação ativa neste esforço fundamental de colocar o tema da educação em posição de destaque na agenda de cooperação entre nossos países. É uma prioridade do governo.

Eu próprio tenho dado, pessoalmente, uma atenção especial à questão da educação, por considerar que desempenha um papel central no processo de desenvolvimento e na construção de um novo Brasil. Isso por várias razões.

Primeiro, porque a educação sempre foi um fator decisivo para a formação do cidadão e, portanto, para o fortalecimento das instituições democráticas. E, não por acaso, alguns dos maiores estadistas que participaram do processo de emancipação dos países da América foram também homens que se caracterizavam por uma profunda preocupação com a questão educacional.

Em segundo lugar, porque a educação tem uma relação direta e imediata com a questão

fundamental da justiça social. A educação é o principal fator de equalização de oportunidades nas sociedades contemporâneas e isso faz da universalização do acesso à educação um imperativo inadiável do nosso tempo.

E a terceira razão, talvez mais óbvia, é, naturalmente, a de que a educação é chave para os ganhos de produtividade e de qualidade, que são a essência mesma do progresso. Isso se revela, mais do que nunca, hoje em dia, quando o conhecimento e a capacitação da força de trabalho adquirem uma importância sem precedentes na organização do sistema produtivo.

No Brasil, estamos trabalhando como nunca antes para melhorar a qualidade do ensino oferecido às crianças e para fazer com que todas elas, sem exceção, tenham acesso à educação. Existe um jingle que foi elaborado pela equipe do ministro Paulo Renato, que resume muito bem o espírito da nossa tarefa. Ele diz: “Acorda, Brasil, está na hora da escola”. E o importante é que, de fato, nos últimos anos, o Brasil acordou. Acordou e reconheceu a urgência e a dimensão dessa tarefa.

Ainda há muito o que fazer, mas já demos passos decisivos. Tomamos medidas fundamentais para fortalecer a educação básica, para valorizar o professor e a professora, que são personagens centrais dessa história e para elevar a qualidade do ensino e assegurar a disponibilidade e o bom nível do material didático, inclusive com a utilização dos meios modernos de ensino como o Programa TV Escola.

Eu não quero entrar em detalhes que o ministro Paulo Renato poderá, depois, discutir com mais precisão com os senhores e com as senhoras, mas está muito claro que o nosso esforço, hoje, pode ser medido por resultados bastante expressivos. No que diz respeito ao atendimento pelas escolas primárias do Brasil, nós podemos dizer que entre 95% e 96% das crianças estão na escola.

Existem experiências em vários Estados, notadamente aqui no Distrito Federal, de bolsa-escola, que também significam um apoio efetivo para

que as crianças permaneçam nas escolas. Existe um esforço muito grande de duplicação, nas áreas mais pobres do país, dos alimentos que são servidos as crianças que estão nas escolas primárias. E para dar-lhes um número, nós temos cerca de 34 milhões de crianças nas nossas escolas primárias, e todas elas, todos os dias letivos, recebem, pelo menos, uma refeição diária, que é dada gratuitamente através de um programa complexo que, aqui, abrange o nível federal, estadual e municipal.

Há distribuições de livros nas escolas, gratuitos também, que superam 100 milhões de exemplares e que tem que ser entregues no início das aulas do ano letivo. E isso está sendo feito com regularidade.

Enfim, existe já um acervo de realizações bastante importante para dar substância à afirmação que fazemos de que estamos, realmente, voltados para o fortalecimento da escola primária. Por isso, posso dizer que estamos trabalhando como nunca para melhorar a qualidade do ensino oferecido a elas, como acabei de dizer. Acredito que estamos fazendo isso de forma eficiente, utilizando melhor os recursos, evitando desvios e desperdícios e aproveitando, sempre que possível, as vantagens da descentralização.

E, no plano internacional, o Brasil tem estado na primeira linha dos esforços para impulsionar a cooperação entre os países da nossa região. Antes da Cúpula de Santiago, escrevi cartas aos chefes de Estado ou de governo do hemisfério para dizer-lhes que considerava necessário que as deliberações daquela segunda Cúpula das Américas tivessem como preocupação principal o tema da educação.

Por isso mesmo, foi uma grande satisfação encontrar, naquele momento, a possibilidade de um fato inédito: pela primeira vez, os presidentes e primeiros-ministros de um grupo tão significativo de países se reuniram para tratar, com prioridade, da cooperação na área da educação. E isso ficou patente nos documentos que adotamos em Santiago, que desdobraram e aprofundaram as metas educacionais que já haviam sido estabelecidas na primeira Cúpula

de Miami.

E não nos limitamos a reconhecer a importância do tema. Graças ao envolvimento ativo dos ministros de Educação no processo, pudemos definir linhas de ação específicas, que identificaram áreas de cooperação e indicaram caminhos para que os povos deste continente possam ingressar no século XXI com melhores condições de enfrentar os enormes desafios do desenvolvimento e da justiça social.

Estamos chegando ao final de um século marcado por sucessivas inovações tecnológicas, que transformaram, radicalmente, o nosso cotidiano. Ainda assim, não podemos deixar de nos surpreender com o alcance e a rapidez das mudanças introduzidas pelas novas tecnologias na área da informação e da comunicação.

Um de nossos principais desafios é precisamente, o de compreender o impacto revolucionário que podem ter essas novas tecnologias nos processos educacionais e na organização de um sistema nacional de educação. A utilização de computadores e da Internet é um exemplo disso, na medida em que tornou possível que os estudantes e professores, em qualquer cidade, por mais distante dos principais centros econômicos, desde que estejam conectados, tenham acesso à informação de melhor qualidade, em igualdade de condições com os estudantes e professores em qualquer outra parte do território.

Em um país com as dimensões e as desigualdades regionais do Brasil isto é fundamental. E pena que não seja dada a todos a oportunidade de ver o efeito da rede chamada TV Escola, de televisão com postos de recebimento dos sinais nas várias escolas, o efeito que isso causa nas áreas mais remotas do Brasil, onde muitas regiões, bastante pouco desenvolvidas, não tem, ainda, sequer energia elétrica. E a recepção do sinal depende de geradores movidos a diesel. E, freqüentemente, a própria comunidade vai às aulas, para assistir ao que está sendo processado na TV Escola, o que mostra, efetivamente, a enorme capacidade transformadora

desses meios de comunicação do mundo moderno.

Ao invés de nós criarmos, como alguns prediziam, um horroroso mundo novo à base dessas tecnologias modernas, nós estamos criando condições de maior acesso a informação, a educação e, por conseqüência, mais adiante, ao bem-estar social e à participação ativa da cidadania. Isso mostra o quanto pode ser feito e como é necessário que as melhores mentes dedicadas à educação em nosso hemisfério possam se reunir, intercambiar experiências e encontrar formas para melhor aproveitar as oportunidades do nosso tempo.

Para isso, é necessário enfrentar, conjuntamente, questões complexas, como a das formas de utilização das novas tecnologias, a avaliação da qualidade dos sistemas de ensino, a valorização dos docentes, o reforço da gestão educacional, a incorporação dos grupos mais vulneráveis ou o respeito à diversidade cultural.

Na Cúpula de Santiago, consolidamos a idéia de que o processo de integração é muito mais que a mera discussão sobre tarifa e comércio. A integração tem que incluir, como elemento indispensável, a aproximação entre os povos também no plano dos valores, do conhecimento e da cultura. E não há dúvida de que, para isso, nada é mais importante do que a educação.

Reconhecemos, também, que a educação é central para o fortalecimento da democracia e do exercício da cidadania. Não somente porque o acesso aos bancos escolares, onde é fundamental, deve ser universalizado mas, também, porque a educação é o que permite o enraizamento de uma cultura democrática e dos valores éticos, inerentes à verdadeira cidadania.

Nós dispomos, portanto, de um plano de ação. Já temos as diretrizes para impulsionar um esforço sem precedentes de cooperação educacional em nosso hemisfério. E, mais do que isso, o trabalho realizado pelo grupo de coordenação desde Santiago já permitiu pormenorizar e ter uma visão mais concreta de como alcançar os objetivos a que nos propusemos. O importante agora é que os ministros

da Educação acompanhem, de perto, o processo de implementação das metas e assegurem o impulso político necessário, para que esses esforços tenham resultados concretos, palpáveis para a nossas sociedades e, em especial, para os segmentos menos favorecidos ou mais vulneráveis das nossas sociedades.

Em temas dessa natureza são fundamentais a vontade política e a capacidade de liderança. O ministro Paulo Renato tem sido um exemplo disso no Brasil. E sei que ele continuará a nos contagiar com o seu entusiasmo com a causa da educação.

Quero acrescentar que, se me referi aqui à educação em nível da escola básica, nós não estamos descuidando de outros níveis do ensino. Estamos promovendo uma reforma importante no ensino profissional, no ensino médio. E, no que diz respeito a questão relativa às universidades, quero lhes dizer que, embora seja verdadeiro que o acesso à universidade continue ainda muito limitado, houve um esforço grande de 94 até agora - durante o meu governo. Nós aumentamos a matrícula e chegamos a 2 milhões de estudantes nas universidades. Isso quer dizer que, nesse período, nós aumentamos 425 mil matrículas. Compare-se com o que aconteceu entre 1980 e 1994, quando o aumento foi de 285 mil alunos. Quer dizer, em 4 anos nos quase duplicamos aquilo que levou 14 anos, nos anos anteriores, para ser feito, no que diz respeito ao acesso às universidades.

Não estou aqui computando apenas as escolas públicas. É o conjunto das universidades. Na verdade, houve uma expansão do ensino privado muito grande, no setor universitário. E, infelizmente, não houve a mesma taxa de expansão no ensino público. E esse é um dos pontos a serem enfrentados, porque o ensino público continuará a existir neste país.

Um país democrático tem que oferecer a universidade pública, mas é preciso que as universidades também cumpram o papel delas e ampliem as vagas, porque a proporção aluno/professor no Brasil é extremamente baixa. Nós temos

não sei se 8 alunos por professor. E o mais dramático é que no número de funcionários, as vezes, a proporção ainda é mais aguda.

E, claro, isso tem um custo para a sociedade e isso tem que ser correspondido através da ampliação das vagas nas universidades públicas e gratuitas para que elas permaneçam, como devem, sendo públicas e gratuitas, a servir um número cada vez maior de alunos e de famílias. Senão a expansão do setor universitário vai recair, basicamente, sobre a escola privada, que é cara e que, infelizmente, para nós, e freqüentada pelos mais pobres e não pelos mais ricos. Não quer dizer que a escola pública seja só das famílias ricas. Pelo contrario, há dados que mostram que também as famílias pobres têm acesso, mas, na verdade, existe muito mais uma proporção, uma concentração maior de alunos oriundos de famílias ricas nas escolas públicas, pela simples e boa razão de que eles dispuseram de um curso secundário e primário de melhor qualidade e, geralmente, em escolas também pagas. E, quando chegam a universidade, eles tem vantagens competitivas e entram nos exames, que são rigorosos, das escolas públicas.

Há, portanto, aí, matéria a ser pensada e modificada para que nós possamos ampliar essa expansão que - repito - já está em marcha, mas que precisa ser reorientada de tal maneira que a universidade pública seja mais democrática. Não fale só em democracia, pratique a democracia. E ao praticar a democracia amplie o número de vagas.

De qualquer maneira, senhoras e senhores, sempre que se tenta realizar algo importante, há o risco de que as decisões tomadas em alto nível, por mais que esteja bem definido o seu conteúdo, encontrem obstáculos de natureza burocrática ou vejam seu ímpeto reduzido na medida, mesmo, em que se torna necessário mover as engrenagens pesadas dos processos decisórios das reuniões, dos seminários, da obtenção de recursos financeiros.

É indispensável, por isso, que se mantenha acesa a consciência de que este não é um tema qualquer. É da educação de nossas crianças e jovens

que estamos falando, e das suas oportunidades de competirem num mundo cada vez mais exigente, e das suas possibilidades de realizar o seu potencial desenvolvimento humano que estamos falando. Será importante ter a colaboração ativa de todos, inclusive das instituições financeiras multilaterais.

No plano da educação, nada produz resultados imediatos. Aqui, como talvez em nenhum outro campo da administração pública, são especialmente perigosas as ilusões de curto prazo. As medidas que tomamos hoje já são fundamentais para a atual geração de estudantes, mas seus efeitos para nossos países se revelarão em plenitude ao longo dos próximos 20 a 50 anos, ou até mais.

E o fato de que os resultados de nosso trabalho se projetem em tão longo prazo só faz com que sejam mais evidentes a sua urgência e a sua importância no dia de hoje.

Estou certo de que foi com esse espírito, ao mesmo tempo de urgência e de visão de longo prazo, que as senhoras e os senhores vieram a Brasília.

E é nesse espírito que quero reiterar a importância que atribuo aos trabalhos deste encontro e a grande expectativa que tenho com relação a seus resultados.

Desejo-lhes, assim, todo o êxito em sua tarefa, que não é fácil mas que é fundamental para o futuro dos povos da América.

Ao dar por iniciadas as sessões de trabalho deste seminário, quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos e, muito em especial, as palavras que foram aqui proferidas pela ministra da Educação da Argentina e pelo meu amigo César Gaviria, que, repito, se excedeu em generosidade.

Muitíssimo obrigado.

Visita ao Brasil do Presidente da África do Sul, Nelson Mandela

Discurso do Senhor Presidente da República no almoço que oferece por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da África do Sul, Nelson Mandela. Palácio da Alvorada, 21 de julho de 1998

Bem vindo ao Brasil, Presidente Nelson Mandela, e – com alguns poucos dias de atraso – feliz aniversário e votos de muitas felicidades pelo casamento, extensivos à Senhora Graça Machel.

A sua presença é motivo de alegria e inspiração para todos nós brasileiros.

Alegria, porque estamos dando mais um passo importante no reencontro de duas grandes nações irmãs. Sempre soubemos que Brasil e África do Sul tinham todas as razões para caminharem juntos. No passado, porém, a repulsa da sociedade brasileira pelo regime do apartheid adiou o projeto de parceria e integração que hoje podemos levar adiante, e que celebramos com esta visita.

Inspiração, porque o exemplo de sua vida de luta pela liberdade, e de seu papel decisivo na reconciliação da sociedade sul-africana vale para o conjunto das nações. O nome de Nelson Mandela é hoje um símbolo universal das virtudes da liderança política em seu significado histórico e humano mais pleno.

Por isso, lamentamos apenas que Vossa Excelência seja um só. O mundo de hoje ainda está marcado por conflitos e manifestações de intolerância, em diversas regiões. O mundo de hoje, Senhor Presidente, precisa de vários Mandelas.

Pois embora a experiência do apartheid tenha sido realmente singular em sua lógica absurda, em

todos as regiões do mundo, mesmo nas mais prósperas, existem problemas por vencer, injustiças por corrigir, dívidas por saldar, laços de solidariedade por recompor.

E a lição que vem do seu exemplo – confirmada pela história recente de nossos países – é que a superação dos desafios coletivos passa pela conquista da liberdade, pela tolerância, pela valorização da diversidade, pela iniciativa e participação dos indivíduos.

Isto é especialmente verdadeiro em nações como o Brasil e a África do Sul, infelizmente ainda caracterizadas por graves disparidades de riqueza e qualidade de vida entre os seus cidadãos.

Na África do Sul, seu governo está conduzindo a sociedade na enorme e difícil tarefa de superar o legado de injustiças e desigualdades de um regime de triste memória.

Também no Brasil, ainda hoje, enfrentamos o desafio de superar uma pesada herança de séculos de exclusão social.

A sociedade brasileira, ao longo da história, aprendeu a valorizar a diversidade étnica e cultural como um elemento de fortalecimento da nacionalidade, motivo de orgulho para todos os brasileiros. Aprendeu, também, que a persistência de qualquer forma de exclusão ou discriminação impede a realização mais plena daqueles valores.

Senhor Presidente,

Nossos países têm ainda um longo caminho a percorrer. Esse caminho, que brasileiros e sul-africanos já estamos trilhando, é feito de democracia, mais democracia, mais e mais democracia.

As enormes distâncias sociais que separam parcelas de nossas sociedades de modo algum devem ser encaradas como um impedimento a um projeto democrático, mas sim, ao contrário, como a razão principal desse projeto.

A indignação diante do injusto e do injustificável, força maior do progresso histórico, tem no regime democrático o seu melhor veículo de influência sobre a realidade.

As hierarquias sociais que resistem teimosamente ao passar do tempo, os privilégios antigos e também os novos, as discriminações de toda ordem, só podem ser abolidos pela ação livre e consciente da cidadania, em um ambiente de democracia e liberdade. Para isso, é necessário que o motor central das transformações seja, não o Estado, nem o mercado, mas sim as pessoas, os cidadãos, a sociedade.

Senhor Presidente,

Não basta, no entanto, mudar os países isoladamente. É preciso, também, mudar as relações internacionais.

No âmbito interno das nações, tal mudança

passa necessariamente por processos decisórios mais abertos e democráticos, pela participação mais ampla e representativa.

O Brasil e a África do Sul desempenham papel de grande importância em seus continentes, são atores de peso reconhecido no cenário mundial e reúnem as melhores credenciais para assumir maiores responsabilidades nas deliberações internacionais.

Nossas credenciais serão ainda mais fortes se estivermos unidos por uma parceria ampla e intensa, e se, cada vez mais, dialogarmos sobre temas da agenda internacional.

E isso é exatamente o que estamos fazendo. A minha visita à África do Sul em 1996 e a sua presença hoje no Brasil simbolizam a importância que atribuímos à amizade entre nossos países.

Presidente Nelson Mandela,

O Brasil celebra com emoção a sua visita. Homenageamos a sua pessoa e saudamos a grande nação irmã da África do Sul.

Peço a todos os presentes que se juntem a mim em um brinde pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Graça Machel, pela boa ventura do povo sul-africano, e pelo futuro de amizade e cooperação que mais e mais haverá de unir o Brasil e a África do Sul.

Cerimônia “Direitos Humanos - Novo Nome da Liberdade”

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia “Direitos Humanos - Novo Nome da Liberdade”. Palácio da Alvorada, 7 de setembro de 1998

Senhor vice-presidente da República, Dr. Marco Maciel,
Dona Ana Maria Maciel,
Dom Eugenio Cardeal Sales, Arcebispo do Rio de Janeiro,
Senhor ministro da Justiça, Renan Calheiros,
Senhores ministros de Estado,
Senhor secretário nacional dos Direitos Humanos, Dr. José Gregori,
Senhoras e Senhores,

Mais uma vez, dedicamos o 7 de setembro aos Direitos Humanos. Em 1995, convidamos os brasileiros e as brasileiras a uma grande mobilização em favor dos que sofrem violência ou discriminação. No ano seguinte, focalizamos um projeto de que todos nos orgulhamos, a retirada das crianças do trabalho em situações penosas. Em 1997, lançamos um desafio ao país: colocar toda criança na escola.

Este ano, quero homenagear todos os que, no governo ou nas organizações da sociedade, se dedicam a assegurar os direitos dos desprotegidos. Os que aqui se encontram, representam milhares de brasileiros anônimos, com os quais compartilhamos as mesmas convicções.

A garantia dos direitos às mulheres, as crianças, aos idosos, aos negros e índios são um valor fundamental do Brasil que queremos construir e que estamos construindo.

Agradeço a Orlando Villas-Boas e a Dona

Zilda Arns que, muito antes dos direitos humanos terem ingressado na agenda dos governos, dedicaram suas vidas a assistir os índios e as crianças.

Obrigado a Milton Nascimento, ao Renato Aragão, ao Gilberto Gil, a Daniela Mercury, a Regina Duarte, a Zezé Motta e a tantos outros artistas, cantores, atores, jornalistas que se empenharam em chamar a atenção da opinião pública para esta causa.

Parabéns aos funcionários do governo, sindicalistas, professores, que ajudaram a retirar as crianças das carvoarias, canaviais e laranjais, para coloca-los na escola.

Assim como, vencendo os obstáculos para assegurar a rapidez na reforma agrária, na titulação das terras indígenas e dos remanescentes dos quilombos. Muito obrigado.

Se avançamos nesse caminho - e estou certo de que o Brasil o fez - isso se deve a cada um de vocês. Existe, hoje, entre nós, uma consciência efetiva de que os direitos humanos são parte constitutiva da nação que queremos ser.

No ano em que se comemoram os 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos da ONU, registro com satisfação que os preceitos aí contidos estão refletidos no espírito e na letra do Programa Nacional dos Direitos Humanos, iniciativa que coloca o Brasil num grupo reduzido de países.

Resultado de ampla consulta à sociedade,

este verdadeiro guia do cidadão, não teria sido elaborado, não fosse o empenho e a competência de dois destacados militantes dessa causa: o Dr. José Gregori, aqui presente, e o Dr. Paulo Sérgio Pinheiro, ausente porque sofreu um acidente em missão, também, das Nações Unidas na África, e que neste momento está tratando de convalescer, e ao qual eu expresse - tenho certeza de que é o sentimento de todos nós - de pronto restabelecimento.

Este programa representou o impulso adicional para um amplo processo legislativo. Nunca foram aprovadas tantas leis para coibir a violência, combater a impunidade, proteger o cidadão e acelerar programas do tipo da reforma agrária. Agradeço, portanto, também, ao Congresso Nacional.

O desafio dos direitos humanos hoje, é menos o de mobilizar a sociedade e de preparar leis, do que o de assegurar uma proteção efetiva dos direitos que já reconhecemos. A dificuldade está em transformar intenções generosas em realizações concretas. Isso é verdade, mesmo nos países ricos e precursores nas lutas humanitárias. Eles vivem com perplexidade o aumento da exclusão e novas formas de discriminação, como as que afetam os imigrantes estrangeiros.

Enquanto isto, o Brasil decreta a anistia de algumas dezenas de milhares de estrangeiros em situação irregular e continua, assim, a demonstrar a sua hospitalidade aos que optaram por viver entre nós e compartilhar do nosso destino. Ao mesmo tempo, buscar dar abrigo aos refugiados, vítimas da violência da discriminação, que pagam um preço elevado pelas transformações traumáticas de nossos dias. Não seria justo dizer que não fizemos um progresso na luta contra a impunidade, mas o avanço ainda é lento. Os assassinos de Chico Mendes estão presos. Vários dos acusados da chacina da Candelária e do Vigário Geral estão condenados. Os responsáveis pelos assassinatos de Corumbiara, de Eldorado de Carajás e do Carandiru já foram pronunciados, mas ainda não foram a julgamento. O governo não descansará enquanto crimes desse tipo não tiverem castigo exemplar.

Um acesso mais amplo à Justiça e maior rapidez na resposta são reivindicações legítimas de nosso povo que requerem ação imediata. Quanto mais profundas as transformações da sociedade, maiores as demandas da população. Demandas legítimas e necessárias, pois trazem o progresso e aperfeiçoam as instituições.

A sociedade moderna não se satisfaz apenas em assegurar os direitos do indivíduo, da família, das minorias étnicas ou religiosas. Reivindica a igualdade de oportunidades e rejeita as formas veladas ou explícitas de exclusão. Ela quer emprego, saúde e educação.

A luta pelos direitos humanos evolui, assim, progressivamente dos direitos individuais para os direitos sociais, de uma noção do que o Estado não deve fazer - de modo a respeitar os direitos e liberdades individuais - para a visão de que o Estado deve intervir para reduzir as desigualdades. Daí, o dever de assegurar políticas públicas universais e de qualidade, dirigidas para os extratos mais pobres da população, com o objetivo de dar oportunidade aqueles que nunca a tiveram.

É nisso que estamos empenhados no Brasil. Mas não podemos realizar essas tarefas, tão necessárias quanto complexas, de um dia para o outro. Dar emprego aos que querem trabalhar, melhorar a educação e o atendimento da saúde são os nossos grandes desafios. São também o compromisso que assumimos. Compromissos que temos as condições de cumprir, porque o país tem rumo, está empenhado em dar mais eficiência à gestão das políticas públicas e está recriando as condições para um desenvolvimento sustentado, que é pré-requisito para as nossas aspirações.

E, por maiores que sejam as turbulências que vem de fora, um país que tem noção da sua responsabilidade para com os seus cidadãos, que tem rumo, que tem disposição para o trabalho, que tem firmeza na condução dos seus objetivos não deve temer. Deve, sim, reconhecer as dificuldades. Mas não deve ceder a elas. Deve buscar, cada vez mais, a união interna de todos os brasileiros, diante de

objetivos que são nacionais, que são de preservação do bem-estar da nossa população, deve buscar uma ação mais efetiva no plano internacional, diante de objetivos que, realmente, requerem uma coordenação crescente dos núcleos decisórios a nível internacional, porque os desafios são muito grandes e as instituições disponíveis não tem demonstrado a eficiência que era de se esperar. E, portanto, a situação requer que os líderes mundiais, incluindo os líderes dos países em desenvolvimento, chamados, hoje, de emergentes, tenham uma atividade de coordenação também crescente e de exigência paulatina de uma resposta solidária. Nós precisamos desenvolver o conceito de globalização solidária e não apenas uma globalização excludente.

Mas o Brasil, por todas as razões já aqui mencionadas, é um país que, hoje, tem noção do que deva fazer e que voltou a ter auto-estima e vai

guardar essa auto-estima e vai ser capaz de contribuir para que nós avancemos na direção já mencionada.

Por isso mesmo, e com razão, nós dedicamos o Dia da Pátria aos Direitos Humanos, pois, ao falarmos deles, estamos falando de liberdade, de democracia e de desenvolvimento. Estamos falando do projeto de um Brasil novo, próspero e justo, do Brasil que sempre sonhamos e, agora, temos condições de transformar em realidade, graças ao empenho de todos, da sociedade, do governo, dos que mais precisam, dos que não precisam tanto, mas com uma vocação de serviço e com um sentimento muito agudo de que só dando-nos as mãos uns aos outros daremos passos firmes adiante, no sentido da consolidação da aspiração de uma sociedade melhor, mais justa e de um país, de uma nação boa para seus filhos.

Muito obrigado.

Solenidade de Lançamento do Programa Especial de Exportações

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Solenidade de Lançamento do Programa Especial de Exportações. Palácio do Planalto, 8 de setembro de 1998

Senhor ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho,

Senhores ministros de Estado que aqui se encontram,

Senhor secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior, Camex, Dr. José Roberto Mendonça de Barros,

Senhoras exportadoras,

Senhores exportadores,

Senhoras e senhores,

Nada mais oportuno do que, justamente hoje, depois de um ano de trabalho, nós tenhamos chegado a esta conclusão e à organização destes grupos, que vão ampliar a nossa capacidade exportadora.

Refiro-me ao fato de que demoramos um ano, para que aqueles que são “milagreiros” percebam que não se muda a estrutura de uma economia, a estrutura de um Estado e, muito menos, de uma sociedade, do dia para a noite. É preciso trabalhar constante e conscientemente para mudá-la. É o que nós estamos fazendo. É o que vimos fazendo nesses últimos anos, aqui no Brasil. E os resultados vão se concretizando.

Tomemos o setor, tão bem representado pelos que aqui estão, que é o setor de comércio exterior. Houve muita mudança. Para começar, é preciso deixar bem claro que houve, efetivamente, uma abertura da economia brasileira em que, de 1988

até julho de 93, a tarifa média caiu de 38.5% para 13.2%, bruscamente. Isso foi antes do meu governo.

Nós procuramos fazer certas correções nesse processo. Mas correções tomando em consideração que o mundo, hoje, é interligado, e que essas correções não podem ser feitas à moda antiga, em que se mantinham os subsídios a algumas empresas, para que elas pudessem exportar, a outras, para que pudessem sobreviver no Brasil e se fechava o mercado. Esse sistema já ruiu.

Então, diante do novo sistema, o que nós estamos fazendo e buscando uma adaptação criativa, para que possamos enfrentar, fazendo uma reorganização da nossa produção e dos nossos modos de relacionamento com o mundo exterior. Na verdade, isso não foi planejado, mas o que aconteceu, nesses últimos anos, depois que nós assumimos o governo, foi uma pequena elevação da tarifa média. Mas não se assustem, foi muito pequena, de 13.2 para 13.7 ou 13.8, alguma coisa dessa natureza.

E fizemos algumas correções. Algumas são óbvias. Houve correções, por exemplo, no regime automotivo. Critique-se ou não, o regime automotivo trouxe, para o Brasil, 21 bilhões de dólares de investimento. Hoje, são 25 montadoras de carrocerias e veículos, nós temos 16 fabricantes de tratores e máquinas agrícolas, 4 fabricantes de reboques e semi-reboques, 144 fabricantes de autopeças. Enfim, uma

modificação importante. E ela se estendeu no espaço nacional.

Digo isso com certa satisfação, e repito sempre, que, quando assumi o governo, nós produzíamos automóveis em Minas e em São Paulo. Hoje, produzimos mais. Temos mais fábricas em Minas, mais fábricas em São Paulo e temos, também, no Rio Grande do Sul, no Paraná, no Rio de Janeiro, em Goiás, estamos ampliando para o Nordeste, e por aí vai.

Isso se fez porque há uma política efetiva, industrial, mas para uma indústria que seja competitiva. E o resultado dessa competição é que nós aumentamos, quando se comparam os períodos bi-anuais - e compara-se 94/95 com 96/97 - a capacidade produtiva da nossa indústria automotiva aumentou 20%. Aumentou consideravelmente.

E, na verdade, quando se vêem os índices de exportação e de importação, vai se ver, também, que esta havendo uma transformação positiva, para o Brasil. Ha momentos, de transição, em que um ou outro desequilíbrio aparece. Mas, em seguida, quando se vê a linha dessa política, ela existe, ela é coerente e ela produz resultados.

Portanto, labora ou em ingenuidade, ou em erro, ou em má-fé, quem imagina que não exista uma nova política industrial. Ela existe. E o setor exportador é parte disso. É parte muito ativa, dessa nova política. E essa nova política não pode se basear, apenas, na grande empresa. Ela se baseia, também, na empresa média e pequena.

Daí a importância do Simplex, como se chama, na exportação. A importância de que se tenham mecanismos de seguros, que permitam a exportação. A importância do que mencionou o Dr. Mendonça de Barros, da exportação por cartão de crédito. E assim vai. São mecanismos complementares uns aos outros, mas que vão dando dinamismo a parte da indústria brasileira que, no passado, não tinha a menor condição de competir, de existir e de sobreviver.

Claro que isso implicou, também, uma visão política, de nova política industrial, uma política

competitiva. É claro que, nesse contexto, nós tínhamos que olhar com muito interesse a questão das exportações. E, também, estamos, nesse contexto, olhando o Mercosul. No regime automotivo, estamos, aí, terminando as decisões sobre a questão do Mercosul. Nós ampliamos a capacidade produtiva nossa, de 2 milhões e 100 mil veículos, para o ano 2000. Houve expansão das exportações, expansão do mercado interno, etc. etc.

Dei esse exemplo. Poderíamos dar outros exemplos, da indústria têxtil, da indústria de calçados, onde houve uma linha especial do BNDES para permitir a reconversão. Recentemente, vi, no Ceará, uma das empresas do Rio Grande do Sul, que continua funcionando no Rio Grande do Sul. Lá, tem a parte de design, tem a parte de comercialização, tem alguma produção, mas tem 12 mil operários, 12 mil empregados no Ceará, para exportar calçados.

Enfim, nós estamos, efetivamente, tratando de fazer uma transformação importante. Nesse contexto, a agroindústria tem tido um papel extraordinário, excepcional. E vai avançar, vai avançar cada vez mais. Ainda na semana passada, participei do Fórum Nacional de Indústrias, onde se vê a mesma coisa: temos metas, temos motivação, temos objetivos, temos mobilização do setor produtivo e vamos avançar.

O que dizer de outros setores nos quais nós temos mostrado a nossa capacidade competitiva? Ainda hoje, recebi uma informação, trazida pelos ministros, muito significativa, de que a Embraer conseguiu colocar, agora, em uma feira na Europa, uma encomenda de cerca de 2 bilhões de reais. Isto, agora, nesta semana. A notícia chega hoje. Quer dizer, ampliando o seu mercado, pegando a American Eagle, que é uma empresa poderosa e que comprou o novo modelo da Embraer, o Bem-135, que é para 37 lugares, com uma quantidade importante de ordens de serviço. Está ampliando o emprego na região de São José dos Campos.

Enfim, nós não podemos perder nem a confiança em nós próprios, como povo, como nação organizada, nem a capacidade de dirigir, nem a

capacidade de parceria, nem o sentimento de que, seja quais venham a ser as dificuldades, nós temos que enfrentá-las com tranquilidade, com firmeza e com confiança, porque nós temos capacidade para tomar decisões que são capazes de defender o interesse da nossa economia e o interesse do nosso país.

Está claro que esse trabalho - e eu quero felicitar, aqui, a Casa Civil, a Camex, os ministros que aqui estão presentes, que participaram ativamente desse processo, sobretudo os exportadores, os representantes dos vários setores de exportação, do governo e de fora do governo, que percebemos todos, em conjunto, que não há outro caminho, senão o do diálogo, senão de nós estarmos dando as mãos uns aos outros, com tranquilidade, discutindo, vendo o que é possível fazer e avançando, sempre, para a transformação do Brasil.

E disse eu, há pouco, que era oportuno esse encontro de hoje, que foi até casual, mas porque, ainda nesta manhã, o ministro Malan e o ministro Paulo Paiva expuseram ao país algumas medidas em outra área, que é na área de contenção do déficit fiscal. Quem é que duvida que o governo da República, hoje, é capaz de tomar decisões? Não importa se vai ter eleição amanhã ou depois. Mais importante do que a eleição é o Brasil.

Então, as decisões necessárias são tomadas, sem precipitação, sem susto, sem que isso seja uma espécie de traição à aspiração nacional, mas, pelo contrário, e um esforço de reforçar uma linha de comportamento que significa manter a estabilidade. E essa vai ser mantida, enquanto nós estivermos com energia - e temos -, a todo custo, porque ela é importante para o Brasil continuar consolidando o seu desenvolvimento econômico e, em conjunto com ele, o desenvolvimento social, porque não são coisas que se possa separar. Não pode haver uma nação prospera e que atenda à educação, à saúde, o saneamento, se não houver recursos nessa nação, se não houver um Estado que se reorganiza para enfrentar os desafios do mundo moderno, se não houver o empresariado, se não houver, também, uma

sociedade civil que se organiza, que demanda, mas que perceba, junto com isso, que não existem demandas que possam ser atendidas se não houver produção, se não houver a capacidade de gerar um certo volume de bens e serviços, a partir dos quais nós podemos, realmente, começar, como estamos fazendo, a edificação de uma nova sociedade, de uma sociedade mais justa e de um novo país.

Assim é que, nesta tarde, nós estamos dando seqüência a decisões que tomamos. E vamos continuar tomando, não digo todo dia, porque uma decisão dessa leva meses para ser tomada. Outras podem ser com rapidez. Mas não vamos nos deixar ser aprisionados por uma precipitação ou pelo turbilhão que possa, eventualmente, estar ocorrendo aqui e ali. Vamos buscar o nosso rumo, seguir o nosso rumo, com muita energia, com muita confiança.

E eu espero contar com os senhores e com as senhoras. Não sou eu, como presidente da República, e o Brasil que precisa. O Brasil precisa da nossa união. O Brasil precisa que haja um entendimento mais amplo dos processos que ocorrem no mundo contemporâneo. O Brasil precisa que haja uma decisão, uma disposição de ver as questões, não de um ângulo sectário, de um ângulo partidário, de um ângulo menor, de um ângulo de interesse local, ou de um ângulo de interesses ate mesmo legítimos, que sejam todos eles, de um ângulo de interesse de uma outra empresa, mas que se veja o conjunto das políticas necessárias, para que nós continuemos a transformar este país num grande país.

Eu não sou otimista porque queira ser. Eu sou otimista porque vivo num país que tem um povo que é um povo sério, trabalhador, que já tem uma capacidade produtiva instalada, que já tem universidades, tem base tecnológica. E que, portanto, o que ele precisa é ter capacidade de, ao dialogar, definir caminhos.

Eu não tenho dúvida de que nós temos caminho. Hoje é mais um exemplo deste caminho. Eu vi os resultados do aumento das exportações de manufaturados, que foi significativo. Assim como vi os resultados da diminuição das importações. Nós

aumentamos, em média, creio que 14%, nos últimos 12 meses, e as importações diminuíram 2%.

De modo que nós temos como fazer face, no tempo, obviamente, ao desequilíbrio da balança comercial. Estamos trabalhando para isso. Vamos continuar trabalhando para isso. Chegaremos ao momento de ter as nossas contas equilibradas. É falso imaginar que existe um desequilíbrio na nossa conta de pagamentos. Deve ser dessa ordem de 3,5, 3,5%. Eu lembro que o critério para entrar em Maastrich é 3%. E os países europeus levaram muito tempo para se ajustar aos 3%. Não é justo cobrar de nós, agora, o que ninguém fez. Não é justo dizer que é preciso ir mais depressa, fazer isso, fazer aquilo, sem ter critérios comparativos.

Nós teremos energia para discutir essas questões com sinceridade, com os parceiros internacionais. Nós teremos, também, essa mesma energia, como foi dito pelo Dr. José Roberto, para seguir adiante, nesse processo de recondução de nossa política exportadora, ao mesmo tempo em que vamos criando condições para melhorar a produtividade, exportar melhor, ter financiamento mais adequado. Também vamos lutar mais - já estamos lutando - nas medidas anti-dumping, nas medidas contra a concorrência desleal.

Nunca se fez tanto, quanto nesses últimos 2 ou 3 anos, em matéria de combate à concorrência desleal, ao anti-dumping. Nós nos capacitamos para discutir, junto à OMC – Organização Mundial do Comércio -, os nossos interesses. Vamos seguir discutindo os nossos interesses.

Ainda ontem, disse uma palavra, que não é nenhum conceito, de que nós precisamos ter uma globalização que seja mais solidária. E já vi perguntarem o que é isso. É exatamente isso: é uma globalização que não seja unilateral, que não sirva só para que venham vender aqui, que nós não possamos vender lá. Nós vamos ter que vender lá, senão não é globalização, é um esquema de perpetuação das

assimetrias internacionais. Contra isso, nós sempre nos rebelamos e vamos continuar nos rebelando.

Há, portanto, efetivamente, mecanismos claros de dizer de que forma essa globalização pode ser para todos e não só para alguns. E, no caso do comércio exterior, é muito claro que é assim. E isso não é por boa vontade de A ou de B, mas pela nossa própria capacidade de nos organizarmos, para defender os nossos interesses, através das medidas legais, cabíveis, das medidas diplomáticas cabíveis, das medidas de posição clara dos governos, que também são cabíveis. E vamos ter que avançar nessa direção, com toda tranqüilidade, como estamos avançando.

Há, portanto, um conjunto muito grande de medidas, que nós estamos implementando, e vamos continuar implementando. E eu quero lhes dizer que eu espero contar com o apoio entusiasta daqueles que estão exportando e produzindo para exportar. E eu espero contar não como presidente, como brasileiro. O Brasil precisa desse novo momento, de uma industrialização que seja adequada ao mundo atual, que seja competitiva, que tenha bases de competição, em termos de financiamento, que tenha bases de competição em termos da não-aceitação das barreiras discriminatórias, que tenha base de sustentação, impedindo que haja importações que sejam importações desleais, que vão, simplesmente, trazer, embutidas, uma série de condições que não são dadas a nós utilizarmos, na produção dos nossos produtos.

Eu quero, simplesmente, deixar mais essa palavra de entusiasmo, nesse momento, que sei que é um momento de muita apreensão. Mas não adianta nada fazer como a avestruz e enfiar a cabeça na areia. Vamos continuar trabalhando, com firmeza, com coragem. E vamos levar adiante as transformações do Brasil.

Muito obrigado.

Cerimônia de premiação do “Concurso da Logomarca 500 Anos”

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia de premiação do “Concurso da Logomarca 500 Anos”. Palácio do Planalto, 9 de setembro de 1998

Senhor vice-presidente, Dr. Marco Maciel,
Senhor ministro de Estado das
Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros,
Senhor secretário da Comunicação Social,
embaixador Sérgio Amaral,

Senhor presidente do Conselho Empresarial
dos 500 Anos, Dr. Felix Bulhões,

Senhor presidente dos Correios, Renzo
Rossa,

Senhores vencedores do prêmio para a
logomarca dos 500 anos,

Senhoras, senhores,

Senhor presidente do Banco do Brasil,

Senhor secretário da Comissão dos 500
Anos,

Hoje é um dia em que nós temos muitos motivos para estarmos felizes, aqui, e contentes. Porque, não é fácil fazer um concurso dessa natureza, que abrangeu mais de 7 mil pessoas - disse o embaixador -, e que teve como resultado a seleção de três logomarcas, na verdade. E, depois de muita gente participando, aqui estão os vencedores.

E me apraz dizer que fiquei muito contente que o segundo e o terceiro lugares são de mulheres. Acho que é uma coisa importante mostrar como, no Brasil, realmente, as mulheres tem avançado na criatividade, no treinamento, no interesse. Claro que o Luciano manteve aí o facho, para evitar que

houvesse, também, a exclusão dos homens. É questão de tempo.

Mas, realmente, é uma coisa que me deixa muito contente: ver essa participação ativa e essa engenhosidade. Estou vendo aqui as marcas. Todas elas tem uma imaginação grande. Lá, a população brasileira, abraçada, praticamente, na nossa bandeira, nos 500 anos. Aqui, os nossos 500 anos já com o sentido das caravelas, no sentido de avanço. E aqui, da mesma maneira, o próprio Brasil, resumindo, num sentido de caravela, também, uma marcha para o futuro, já num país que abriu o vôo e vai para o próximo milênio com muita confiança em si.

São sinais muito importantes e expressivos do sentimento do Brasil, neste momento. E digo neste momento, porque podemos olhar as coisas sempre de um ângulo um pouco mais desanimado ou de um ângulo mais enérgico, com mais entusiasmo. E eu prefiro que se olhe com esse ângulo de mais entusiasmo. Essa logomarca mostra isso. Há um entusiasmo, que é necessário manter e preservar porque temos razões para isso.

Daqui a poucos instantes, vou receber um representante das Nações Unidas, do PNUD, que é o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, que vai me trazer oficialmente um relatório, que já foi publicado hoje em alguns jornais, sobre Índice de Desenvolvimento Humano.

E me parece que isso é um fato também importante e significativo, essa coincidência de divulgarmos essa nossa logomarca dos 500 anos no mesmo dia em que é divulgado um relatório que ressalta algo em que os brasileiros tem que prestar atenção: o Brasil, pela primeira vez, em dezembro de 95 - portanto, depois do Plano Real, que começou em julho de 94 - alcançou os países de mais alto desenvolvimento humano.

Esse índice é composto de variáveis muito simples, mas muito significativas. É o índice de renda per capita, é a taxa de mortalidade infantil, é a taxa de analfabetismo e a expectativa de vida. Quanto mais longeva seja a população, melhor o índice. Quanto menos analfabetos, melhor o índice. Quanto maior a renda per capita, melhor o índice. E quanto menor a taxa de mortalidade infantil, melhor o índice. Então, é um índice muito sensível às coisas fundamentais de uma população.

Pois bem, nós mudamos de categoria de países. E, se nós formos olhar nesse relatório, vamos ver que há outros dados, que são relativos a dezembro de 96, e que analisam esse mesmo índice, nos vários Estados do Brasil. E aí - um ano depois - já houve outro passo adiante. Quer dizer, houve um avanço, na área social.

Eu escutei, durante esses anos todos, que nós estávamos preocupados com a estabilidade e com a moeda - o que é verdade -, e não com a área social - o que é mentira. Os dados mostram que, nesses anos de desenvolvimento do real, houve um avanço significativo. Não estamos contentes com isso, queremos mais. Um país como o Brasil, que tem 500 anos e vai fazer muitos mais milênios, precisa estar sempre avançando. Mas não se pode fechar os olhos às realidades.

O fato de que falta alguma coisa não quer dizer que não se fez. Fez-se, e ainda falta, e vamos fazer mais. Essa é a atitude dessa logomarca: fez-se, vai-se fazer mais, porque temos esperança e vamos avançar. É claro que não se pode imaginar as transformações que nós todos almejamos, sem que

haja, também, uma moeda forte e estabilidade. O real é condição básica para todos os nossos sonhos - esses que mencionei - para educação, para saúde, para moradia. É por isso que eu tenho que, de vez em quando, tomar medidas para proteger o real - e faço e tomo essas medidas.

Mas, uma vez tomadas essas medidas, uma vez tendo confiança, o que acontece com o país? Ele avança. E tem que avançar no mesmo rumo, que é o rumo da estabilidade, que é o rumo da autoconfiança, que é o rumo de um trabalho que e de participação mais ampliada. E isso é um compromisso que eu tenho com o povo brasileiro. Tive, em 94. Tenho agora, em 98. E vou ter sempre, seja presidente ou seja cidadão.

Eu acho que o dia de hoje - me permitam falar sobre assuntos mais gerais do que só a logomarca - é um dia importante, porque estamos juntando essas coisas com muita esperança.

E, com relação aos 500 anos, eu disse já, em algumas oportunidades, mas gosto de repetir, que temos que mostrar ao mundo que nós, aqui, construímos uma civilização. Não se trata, simplesmente, de que houve um encontro, porque houve um encontro. Havia, aqui, várias culturas dos povos autóctones, que se encontraram com outras culturas. Foi no primeiro momento de expansão - hoje, chama-se de globalização -, de integração do mundo, com as grandes descobertas, com a expansão do capitalismo comercial. Houve um encontro de culturas.

Depois, nós trouxemos imigrantes de várias origens, os escravos negros. E, com esta quantidade tão diferente de contribuições, nós estamos criando alguma coisa que é nossa, que é especificamente brasileira. Existe uma marca de brasilidade. Os 500 anos vão permitir que se ressalte isso. Essa diversidade que nós somos e a nossa força. Essa diversidade é que dá, realmente, ao Brasil a possibilidade, nesse milênio que se aproxima, de exercer um papel mais amplo, em nível também global, porque o mundo, como está cada vez mais

unificado pelos meios de comunicação, pelos circuitos financeiros, pela produção, por tudo o mais, vai ter que se habituar a viver na diversidade.

Nós já temos esse hábito com a diferença. Há outros povos que são assim também. Ou melhor, há outras nações compostas por povos dessa natureza, também diversos. Mas, em geral, marcam diferenças, ainda quando possam conviver com elas. Aqui, nós desfazemos as diferenças. Aqui, realmente, mais do que isso, nós prezamos o fato de haver uma grande diferenciação de origens, mas que se desfazem nesse cadinho realmente de recriação - e cultura é sempre isso: alguma coisa que se recria -, de reelaboração desses elementos iniciais, para formar uma coisa especificamente brasileira, que não se opõe ao universal, mas se integra ao mais geral, através dessa especificidade. E é até mais fácil essa integração, porque um pedacinho desse universal, de varias partes desse universal, está aqui dentro. Nós somos já produto de muitas culturas e temos uma marca forte.

Certamente, essa matriz é uma matriz judaico-cristã-ocidental. É inegável. A nossa matriz é judaico-cristã-ocidental, que foi a matriz mais forte. Mas, ao manter-se no Brasil a matriz judaico-cristã-ocidental, nós, ao mesmo tempo, incorporamos nela outras tradições e tornamos mais flexível essa mesma matriz. Então, nós nos encontramos facilmente com muitos povos. Nós nos reconhecemos no outro, porque já, aqui, dentro de nós mesmos, temos essa imensa diferenciação e esse reconhecimento de uns pelos outros, como está espelhado aqui. E, de alguma

maneira, a população brasileira está aí, distribuída e abraçada em uma mesma bandeira, ou seja, refazendo essa diversidade em alguma coisa que nos une.

Então, eu creio que há muitas razões para a comemoração dos 500 anos. Acredito que nós vamos partir para isso. Quinhentos anos não significam apenas o passado. Significam um projeto de futuro, um projeto de sociedade melhor, mais justa, um projeto de nação. Significa, também, a capacidade - por causa dessa matriz que nós incorporamos, a ocidental - uma capacidade tecnológica avançada. Temos que mostrar ao mundo o que somos capazes de fazer. Não só mostrar ao mundo toda a nossa História, dos índios, dos negros etc., do nosso passado colonial e do nosso presente, mas também que estamos nos preparando para um futuro, que vai ser um futuro que vai depender muito do desenvolvimento tecnológico, das universidades, da disseminação da cultura, realmente da generalização da informação, da capacidade de termos escolas para todos, e assim por diante.

De modo que eu quero, ao terminar, felicitá-los efusivamente pela contribuição e agradecer muito. E tenho certeza de que, com a idéia que o Dr. Bulhões mencionou aqui e a aquiescência dos Correios, do Banco do Brasil, nós vamos recolher recursos suficientes para ampliar os nossos programas na área social. Mas, até chegarmos lá, vamos fazer muito barulho para comemorar esses 500 anos - os primeiros 500 anos.

Muito obrigado a todos.

Cerimônia de Entrega do Instrumento de Adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares

Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, por Ocasão da Cerimônia de Entrega do Instrumento de Adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (Tnp)(1). Washington, 18 de setembro de 1998

Senhora Secretária de Estado,

Esta cerimônia marca um ponto de inflexão na política de desarmamento e não-proliferação do Brasil.

Ao aderir ao TNP e tendo recentemente ratificado o CTBT(2), o Brasil tornou-se agora Parte de todos os instrumentos internacionais de não-proliferação nuclear.

Esse processo é o resultado de nosso firme compromisso com o uso da energia nuclear para propósitos exclusivamente pacíficos, conforme consagrado na Constituição Brasileira. Trata-se não apenas de importante diretriz da política externa do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas reflexo da vontade do povo brasileiro.

Acreditamos que o Brasil tem um papel positivo a exercer no mundo, papel que deve ser proporcional aos nossos interesses globais.

Desejamos que o Brasil seja uma força em favor da mudança, mas desejamos que nossa influência decorra da competitividade econômica, da coesão social, das instituições democráticas e de uma presença internacional orientada para a cooperação e o desenvolvimento.

O verdadeiro progresso só pode ser encontrado na paz e segurança duradouras. O Brasil orgulha-se de viver em harmonia com todos os seus

dez vizinhos, e isso ininterruptamente por bem mais de um século. A América do Sul hoje é, ao mesmo tempo, a região menos armada do mundo e uma área de acelerada integração econômica. Estamos estabelecendo um exemplo de cooperação e de solidariedade.

O Brasil, portanto, rejeita fortemente a noção de que as armas nucleares possam trazer segurança a qualquer nação. Ao contrário, elas apenas alimentam a tensão e a instabilidade e constituem sério bloqueio à paz e à segurança internacional.

Nossa decisão de aderir ao Tratado de Não-Proliferação emana precisamente da determinação de perseguir um papel cada vez maior na área da paz e da segurança internacional. O Brasil sempre foi uma força em favor do desarmamento e da não-proliferação. Como membro do TNP, trabalharemos mais ativa e criticamente para assegurar que as atividades nucleares pacíficas em Estados não-nuclearmente armados e a cooperação internacional nesse campo não sejam restringidas, e para ajudar a eliminar a ameaça das armas nucleares.

Junto com a Argentina, o Brasil tomou a iniciativa de oferecer sua experiência bilateral no campo nuclear como exemplo de como é possível cooperar exitosamente na não-proliferação nuclear em clima de transparência e confiança, e, ao assim

fazer, fortalecer o regime internacional da não-proliferação. Esperamos que outros se inspirem no nosso exemplo.

Mas limitar a proliferação das armas nucleares não basta. O TNP não terá cumprido seu objetivo, conforme estabelecido no Artigo VI, até que todas as armas nucleares existentes tenham sido eliminadas. Esse é certamente o entendimento do Governo brasileiro e do Congresso ao aprovarem nossa adesão ao Tratado.

Nesse tópico, os Estados nuclearmente armados compartilham uma grande responsabilidade. Embora reconheçamos que avanços foram feitos nas reduções de estoques nucleares pelos EUA e pela Rússia, e também, unilateralmente, por outros Estados nuclearmente armados, esses avanços ainda estão muito aquém do que é necessário para atingir

o objetivo do desarmamento nuclear.

Tal é a principal mensagem da “Declaração em Direção a um Mundo Livre de Armas Nucleares: a Necessidade de uma Nova Agenda”, emitida em junho último pelo Brasil e outros sete países(3) igualmente comprometidos com esse objetivo.

Ao aderirmos hoje ao TNP, reafirmamos nossa crença de que o desarmamento e a não-proliferação são indivisíveis e que a cooperação internacional nos usos pacíficos da energia nuclear é um dos fundamentos para um regime mais forte de não-proliferação nuclear.

Essas serão as diretrizes para nossa ação no âmbito do TNP. Espero que o Brasil e os EUA possam trabalhar juntos em prol de um mundo livre de armas nucleares, mais pacífico e mais seguro.

Obrigado.

Abertura da 53ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas

Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, na abertura da 53ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Nova York, 21 de setembro de 1998

Senhor Presidente,

Sua eleição para dirigir a 53ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas é para nós brasileiros motivo de especial satisfação. Brasil e Uruguai nasceram na história como nações irmãs, e o serão cada vez mais. A cada dia tornam-se mais fortes os laços que unem nossos destinos. Graças à oportunidade que tenho tido de trabalhar em conjunto com o amigo Chanceler Didier Opertti, posso manifestar, com segurança, a minha convicção de que a Assembléia Geral terá um grande Presidente.

No desempenho de cargo tão importante, poderá inspirar-se no exemplo de seu antecessor. À frente da 52ª Sessão, o Chanceler Hennadiy Udoenko soube orientar e motivar as delegações, e deu valioso impulso à implementação das reformas propostas pelo Secretário-Geral.

Pela dedicação a esse esforço para modernizar a Organização e sobretudo pela atuação decisiva em episódios de real ameaça à paz internacional, o Secretário-Geral merece o nosso aplauso. O talento diplomático e a serena ousadia revelados pelo Senhor Kofi Annan – que em julho nos deu a satisfação de visitar o Brasil – confirmam que nele temos uma liderança à altura dos desafios e oportunidades que se apresentam.

Senhor Presidente,

O traço mais forte do momento que vivemos hoje é o quadro de preocupante instabilidade dos mercados financeiros globais.

Desde o último trimestre do ano passado, quando se difundiram as ondas de choque da então chamada “crise asiática”, a economia mundial sofre os efeitos de um fenômeno cujo alcance, profundidade e permanência não estão ainda claros.

A comunidade internacional, porém, não pode esperar de braços cruzados que o curso dos acontecimentos venha esclarecer essas incógnitas.

É legítimo e necessário que os Governos atuem sobre a realidade, buscando antecipar-se aos problemas. Em uma era caracterizada pela rápida integração das economias nacionais, essa atuação dos governos terá de fazer-se, cada vez mais, de forma coordenada na esfera internacional.

Embora não haja consenso quanto à dimensão e aos prognósticos de duração da crise que estamos atravessando, existe uma crescente convergência de pontos de vista em relação ao impacto da alta volatilidade dos movimentos de capital.

Os acontecimentos dos últimos meses revelaram um sério descompasso entre o aprofundamento dos vínculos de interdependência financeira e a modesta eficácia dos mecanismos de

diálogo e coordenação existentes no plano internacional.

Desde o início de sua gestão, o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem procurado sensibilizar outras lideranças mundiais para a necessidade de tornar mais estável e previsível o funcionamento do sistema financeiro mundial.

Em seguidas mensagens enviadas aos integrantes do G-7, a partir de 1995, formulou propostas concretas: aumento da cooperação entre autoridades monetárias; ampliação da coordenação de políticas macroeconômicas entre países que possam ter impacto significativo nas finanças mundiais; aperfeiçoamento da capacidade internacional de monitorar políticas macroeconômicas domésticas; e expansão dos mecanismos de estabilização de moedas submetidas a ataque especulativo.

Houve avanços significativos em algumas dessas linhas, mas as providências adotadas ainda são insuficientes.

Até agora, a mobilização de vontade política não corresponde à magnitude e gravidade do desafio. A crise não se resolverá por si mesma. É imperativo unir esforços para enfrentá-la.

Nesse, como em outros campos da vida internacional, devemos evitar a todo custo assumir a atitude que, nos anos setenta, o então Chanceler brasileiro Antônio Azeredo da Silveira chamou de "síndrome do adiamento".

A experiência do passado nos ensina que a inação pode ter custos altíssimos. Ensina também que, se guiadas por reações impensadas e irracionais, as respostas dadas pelos diversos países às situações de crise internacional podem transformá-las em problemas ainda mais graves, prolongando seus efeitos no tempo e aumentando o sofrimento das populações.

É possível imaginar, por exemplo, em cenários extremos, a volta de modelos de economia fechada, da busca ilusória da auto-suficiência e do isolamento, das concepções de segurança nacional fundadas na

desconfiança em relação ao outro e na insegurança do outro.

Não podemos de modo algum permitir que tais cenários se tornem realidade.

Senhor Presidente,

O progresso na convivência entre as nações depende fundamentalmente de que os povos vejam no âmbito internacional não uma fonte de ameaças, mas sim um ambiente no qual, pelo caminho da articulação de vontades e meios, os riscos possam ser minimizados, as dificuldades, vencidas.

O nosso não é um mundo no qual as nações devam ser deixadas à própria sorte. O custo de fazê-lo acaba invariavelmente por superar as energias e os recursos poupados com o impulso de distanciamento.

A disposição de lidar com os problemas de forma coletiva levará os países, individualmente, a acreditar no benefício de encaminhar questões de seu interesse à consideração internacional.

O mundo não pode depender apenas da disposição, da capacidade e do interesse de um pequeno número de países em mobilizar e liderar os esforços internacionais, nesta ou naquela direção.

Não é aceitável continuar a enfrentar situações, como a atual crise financeira, nas quais os governos e as sociedades, apesar da inegável natureza internacional do fenômeno, não confiam plenamente em qualquer das organizações, foros ou mecanismos existentes, como fonte seja de apoio, seja de orientação, seja até mesmo de interpretação do problema.

É preciso dar consideração séria ao fato de que a maior interdependência das nações torna indispensáveis formas efetivas de governança no plano internacional.

Temos diante de nós um desafio essencialmente político. Não se trata apenas de modernizar procedimentos decisórios e estruturas administrativas. Trata-se de atribuir ao encaminhamento multilateral das questões a prioridade que lhe é reconhecida nos discursos.

Infelizmente, ainda existe um claro descompasso entre essa consciência de que os principais problemas da humanidade exigem tratamento também no plano internacional, e a resistência dos governos e sociedades a agirem de acordo com essa consciência, inclusive na alocação de recursos e na adoção de políticas capazes de gerar repercussões externas.

No mesmo sentido, se cada vez é maior a articulação entre o nacional e o internacional, também as questões da paz e os temas do desenvolvimento estão crescentemente interligados.

Um mundo marcado pela instabilidade ou pela desesperança na esfera econômica não pode ser um ambiente seguro, livre das ameaças da guerra, das formas mais variadas de conflito e violência. A recíproca também é verdadeira: o progresso material e social pressupõe condições mínimas de segurança e convivência pacífica, entre países e dentro dos países.

É imperativo avançar em ambas as frentes: trabalhar pelo estabelecimento de um clima de confiança tanto no campo das relações político-estratégicas entre as nações, como no contexto essencial da economia internacional.

Senhor Presidente,

O peso relativo do nosso país e o histórico de seu comportamento internacional são algumas das credenciais mais importantes do Brasil. Essas credenciais estão hoje fortalecidas pelo amadurecimento de nossa democracia e pela vigorosa modernização da economia brasileira.

Por tudo isto, sob a liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso, renovamos nossa permanente disposição de desempenhar papel mais ativo na construção de uma ordem mundial que favoreça a realização da paz e do desenvolvimento.

Esse é o espírito que guia a atuação do Brasil no plano internacional, e também, mais especificamente, no âmbito das Nações Unidas.

Desejo assinalar, a propósito, que, no

Conselho de Segurança e nos demais foros da ONU, a nossa delegação, chefiada pelo Embaixador Celso Amorim, refletiu com fidelidade essa orientação central da política externa brasileira.

Em 1998, completamos nossa participação no regime de não-proliferação de armas de destruição em massa. Ratificamos o Tratado sobre a Proibição Total dos Testes Nucleares (CTBT) e aderimos ao Tratado de Não-Proliferação, aprovado em julho pelo Congresso Nacional. Três dias atrás, em Washington, tive a satisfação de pessoalmente depositar o instrumento de adesão ao TNP, tal como fizeram os Embaixadores brasileiros em Londres e Moscou.

Essas decisões deram complemento formal e simbólico ao compromisso inscrito na Constituição brasileira, e apoiado em pactos bilaterais e regionais firmados anteriormente, de somente utilizar a energia nuclear para fins pacíficos. Os acordos e a cooperação entre o Brasil e a Argentina, bem como o Tratado de Tlatelolco, são realizações exemplares nesse terreno.

O Brasil sente-se assim especialmente motivado para cobrar dos Estados nuclearmente armados, bem como daqueles capacitados a produzir tais artefatos, passos decididos com vistas ao desarmamento. Esperamos, também, dos Governos que ainda não o fizeram, a adesão ao TNP, ao CTBT e aos demais instrumentos e mecanismos pertinentes.

Em 9 de junho último, como expressão do vigor com que trabalha por essa causa, o Brasil assinou, com outros sete países, Declaração sobre a necessidade de uma nova agenda para o desarmamento nuclear. Na presente sessão da Assembléia Geral, em conjunto com nossos parceiros na Declaração, tencionamos apresentar projeto de resolução com o objetivo de impulsionar e orientar os esforços em prol da eliminação completa e definitiva das armas nucleares.

Não há mais espaço ou justificativa para adiar a ação tanto nesse campo, como no terreno mais amplo da luta para eliminar os demais tipos de armas

de destruição em massa. O custo da omissão poderia ser verdadeiramente catastrófico e os riscos estão à vista de todos.

Senhor Presidente,

O Governo brasileiro, como coordenador dos países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro, vem empreendendo esforços sustentados para que o Equador e o Peru cheguem o quanto antes a acordo sólido e definitivo para solucionar o diferendo limítrofe que os separa há várias décadas. A diplomacia brasileira – juntamente com as da Argentina, do Chile e dos Estados Unidos – encontra-se mobilizada com o propósito de oferecer a melhor contribuição possível.

Desdobramentos recentes confirmam os prognósticos de que o Processo de Paz está em vias de ser concluído, e atestam a vontade política e o empenho com que o Peru e o Equador vêm trabalhando nesse sentido.

Para o Brasil, o fato de a América do Sul ser uma região na qual os países convivem de forma essencialmente harmoniosa, pacífica e cada vez mais integrada é um dado vital e definidor que que nossos povos se empenham em preservar.

O mesmo se aplica à manutenção do regime democrático como traço comum das nações do nosso continente, valor maior com o qual estamos coletivamente comprometidos no Mercosul, no Grupo do Rio, e ainda na Organização dos Estados Americanos.

O advento e consolidação da democracia foi o fator determinante da extraordinária obra de integração na qual se acham engajadas as nações da América do Sul. Trata-se de uma conquista de nossas sociedades que os governos da região, unidos, devemos estar sempre prontos a defender. Esse é um dos vetores fundamentais da política externa brasileira.

O Brasil também atribui importância central à promoção dos direitos humanos. Ao celebrarmos os cinquenta anos da Declaração Universal dos

Direitos Humanos, devemos reconhecer a lacuna que ainda existe entre os princípios e regras já consagrados no direito internacional e a realidade prevalecente no mundo.

O Governo brasileiro luta para superar, em nosso país, essa distância entre as normas e os fatos. Estamos dispostos a buscar elementos no meio internacional que nos ajudem a concretizar uma aspiração que é de todos os brasileiros. Foi esse o sentido com que, no dia 7 de setembro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso submeteu ao Congresso Nacional a decisão de reconhecer a jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Senhor Presidente,

Nossa presença nos esforços de construção da paz vai além das Américas. Militares e policiais brasileiros têm integrado forças das Nações Unidas em diversos pontos do globo, especialmente em países de expressão portuguesa da África, aos quais estamos ligados por profundos laços históricos e culturais.

O Brasil acompanha com preocupação o desenrolar dos acontecimentos em Angola. As Nações Unidas devem insistir com firmeza no sentido de que a Unita cumpra os compromissos assumidos no Protocolo de Lusaca. Seriam trágicas as conseqüências de um retrocesso que pusesse por terra os avanços alcançados no processo de paz. Os angolanos têm sido submetidos a enormes sofrimentos há várias décadas. Cabe à comunidade internacional fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que Angola possa, finalmente, dedicar-se à sua reconstrução e ao seu desenvolvimento.

Diante da grave crise interna vivida por Guiné Bissau, o Governo brasileiro uniu-se aos demais integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa com o propósito de buscar uma solução pacífica. A CPLP, em estreita coordenação com os países da região, contribuiu para impulsionar progressos significativos e seguirá empenhada em

favorecer condições propícias à urgente e completa normalização da vida daquele país.

Quanto ao Timor Leste – ao qual também estamos ligados por vínculos históricos e pela língua comum – o Brasil saúda o novo espírito com que se está tratando aquela questão delicada e complexa, inclusive no contexto das negociações tripartites entre os Governos português e indonésio, sob os auspícios do Secretário-Geral.

O Governo brasileiro tem mantido diálogo positivo com as partes envolvidas e está determinado a colaborar, no limite de suas possibilidades, para que, com a progressiva participação dos próprios timorenses, se chegue a uma equação aceitável para todos os interessados.

Senhor Presidente,

A partir da estabilidade econômica alcançada desde 1994, o Brasil tem demonstrado renovado dinamismo, com o fortalecimento de nosso mercado interno e das perspectivas de desenvolvimento com justiça social.

Mas o Brasil de hoje não enxerga o seu desenvolvimento como algo isolado, contido em si mesmo. Sabemos que os destinos de nossa economia estão cada vez mais entrelaçados com os das economias de nossos vizinhos e parceiros, no âmbito de um processo de integração que tem contribuído decididamente para o progresso da região e para o bem-estar de nossas sociedades, especialmente no âmbito do Mercosul.

Os frutos desse processo servem não apenas à meta do desenvolvimento econômico, mas também, e sobretudo, à causa da justiça social, que continua a ser a tarefa mais importante e urgente em nossa região.

Foi com satisfação, portanto, que recebemos os resultados publicados na mais recente edição do Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. Os números mostram que, embora muito ainda reste por fazer, o Brasil alcançou progressos sociais extraordinários ao longo das últimas décadas,

nas áreas da saúde, da educação, do combate à pobreza, da redução da desigualdade entre as diversas regiões do País. Apesar dos enormes desafios que ainda temos pela frente, os brasileiros já estão vivendo melhor, como atesta nosso ingresso no rol das nações de maior desenvolvimento humano.

Coerente com o sentido de suas políticas domésticas e do seu papel no plano regional, o Brasil continuará a lutar na esfera mundial para que os frutos da interdependência econômica sejam repartidos de forma mais equilibrada, sem distorções como as resultantes de políticas protecionistas dos países desenvolvidos.

Tais políticas atingem de modo especialmente cruel os países em desenvolvimento e servem para reforçar os argumentos de setores domésticos nesses países que pregam a volta de modelos econômicos fechados. No atual momento de turbulência no cenário econômico mundial, é imperativo exigir das nações desenvolvidas maior coerência entre o discurso livre-cambista e suas práticas de defesa comercial.

Como disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso, temos de abandonar o caminho de uma globalização que tem sido excludente – tanto nos processos decisórios, como na divisão dos benefícios – e buscar uma globalização solidária em ambas as dimensões.

Reformar e reforçar as Nações Unidas é parte essencial da construção de um mundo mais solidário.

O Governo brasileiro reconhece os significativos avanços já alcançados no plano da modernização estrutural e funcional da Organização. Concordamos com o Secretário-Geral quando ele afirma que a reforma não deve ser encarada como um evento, e sim como um processo, mas não podemos deixar de repetir que uma parcela importante da obra ainda está por fazer.

Para o Brasil, reformar as Nações Unidas implica necessariamente atualizar o funcionamento e a composição do Conselho de Segurança, atrelados até hoje a uma etapa da história mundial que há muito

se encerrou.

Não se trata, como disse aqui no ano passado, de contemplar o interesse individual deste ou daquele país. Trata-se, isto sim, de corrigir deficiências fundamentais de legitimidade, representatividade e eficácia. Por isto continuaremos a defender a expansão nas duas categorias de membros, com a presença, em ambas, de países em desenvolvimento.

Difícil, quase inconcebível, seria contemplarmos um processo de reforma da Organização que mantivesse, às vésperas do milênio, a reestruturação do Conselho de Segurança à margem de suas conquistas.

Senhor Presidente,

A base da solidariedade global é o estabelecimento de relações de confiança entre as sociedades. Não há outro caminho para transformarmos o cenário internacional em um ambiente de convivência pacífica, estável e construtiva.

A nossa 'aldeia global' ainda está longe de transformar-se em uma comunidade integrada, na qual as pessoas se sintam plenamente participantes de uma mesma história.

Um dos grandes méritos das organizações internacionais reside justamente em oferecer um quadro de convívio que favorece o desenvolvimento

de um sentido efetivo de comunhão universal. Reside, igualmente, em fazer com que, tratando de problemas comuns, os Governos confirmam na prática o quanto crescentemente precisam trabalhar juntos.

Nos foros internacionais se criam condições propícias ao surgimento de vínculos de maior identidade e confiança entre as nações e seus governantes.

É cada vez mais indispensável que os países confiem uns nos outros, mas também devem ter motivos para confiar na legitimidade e na eficiência dos organismos e procedimentos multilaterais de que necessitam para enfrentar suas questões mais importantes.

A dinâmica da vida internacional exige a atualização permanente dos instrumentos com que conta a comunidade das nações para atuar de forma coletiva diante de seus maiores desafios.

Devemos ter a coragem de reconhecer que nunca foram tão grandes o custo e os riscos de não fazermos essa atualização. Devemos, sobretudo, ter a disposição de tomar as decisões que irão restaurar, em última instância, a nossa confiança em nós mesmos, em nossa capacidade de afirmar que a história continua, e que estamos procurando encaminhá-la na direção de um mundo melhor e mais justo.

Almoço oferecido aos Chanceleres e Chefes de Delegação do Grupo Latino-Americano e do Caribe nas Nações Unidas

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, no almoço que ofereceu aos Chanceleres e Chefes de Delegação do Grupo Latino-Americano e do Caribe nas Nações Unidas. Nova York, 22 de setembro de 1998

Senhores Chanceleres,
Senhores Embaixadores,

Este almoço já tradicional, no qual nos encontramos os Chanceleres e Chefes de Delegação da América Latina e do Caribe, é motivo de satisfação e orgulho para a diplomacia brasileira. Sentimentos de alegria dos privilegiados que têm a felicidade de poder promover, a cada ano, uma grande reunião de família.

A integração e a unidade entre países que compartilham uma mesma região é um dado cada vez mais importante da vida internacional.

Quando trabalhamos juntos, nossa voz e nossas posições têm mais peso. E têm ainda mais força porque estamos unidos por valores fundamentais como a liberdade, a democracia, o compromisso com a defesa dos direitos humanos, a promoção do desenvolvimento fundado na livre iniciativa e dirigido ao nosso desafio maior que é a eliminação da pobreza e a construção de sociedades mais justas.

Isso não significa, evidentemente, que concordemos sempre, que tenhamos sempre pontos de vista idênticos, que defendamos sempre as mesmas propostas.

O essencial é que sejamos percebidos como

um grupo que, em torno de certos temas da agenda internacional, atua de forma coesa e determinada em prol de objetivos comuns. Essa percepção, que devemos reforçar com ações concretas, é a chave da influência que somos e seremos capazes de exercer nos processos decisórios mundiais e, mais especificamente, aqui na Assembléia-Geral.

Caros colegas e amigos,

Desde o último trimestre do ano passado, a economia internacional tem experimentado fortes turbulências. Essas violentas oscilações, que se manifestam sobretudo nos mercados de capitais e nos fluxos financeiros, originaram-se em países onde havia situações bem diferentes das nossas.

Seus efeitos, porém, já provocaram sérios danos em nações como o Brasil e várias outras de nossa região, nas quais os fundamentos macro e microeconômicos, além do quadro sócio-político, de modo algum justificariam a contaminação.

As ondas de choque da crise, no entanto, acabaram por atingir o conjunto da economia global e especialmente as chamadas nações emergentes.

Nestas, a turbulência externa teve forte impacto seja diretamente em nossos mercados de capitais, seja por meio das medidas que os governos

se viram obrigados a adotar para defender suas políticas econômicas.

Como eu disse ontem ao abrir o Debate Geral, a presente crise veio confirmar o quanto é grande o descompasso entre o aprofundamento dos vínculos de interdependência financeira e a pouca eficácia dos mecanismos de diálogo e coordenação existentes no plano internacional.

Superar esse descompasso é hoje um dos desafios mais importantes com que se defronta a comunidade das nações.

Caros colegas,

Esta não é certamente a ocasião mais indicada para debatermos os rumos a seguir, as soluções a adotar em resposta a esse desafio.

Eu gostaria, no entanto, de propor duas conclusões que talvez possam inspirar nossa atuação nesta Assembléia-Geral.

Em primeiro lugar, devemos, a meu ver, acentuar as características positivas que nos diferenciam favoravelmente de outras regiões do mundo.

Características como a estabilidade política, a presença de democracias consolidadas, muitas delas nas condições mais adversas, e o fato de termos economias de mercado que já nasceram como parte do que hoje se chama de globalização.

De modo geral, nossos países já avançaram significativamente no caminho das transformações políticas e econômicas que nossas sociedades

decidiram empreender. Agora precisamos, sobretudo, de um ambiente internacional próspero e minimamente estável, com o qual possamos cada vez mais multiplicar vínculos que sirvam para impulsionar nossos esforços nacionais e regionais de desenvolvimento.

Para que essa estabilidade seja viável, impõe-se a segunda conclusão: devemos tomar consciência de que o atual modelo de integração econômica mundial tem produzido um claro aumento dos níveis de concentração de riqueza e desigualdade, entre os países e dentro dos países. Além disso, trata-se de um modelo ainda apoiado em processos decisórios cuja eficácia se ressentem, em vários casos, da falta de representação e participação mais amplas por parte da comunidade internacional.

Como disse recentemente o Presidente Fernando Henrique Cardoso, precisamos alterar uma globalização que tem sido excludente - tanto no que se refere à tomada de decisões, como no relativo à repartição de seus frutos - e transformá-la numa globalização que seja realmente solidária, em ambas essas dimensões.

Esta é a mensagem que lhes quero deixar, a convicção do Brasil de que a América Latina e o Caribe devem continuar a contribuir para a transformação da ordem internacional, com o propósito de torná-la mais e mais favorável à realização dos ideais da paz e do desenvolvimento para toda a humanidade.

É o que vamos fazer, e vamos fazer juntos.

Entrega do Prêmio de Qualidade do Governo Federal

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso na entrega do Prêmio de Qualidade do Governo Federal. Palácio Itamaraty, 23 de setembro de 1998

Senhora ministra,
Senhores ministros,
Senhoras e senhores,

Eu resolvi aproveitar uma ocasião tão auspiciosa deste encontro, em que se vê a vitalidade do serviço público brasileiro, para fazer algumas reflexões que me parecem necessárias nesse momento que o Brasil está atravessando, que é um momento importante para definição dos nossos rumos.

Desde o final dos anos 70, o Brasil tem lutado com as conseqüências de problemas que, em boa medida, vem de fora. Foi assim com os dois choques do petróleo e com a crise da dívida a partir de 1982. Mais recentemente, enfrentamos de novo crises importadas, como a do México, de 1995, e da Ásia, em 1997 e, agora, a da Rússia. Estas últimas crises que ora nos afetam vem ganhando proporções cada vez mais amplas, exigindo - como tenho insistido há algum tempo - uma ação coordenada dos principais países desenvolvidos e em desenvolvimento para evitar que se aprofunde um ambiente de retração excessiva dos fluxos internacionais de financiamento, do comércio e da própria atividade econômica mundial.

Nunca me faltou determinação para responder aos choques externos com medidas duras. Nos últimos quatro anos, o Brasil não ficou e nem ficará, em nenhum momento, sem direção.

É preciso ter clareza, por outro lado, de

que existem problemas que são nossos. É sobre estes que eu gostaria de lhes falar hoje. São problemas que teremos que resolver, para tirar as dúvidas que, a cada crise externa e de forma crescente, pairam sobre a nossa capacidade de manter o rumo.

Vivemos um momento de definição. É meu dever apresentar ao povo brasileiro uma visão sobre o que precisa ser feito.

Há uma condição fundamental para qualquer plano de governo, para qualquer candidato que vença as eleições, se de fato quisermos afastar as sombras sobre o nosso futuro.

Ha anos o Brasil luta contra o déficit público, mas apenas no período recente conseguimos progredir a ponto de vencer a inflação, que mascarava o real significado do déficit. Para consolidar a estabilidade e retomar o desenvolvimento é preciso avançar mais, e a crise internacional apenas fez com que a necessidade do equilíbrio nas nossas contas públicas se tornasse mais urgente.

Eu tenho a convicção de que nenhuma crise externa será capaz de nos derrotar. Nosso destino está em nossas mãos, como sempre esteve.

O principal problema é simples: o Estado não tem sido capaz de viver no limite de seus próprios meios. E por isso não cumpre o seu papel no processo de desenvolvimento brasileiro e fragiliza a nossa economia.

Os governos federal, estaduais e municipais

tem tido dificuldades em restringir seus gastos totais ao que as suas receitas lhes permitem. Por isso, não atendem apropriadamente a seus cidadãos e sobrecarregam a economia privada.

Os governos gastam mais do que ganham por vários motivos. Às vezes, são maus governos e administram o seu dinheiro de forma irresponsável.

O fim da inflação tornou essas coisas mais fáceis de serem percebidas. E fez o povo entender com mais clareza o que é um bom governo e o que representa a moralidade na administração do dinheiro público. A busca do equilíbrio nas contas públicas e também uma questão de cidadania.

Por outro lado, os governos se vêm pressionados a atender demandas da sociedade, demandas perfeitamente justas em um país de muitas carências. Vêm também pressionados a não abusar no aumento de impostos. Ao mesmo tempo, como é o caso recente, os governos tem tido de lidar com desequilíbrios fiscais e problemas que são herdados do passado.

A sociedade quer que o governo faça muitas coisas, mas nem sempre dá os recursos suficientes para fazer. Por outro lado, nem sempre os governos gastam os impostos que arrecadam da forma mais eficiente.

Sabemos quão ilusório é recorrer à inflação para resolver esses problemas. Imprimir dinheiro produz inflação, que é uma espécie de imposto a incidir principalmente sobre os pobres.

Mas isso hoje acabou. O que acontece agora, no plano estadual, federal e municipal, é que os governos, para cobrir a diferença entre despesas e receitas, estão se endividando exageradamente. Isto não pode continuar.

Por isso mesmo, eu tenho insistido tanto em reformas. Reformas que mudem a maneira de os governos funcionarem e que tenham por objetivo fazer o governo federal, e também os governos estaduais e municipais, viver dentro de seus próprios meios, e gastar melhor os impostos que arrecadam. O prejuízo tem de parar. O Estado tem de caber dentro dos recursos que a sociedade lhe dá, e tem

que utilizá-los da melhor forma possível.

Nos últimos anos muitas reformas foram empreendidas com o propósito de alcançar este equilíbrio. Os progressos foram muitos e, graças a eles, conseguimos controlar a inflação. Tenho insistido sempre em soluções definitivas e não paliativas, reformas que resolvam os nossos problemas pela raiz e não ataquem apenas os sintomas. Todos tem assistido as dificuldades que existem em combater as resistências e os privilégios arraigados. Mudamos e, como é sabido, continuamos empenhados em mudar a nossa Constituição em áreas importantes.

Temos avançado com enorme firmeza em um terreno absolutamente fundamental para o nosso futuro, a privatização. A privatização quer dizer que o Estado vai poder concentrar o dinheiro dos impostos na área social, e não em empresas estatais que dão prejuízo ou precisam de dinheiro do Tesouro para investir.

Mas a privatização não está sendo feita para resolver o descompasso que mencionei entre os recursos arrecadados e o que os governos federal estaduais e municipais querem realizar. Há Estados que tem mais de 80% de sua receita de impostos comprometida apenas com o pagamento da folha de salários. Há Estados onde o Legislativo e o Judiciário consomem recursos muito acima do razoável. Igualmente, há municípios onde as Câmaras de Vereadores consomem quantias injustificáveis, recursos que de outra forma poderiam estar contribuindo para resolver as carências de suas populações.

Precisamos dar um paradeiro nesses desequilíbrios.

Precisamos valorizar os recursos que o contribuinte paga na forma de impostos. E esta é uma tarefa para as três esferas de governo.

Há outra razão imperiosa para que, de uma forma definitiva, o déficit público seja colocado sob controle. É a relação que existe entre ele e a velocidade do nosso crescimento.

Sabemos que precisamos crescer. O crescimento e uma condição indispensável para a

criação de empregos, que é hoje a maior preocupação dos brasileiros.

Pois bem: o déficit público é uma das maiores razões pelas quais não podemos crescer mais rapidamente, embora o País tenha condições e necessite disso. E por que é assim?

Existem pelo menos duas razões interligadas. A primeira é a alta dos juros: quando os governos se endividam, eles disputam com o setor privado os recursos disponíveis para empréstimos. Os recursos para empréstimos são escassos e quando a procura por empréstimos aumenta, aumentam também os juros e, aí, não apenas para os empréstimos ao governo, mas para todos os empréstimos. Todos, empresários e consumidores são prejudicados: diminuem os recursos disponíveis e aumenta o preço para obtê-los. Quanto maiores os juros, menor o crescimento, porque não é possível encontrar investimentos produtivos, que criem emprego e aumentem a renda, que sejam tão lucrativos a ponto de cobrir juros excessivamente elevados por um período prolongado de tempo.

A segunda razão é o fato de que, para crescermos, e preciso fazer investimentos no país: construir fábricas, abrir empresas, melhorar estradas, escolas, telecomunicações, portos, etc. São necessários recursos para isso, ou seja, que alguém tenha poupado parte do que ganha, e é exatamente esta parte que se torna disponível para o investimento. Como gastamos mais do que arrecadamos, tomamos emprestada parte da poupança do setor privado e nem assim foi suficiente para todos os investimentos que fizemos.

O país teve que recorrer à poupança do exterior. E esta é limitada por dois motivos. Primeiro, porque se dependemos muito da poupança externa, surgem dúvidas sobre nossa capacidade de geração de recursos em moeda estrangeira suficientes para honrar os compromissos financeiros que assumimos ao utilizar essa poupança. Segundo, porque dada a gravidade do atual contexto internacional, a disponibilidade de poupança externa será relativamente menor de agora em diante. Para

crescermos de forma sustentada, teremos que elevar mais rapidamente nossa capacidade interna de poupar.

Isso significa, essencialmente, eliminar a poupança negativa do setor público através de um rápido e decidido ajuste das contas públicas. Qualquer vulnerabilidade que possamos ter a eventos do exterior fica diminuída se o Brasil eleva sua capacidade de poupança. Se aumentarmos nossa capacidade de poupar, aumentaremos os recursos disponíveis para construir nosso futuro.

Estão em jogo não apenas a nossa estabilidade, tão duramente alcançada, mas também a nossa prosperidade. O crescimento precisa ser acelerado, precisamos aumentar a renda média do brasileiro, gerar empregos. O Brasil tem pressa e os governos tem de ajudar e não atrapalhar.

A consolidação da nossa democracia ultrapassou diversas etapas, construiu instituições sólidas, que já passaram por muitos testes. Mas ainda existe uma outra tarefa a enfrentar, que é essencial para nosso futuro econômico e político: o desafio do equilíbrio fiscal, que é tanto maior quanto se sabe que estes problemas foram acumulados durante décadas e não há mágicas que permitam resolvê-los de uma hora para a outra.

O Estado não pode ser um peso para a sociedade e para a economia privada, não pode ser dominado por privilégios e corporações. Da mesma forma, não pode ser obrigado a cumprir promessas quando não tem os recursos para atendê-las. A mesma Constituição que estabelece as despesas, os direitos do cidadão e as obrigações do Estado, deve proporcionar ao Estado as condições e os instrumentos para a obtenção dos recursos para atender a estas despesas.

Precisamos fazer o Estado viver dentro de seus limites. E, para mim, este processo deverá dar-se de forma rápida, decisiva e definitiva. Precisamos resolver este problema de uma vez por todas.

O amadurecimento das práticas e instituições ligadas ao orçamento e sua execução é tarefa fundamental e inadiável. É absolutamente crucial para

nós governantes, e aqui me dirijo aos governadores - atuais e futuros - e aos prefeitos do Brasil afora, que tenhamos clareza sobre os limites de nossas ações, lembrando que recursos obtidos através de empréstimos não constituem receita e sim imposto no futuro, pois as dívidas tem de ser pagas.

Lanço aqui ao País, um grande desafio: o desafio do equilíbrio fiscal. Um desafio que eu gostaria de estender aos governadores e prefeitos do Brasil afora, e aos Legislativos. Um desafio que considero essencial para o nosso futuro. Por isso, quero deixar algumas mensagens fundamentais.

A primeira é a de que estou determinado, como já disse, a fazer isso da forma mais rápida possível. A opção é simples: fazer logo o ajuste, enfrentando de uma vez as opções e sacrifícios necessários e voltar a crescer nos níveis adequados o mais cedo possível. Não fazê-lo significa prolongar o período de crescimento insatisfatório.

Nasemana passada, estive com os presidentes do Senado e da Câmara e fiquei muito satisfeito em constatar que estamos, todos nós, firmemente empenhados na continuidade do processo de votação das reformas e de sua regulamentação.

Aprovamos a reforma administrativa. Antes de dezembro, devemos aprovar algumas propostas de regulamentação.

Propusemos a reforma da Previdência Social. Ela foi aprovada no Senado, mas ainda está pendente de aprovação na Câmara. Quero informar a nação que acertei com o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, que a reforma será votada ainda em outubro. Apelo a consciência cívica dos deputados - independentemente dos partidos - para que compareçam e votem, não a favor do governo, mas a favor do país.

A reformulação da proposta de reforma fiscal será encaminhada ao Congresso ainda este ano.

Já avançamos nas reformas relacionadas ao mercado de trabalho. Em novembro, vamos formalizar as propostas que requerem emendas constitucionais.

No início deste mês, criei a Comissão de Controle e Gestão Fiscal, uma comissão com autoridade para fazer cumprir as metas fiscais. Suas primeiras reuniões demonstraram seu potencial e sua força. Recomendo aos Estados e municípios, que tem tanta responsabilidade quanto a nossa no equilíbrio das contas públicas, que criem comissões semelhantes, dêem ciência aos cidadãos de como estão se comportando as suas contas. Ampliem, enfim, o seu grau de transparência em temas fiscais.

Quero reafirmar meu compromisso de estruturar uma proposta de ajuste fiscal para os próximos três anos. Determinei aos ministros da Fazenda e do Planejamento que acelerem esse programa para apresentá-lo o quanto antes, mesmo antes do prazo previsto. Não pedi apenas que fosse apresentado um programa, mas defini dois elementos indispensáveis: superávits primários crescentes ao longo dos próximos três anos e suficientes para impedir que a dívida pública cresça a um ritmo superior ao crescimento do PIB, mantendo estável essa relação ao longo do tempo. A melhora da situação fiscal terá que ser substancial já em 1999. Aí estará a maior parte do esforço requerido para o triênio 1999-2001 seja qual venha a ser o presidente eleito. O que fizermos no curto prazo, contribuirá para solidificar a convicção íntima, interna sobre o ajuste e ampliar a credibilidade do nosso programa.

Determinei também que sejam rapidamente efetuados estudos para definir bases legais que consagrem o princípio do equilíbrio fiscal. Vamos limitar de forma mais clara as despesas a existência de recursos necessários para financiá-las.

Vamos cortar as despesas, mas poderá ser necessário também aumentar receitas, sobretudo combatendo a sonegação e aumentando o número dos que pagam impostos. Tudo será feito com negociação e transparência. Sem surpresas. Como sempre fiz, desde o Real. E sem esquecer que os que produzem e os setores menos favorecidos da população não podem ser penalizados, nem com a inflação nem com o custo do ajuste.

Novas iniciativas devem ser exploradas, bem como mecanismos automáticos para assegurar a realização desse equilíbrio. Se não formos capazes de reduzir as despesas na velocidade e volume necessários, como estamos propondo, talvez sejamos obrigados a uma discussão aberta sobre aumento de impostos.

Atacar os desequilíbrios fiscais significa também consolidar a confiança de nossos parceiros na nossa economia. É um compromisso não só com quem está investindo no Brasil, mas também com os demais países, sobretudo os latino-americanos, que, como nós, buscam ajustar suas realidades internas e ganhar fôlego para enfrentar as intempéries externas.

No mundo de hoje, manter a solidez econômica, evitando que outros se contagiem com as repercussões negativas de políticas fracas ou equivocadas, exige o diálogo e a articulação entre países e instituições para consolidar uma ordem internacional mais justa. Por isso, não temos e não teremos medo de tratar de nossos ajustes com abertura em relação ao mundo: dialogar intensamente com parceiros e com as instituições internacionais como o Fundo Monetário, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o BIS, das quais somos sócios e com as quais continuaremos mantendo um relacionamento maduro, aberto e soberano. Se for do interesse do país um entendimento com estas instituições, o faremos.

Estou convencido de que os países do G7 e as instituições referidas acima deveriam colocar à disposição do Fundo recursos suficientes para serem utilizados, em caso de necessidade, pelos países da América Latina em uma espécie de “fundo de contingência” que teria como objetivo a prevenção de crises.

Fazer um ajuste rigoroso em tempo curto -

mais curto do que aquele que tínhamos quando o cenário internacional se afigurava menos conturbado - não é problema apenas do governo federal. O Legislativo, o Judiciário, os Estados e municípios terão que fazer a sua parte. O ajuste tem que ser um projeto nacional. Tem que estar inserido em todas as ações do setor público, sobretudo aquelas que envolvam gastos. Quanto maior a cooperação de todos, mais rapidamente reduziremos as taxas de juros, como todos queremos e o Brasil precisa.

Tenho consciência do que representa pedir um esforço maior de contenção. Faço-o para garantir a estabilidade, com os olhos voltados para um futuro com maior segurança econômica, para um Brasil ainda mais forte e melhor preparado para se posicionar no mundo.

Tenhamos todos consciência do desafio que esse passo representa, das dificuldades que teremos que enfrentar para atingir esse objetivo. Mas tenhamos também a determinação para enfrentá-las e a certeza de que essa é uma condição indispensável para que possamos alcançar a prosperidade, avançar na inclusão social e superar as injustiças e os desequilíbrios sociais que ainda pesam sobre nossa sociedade. Quero pedir aos brasileiros, que sempre souberam entender quando é preciso ser firme, que o sejam mais uma vez.

O povo brasileiro sabe que farei tudo, mas tudo mesmo, para proteger o Real. Para defender o poder de compra dos assalariados, para baixar os juros e retomar o crescimento. Contem com minha energia e dedicação para mantermos o Brasil, com estabilidade, no rumo do próximo século, com a esperança, que há de tornar-se realidade, de uma vida melhor para todos os brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado.

Eleições 1998

Declaração do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, após as Eleições 1998. Palácio da Alvorada, 7 de outubro de 1998

Hoje, é a primeira vez que, depois das eleições, tenho a oportunidade de, através dos meios de comunicação, falar com o Brasil, falar com os brasileiros e as brasileiras.

Eu queria ressaltar a importância das eleições na consolidação da democracia brasileira. Nosso país, hoje, é um país que enfrenta eleições com muita tranquilidade. Elas dão ao poder democrático a legitimidade necessária. De tempos em tempos, milhões de brasileiros vão às urnas e, normalmente, são dias de muita tranquilidade no país, de muita – até diria – alegria, com disputa, naturalmente. Mas tudo isso feito com espírito cívico.

E, mais uma vez, os brasileiros e as brasileiras se manifestaram e demonstraram a sua vontade inequívoca depois de uma campanha onde os principais candidatos expuseram minuciosamente seus programas, o que pensam, como pretendem governar.

E, no meu caso, como presidente, reafirmei, o tempo todo o que vou fazer. Disse o que gostaria de ter feito e não fiz, o que conseguimos fazer, o que não conseguimos ainda e o que precisamos fazer. Debati o tempo todo. Debate democrático não precisa ser feito de uma maneira impositiva, por regras burocráticas, em que um fala dois segundos, outro três. É o debate aberto, no país todo, que foi o que nós travamos.

Tive o cuidado, ainda antes do dia das eleições, de alertar o Brasil, numa conferência que fiz, no Itamaraty, para as dificuldades que a economia

internacional apresenta e que o país terá que enfrentar. Não quis nem me omitir, nem deixar de dizer o que pensava sobre essas matérias. Assim como todos os demais candidatos disseram o que pensam sobre essas matérias.

O povo escolheu. Hoje, tenho, em primeiro lugar, depois das eleições, de transmitir ao país meu estado de espírito, que é de emoção. É de emoção porque, depois de estar governando há quase 4 anos recebo, de novo, pelas urnas, o apoio do país, que me dá um novo mandato.

Apurados noventa e poucos por cento dos votos, mantive, o tempo todo, a maioria absoluta. Pela segunda vez, consegui convencer o povo de que havia um caminho, um rumo para o Brasil. Eu acho que esse resultado – que na verdade me emociona – me deixa mais ciente das responsabilidades enormes que tenho para com este povo. É minha determinação fazer o que terá que ser feito, para que o Brasil continue no seu rumo.

Esse resultado também me leva a uma reflexão de humildade. A responsabilidade é muito grande. É uma tarefa como a que nós estamos enfrentando, no Brasil, não é tarefa para ser cumprida por alguém que se pense iluminado, ou que pense que só ele é dono da verdade. Pelo contrário. Acho que, mais do que nunca, neste momento, é preciso que haja um sentimento, em todo o país, de diálogo e de solidariedade. Solidariedade para com a Nação, para com objetivos que não são meus, não são pessoais, mas que são de todos aqueles que têm um

sentimento da História e um sentimento de responsabilidade para com os seus semelhantes.

Reafirmo, portanto, o que disse durante a campanha: estou aberto ao diálogo. Mais do que isso: acho que o Brasil precisa, hoje, não só de ter uma oposição, mas de ter uma oposição que discuta, uma oposição que aceite o resultado das urnas, que respeite o povo, que respeite as opiniões, assim como aqueles que têm a maioria são obrigados, também, a respeitar o ponto de vista dos que não a tem.

O diálogo, hoje, é um imperativo nacional e, eu diria, internacional. Se é verdade que me sinto emocionado por me dirigir ao país, neste momento, depois de ter vencido nas eleições, e agradecer aos partidos que me apoiaram, aos milhões de brasileiros que não têm partido e que votaram por mim, também tenho o dever de dizer que, ao contrário do que alguns podem imaginar, nós estamos enfrentando, no Brasil e fora do Brasil, uma situação que, se tivermos a capacidade de manter o rumo, a capacidade de nos entendermos aqui dentro, de discutirmos com franqueza e com seriedade os nossos problemas, de fazer o que tem que ser feito aqui dentro, o Brasil sairá mais forte.

Olhando o que se passa hoje em dia, percebem-se os esforços internacionais imensos que estão sendo feitos para evitar que haja uma crise mundial – repito apenas as palavras do presidente Clinton, com quem, aliás, há pouco mais de meia hora ou quarenta minutos, acabei de ter uma longa conversa, em que ele me felicitou pela minha vitória aqui e eu externei a ele o sentimento de que o caminho é o caminho de uma reorganização do sistema mundial. É preciso que haja, efetivamente, solidariedade entre os países. Mas olhando para tudo isso, vê-se que alguns países estão respondendo aos desafios da História de uma maneira competente. A China está lutando para manter seu rumo e, ao manter seu rumo, permitir que haja uma continuidade dos fluxos de comércio e de desenvolvimento. O presidente dos Estados Unidos e os presidentes do G-7, da mesma maneira, têm manifestado esse sentimento nessa direção. Praticamente, todos os

presidentes da América Latina ou, pelo menos, da América do Sul, conversaram comigo nesses dias, e pensam na mesma direção. O rei da Espanha, o presidente de Portugal, o presidente da França, os responsáveis, enfim, pelos destinos do mundo. Ao perceber isso e ao perceber que todos sentem que o Brasil também fará o que for necessário para manter um caminho de transparência, de prosperidade, eu sinto que o país, como eu disse na campanha, escolheu um destino histórico. E nosso destino é o de continuar crescendo, é o de atender as necessidades do nosso povo, é o de manter a nossa capacidade de governar de acordo com o que interessa ao nosso país e é também – e só assim os povos são grandes – de fazer os sacrifícios que forem necessários, sob a condição de que eles não recaiam sobre os que mais necessitam e sob a condição de que se explicita o porquê das medidas que eventualmente venham a ser necessárias.

Não estou antecipando nenhuma medida, porque não é o caso. Não existe nada de pacotes, como a toda hora vejo dito, a serem anunciados por mim ou por quem quer que seja.

Nós vamos preservar o Real. Nós vamos conservar a estabilidade e vamos fazer isso para que possamos ter o crescimento sustentado, estável, para gerar mais empregos e para continuar no caminho do social, que não se dissocia da fortaleza do Real, que não se dissocia do nosso rumo, que não se dissocia da nossa capacidade de mantermos uma confiança em nós próprios e despertar confiança nos investidores locais e internacionais.

Mas é preciso também lhes dizer que, se nós temos tarefas que são fundamentais e que permitem ao Brasil seguir o seu rumo, algumas delas são de longo prazo e outras são de prazo mais curto. As de longo prazo são as mesmas pelas quais me bati nos últimos anos, desde que fui eleito em 94, desde que fui ministro da Fazenda, em que era nítido que o Brasil tinha que se transformar estruturalmente. A reforma da Previdência, a reforma da administração, a reforma dos impostos, as reformas políticas não são palavras usadas a esmo. São condições necessárias para a

prosperidade do nosso povo.

Portanto, nesse segundo mandato que vai se iniciar em janeiro, continuarei e com mais empenho – e os que trabalham perto de mim sabem que nunca perdi esse empenho nos anos que se passaram – mas com mais empenho, para que o Congresso dê os passos necessários para complementar essas reformas, que são essenciais. Os resultados delas não surgem do dia para a noite. São resultados, também, de longo prazo.

Houve uma mudança na situação do mundo. E as formas mais abundantes de financiamento, pelos abalos sofridos, primeiro, na Ásia, depois, na Rússia, como todo mundo está vendo, e que, hoje, afeta os países centrais também, levaram a haver uma restrição de créditos. Diante dessa situação, seria irresponsável o governante que não tomasse as decisões necessárias, para ajustar a economia do país à nova realidade e para seguir o país no curso, que é o curso desejado por todos.

Nesse sentido, não só as reformas, reafirmo, são essenciais. Vou me bater por elas e espero que o Congresso as aprove, as que ainda estão pendentes, que são a reforma da Previdência, na sua última etapa. E, depois, faremos novas medidas, para aperfeiçoar a reforma previdenciária. Mas que, também, o Congresso aprove as leis complementares, a reforma administrativa, sobretudo para que os Estados possam se ajustar. E que o Congresso possa aprovar a nova reforma tributária, porque o Brasil cansou de ter impostos em cascata e injustos, e que alguns não pagam – muitos, aliás, os que devem pagar – enquanto que outros pagam demasiado. É preciso corrigir esses desvios do nosso sistema tributário.

E é preciso, também, enfrentar a reforma política, porque nós precisamos de um país, sendo democrático como é, sendo aberto como é, tendo uma cidadania ativa como tem, precisamos de um país que tenha partidos, também, mais consistentes. E não haverá partidos mais consistentes sem que se coloquem em marcha mecanismos que levem à coesão partidária, à fidelidade partidária. E, por aí, nessa senda das reformas políticas, eu espero que o Senado

da República, que já está debatendo o assunto, possa avançar, ainda este ano, nesta direção.

Há, portanto, mudanças estruturais inadiáveis. E, como presidente da República, com o respaldo da imensa maioria do eleitorado, lutarei até o fim para consegui-las. E peço à sociedade que apoie, que continue firme na batalha porque essas reformas são necessárias para a tranqüilidade do nosso país.

Mas é preciso, também, responder às questões mais imediatas. Porque as crises – como a crise que ocorre hoje, no mundo, que é uma grande crise de liquidez, o que significa menos recursos a serem emprestados – requerem mais velocidade.

O ponto de partida, naturalmente, para isso, é uma mudança no regime fiscal. Lancei, no dia 23 de setembro, antes, portanto, da eleição, um grande desafio, que era o desafio do equilíbrio fiscal. Esse desafio não é um desafio ideológico. É algo fundamental para o nosso futuro, pelas razões que mencionei naquele discurso e que volto a enfatizar. Eu estou determinado a fazer isso, pessoalmente, da forma mais rápida possível. Enfrentando, de uma só vez, opções e sacrifícios necessários, para que nós possamos voltar a crescer nos níveis também necessários e adequados, o mais cedo possível.

Não se trata de esperar que as reformas estruturais surtam efeito. É preciso haver medidas, que o país sinta que nós estamos, realmente, saindo das dificuldades, para que possamos fazer aquilo que todo brasileiro deseja, que é baixar as taxas de juros, aumentar a produção, dar mais emprego, voltar o país, portanto, a ter um horizonte de crescimento.

Determinei, quando falei, no Itamaraty, que se antecipassem essas medidas. Agora, pedi à área econômica que até o dia 20 de outubro nos apresente um programa de ajuste fiscal, para os próximos anos, 1999, 2000, 2001. Mas, repito, não estou disposto a esperar que o tempo passe e que nós continuemos intermitentemente pedindo sacrifícios fiscais. É preciso que, no ano que vem, nós tenhamos o regime fiscal brasileiro ajustado à nova realidade, de tal maneira que os gastos do governo não pressionem o sistema financeiro, para que possamos baixar as taxas

de juros e para que possamos, portanto, voltar a um crescimento sustentado.

Nós precisamos ter resultados positivos, ao longo desse próximo ano, e temos que fazer com que a nossa dívida pública pare de crescer, quando comparada ao Produto Interno Bruto. Isto é essencial, porque essa é a chave para nós podermos baixar a taxa de juros. Enquanto não tivermos a capacidade de fazer com que a dívida pare de se expandir, não teremos a força necessária para manter baixas as taxas de juros. E isso, repito, precisamos fazer. E faremos o possível e o impossível para obtê-la.

Nós precisamos, para isso, buscar introduzir no próprio Orçamento um princípio de equilíbrio fiscal, por intermédio de uma lei complementar de finanças públicas que tenha, assim como as bolsas têm o circuit break, uma espécie de freio que permita parar o desmando financeiro, quando começa a haver desequilíbrio. É essencial que se faça isso. Isso não vai beneficiar um presidente, um partido. Isso vai beneficiar o país, que tem que se libertar dessa permanente busca de crédito para a própria conta pública, para que ele possa ter, sim, crédito para a produção.

Nós devemos, portanto, não apenas fazer isso, mas continuar avançando nas reformas do Estado. Vamos avançar de maneira determinada. Não se trata somente – e isso é necessário – de reduzir o tamanho do Estado, mas de tornar o Estado mais capaz de prestar serviços adequados à sociedade. É preciso, portanto, que se preste atenção à gestão da coisa pública, de tal maneira que ela vise à qualidade e não ao desperdício. Esse ajuste tem que recair, principalmente, sobre a ineficiência da máquina, sobre excessos de pessoal – quando existirem –, sobre privilégios – que ainda existem e que não são aceitáveis em um país que tem as dificuldades que o Brasil tem – e não sobre o conjunto da sociedade.

É preciso estabelecer um programa, portanto, que, por dever de justiça, faça com que o peso do ajuste recaia sobre aqueles que são responsáveis

também por essas deformações ainda existentes no nosso sistema. Não bastam as reformas estruturais, porque algumas delas, como eu disse, têm custo até adicional inicial elevado para que possam surtir efeitos. Nós precisamos de medidas mais decididas nesta área fiscal.

Também quero enfatizar que nós vamos fazê-las, tomá-las, eliminando brechas à sonegação, aumentando o número dos que pagam impostos e todo o tempo com transparência, com negociação, prestando atenção para que não recaia, mais uma vez, sobre os assalariados, o peso do ajuste. O ajuste tem que recair, principalmente, sobre o próprio sistema público, na medida em que ele é que está gerando esse desequilíbrio, e sobre aqueles que não estão dedicados a atividades diretamente produtivas e que são responsáveis, muitas vezes, por brechas, ou melhor, pela utilização de brechas no sistema tributário. É possível fazer isso. E nós faremos isso, com transparência e com negociação.

Tenho ouvido preocupações, muitas vezes de governadores, de políticos, a respeito da situação dos Estados. E eles têm razão de estar preocupados. O governo não está pensando em fazer recair sobre quem não tem mais de onde tirar recursos. Está pensando, sim, em dar aos governadores as condições que a reforma administrativa já propicia. Mas nós precisamos de leis complementares, para que eles se ajustem, porque, senão, não terão como avançar. Não são recursos para transferir para o Tesouro Nacional. São recursos para equilibrar as próprias contas dos Estados e, naturalmente, dentro da autonomia dos governadores. Mas cada um vai assumir a sua responsabilidade de fazer o ajuste na sua área. E terá de fazer, sob pena de ser visto pela sociedade como quem não teve a energia, a firmeza, e eu até diria mesmo a capacidade de ser leal para com o povo, que espera dos governos uma atitude de mais prudência e austeridade.

Por isso, estendi o desafio do ajuste, quando falei no Itamaraty, aos governadores e aos prefeitos. Porque eles são partes desse processo e a sua autonomia implica também responsabilidade. E nós

vamos dar – espero que o Congresso aprove – as leis que permitam aos governadores fazer esse ajuste e, sobretudo, que os contratos firmados com o Tesouro Nacional sejam honrados. Acabou a época no Brasil de se fazer um acordo para não se cumprir. Os contratos feitos com o Tesouro Nacional serão honrados pelos governadores, porque isso faz parte da ética democrática e da imperiosa necessidade do reajuste brasileiro.

Certamente, para que nós possamos voltar a ter condições de crescimento, não vai bastar o esforço, que faremos, de reajuste. Nós precisamos, também, prestar atenção ao fato de que os mercados, dada a volubilidade dos capitais especulativos e dado o clima que muitas vezes se gera, de desconfiança sem base, consideram em bloco os países emergentes. E agora, até, quem sabe, para chamar a atenção dos países já industrializados, nem apenas os emergentes, mas também os industrializados, o Japão é um caso, mas há outros, percebem que essa volatilidade de capitais pode afetá-los e afetá-los duramente.

Tenho autoridade moral e política para dizer isso porque, desde que assumi o meu primeiro mandato, todos os anos, não apenas nas reuniões do G-7, mas em ocasiões públicas como no Chile, como no México, na Conferência do Colégio do México, como em conversas privadas com os líderes do G-7, como em cartas a eles enviadas, chamei a atenção para o fato de que, depois de Bretton Woods – e eu repito, Bretton Woods foi feito quando ainda não havia nem sequer computador, não existia computador – não houve mudança significativa no sistema mundial.

O Brasil, na última conferência, na penúltima, em Hong Kong, do Fundo Monetário Internacional, através do ministro Pedro Malan, manifestou a preocupação com a extrema liberalização que estava sendo posta em marcha. Não obstante, naquele momento, a comunidade internacional não via, não antevia as dificuldades que poderiam surgir desses procedimentos.

Hoje, tenho recebido cartas – ou tenho lido

declarações – dos principais líderes dos países industrializados, no sentido de que nós vamos precisar criar um novo Bretton Woods. E, nessa matéria, creio que os líderes mundiais estão suficientemente alertas e sabem que isso será necessário.

Tenho, portanto, razões para repetir que uma parte da responsabilidade do que está ocorrendo hoje, no mundo, deriva da falta de iniciativas mais consistentes, na formação de mecanismos que permitam lidar com esses fenômenos novos, do mundo globalizado.

A nossa situação, hoje, não é particular. É uma situação que, realmente, a despeito de uma outra observação de campanha, não é local, é internacional. A crise, que deriva desse processo, é internacional. Temos diferenças aqui. Nós não temos uma economia com ativos sobrevalorizados, como outros países, que estão em crise, têm. Nós não temos uma economia que tenha que enfrentar um problema de super-endividamento das suas empresas. As nossas empresas financeiras não estão em situação de fragilidade. Nós fizemos investimentos em infraestrutura, nós fizemos investimentos – nós, eu digo, não é o governo, o conjunto do país – na indústria, na agricultura, nos serviços. A nossa economia, hoje, é mais eficiente, é mais competitiva.

E, então, nós estamos dispostos a entrar em negociações com o G-7, com o Banco Mundial, com o Fundo Monetário, com o Banco Interamericano. E o ministro Malan, com quem também falei há pouco, tem autoridade, de minha parte, para conversar e começar a discutir, desde que nós possamos, efetivamente, por decisão nossa, fazer os ajustes necessários e desde que, naturalmente, possamos mostrar que somos um país que tem condições de crescimento. Nós achamos que podemos sair mais fortes dessa crise, se levarmos adiante aquilo que é necessário. Pelas razões que mencionei: porques, aqui, não desperdiçamos os recursos em obras faraônicas. Nós não fizemos supervalorização de ativos. Nós saneamos o nosso sistema financeiro e temos uma indústria e um serviço, e uma agricultura mais competitiva.

Acho, portanto, que estamos, de fato – e reitero o que disse – diante de uma imensa oportunidade histórica, à condição de nós todos, brasileiros, entendermos que temos que ter a decisão de fazer o necessário. Não é só o presidente. Eu tenho, mas espero que o país inteiro tenha. Não apenas o Congresso, mas a sociedade também, que apoie nisso.

Eu acho que se fizermos isso, se pudermos, como estamos fazendo, trazer mais ativos, que o Brasil tem para – simbolicamente falando –, à mesa de negociações, nós podemos obter recursos externos e financiamento, num montante suficiente para mostrar ao mundo que o Brasil vai seguir seu curso.

Nós faremos isso. Nós vamos nos articular, interna e externamente, para demonstrar não só a nossa capacidade e a vontade política, já manifestada nas urnas, mas a nossa capacidade, também, de não apenas fazermos um ajuste necessário, mas de seguirmos adiante, numa política firme, de desenvolvimento e de crescimento.

E, também, eu devo dizer que não se pode, num país como o nosso, tomar decisões como estamos tomando – e é do nosso estilo, com toda a franqueza – sem dizer – e eu repito aqui – que, se nós vamos, soberanamente, dar uma contribuição ao mundo, para o mundo sair dessa crise, se nós vamos fazer a nossa parte, esperamos que o mundo, também, ou aqueles, no mundo, que podem, cumpram os seus papéis e façam a sua parte. Nós não podemos deixar de ter presente que fazemos isso para poder gerar mais riquezas, para poder baixar as taxas de juros, para poder gerar mais empregos, para poder levar adiante a transformação econômica do Brasil.

Nesse sentido, eu vou criar, oportunamente, um órgão ou um Ministério ou transformar um Ministério, efetivamente, num órgão que coordene a produção nacional e que tenha condições para discutir as formas de financiamento necessárias para que o Brasil possa continuar investindo e crescendo. Nós não podemos, só porque há uma crise, deixar de ver que há problemas reais que nos dão oportunidades

de avançar mais. E, no mesmo momento da crise, ao mesmo tempo, nós temos que estar sustentando programas de coordenação do nosso setor industrial, do nosso setor de serviços, do nosso setor agrícola, para que eles possam seguir adiante em um processo não só de modernização, mas de continuidade de investimento.

Não há – repito –, para mim, separação entre estabilidade e crescimento. Estabilidade é condição de crescimento. Estabilidade, somente para ter estabilidade, não resolve o problema de um país que é forte como o Brasil, que tem essa oportunidade histórica de avançar mais, neste momento, que se modernizou, que tem tecnologia, competência, que tem capitais. É preciso que o governo, portanto, atue muito ativamente nisso. E nós dispomos dos instrumentos. O BNDES é instrumento para isso. Nós dispomos de instrumentos. O Banco do Brasil é instrumento para isso, mormente na parte agrícola. Nós precisamos ter uma coordenação maior e uma coordenação mais efetiva com aqueles que tomam decisão de produção no Brasil.

Devo dizer também que, embora o Brasil mantenha – e manterá – uma economia aberta e embora o Brasil acredite que é preciso ampliar os fluxos de comércio, nós acreditamos também que temos um mercado interno poderoso e que temos formas de financiamento interno amplas. E temos que nos preparar para uma estratégia de política econômica que faça com que o Brasil dependa menos de capitais externos e mais de financiamento interno, até porque os capitais externos vão escassear e nós temos que ter condições de manter a nossa atividade e de expandi-la. E é por isso que estou pensando, fortemente, na necessidade de termos uma coordenação mais ativa do setor produtivo nacional.

Não posso me esquecer também de que não fui eleito apenas para resolver uma crise que é passageira, que não fui eleito apenas para dizer que vou coordenar e incentivar a produção. Eu fui eleito por milhões de votos de pessoas, muitas das quais lutam para manter o emprego, outras que não têm condições de renda suficiente para viver mais

decentemente. E é pensando nelas que insisto na estabilidade, porque sem a estabilidade, com a volta da inflação, essas seriam arrasadas pelos desmazelos da economia. E, pensando nelas, eu reafirmo aqui que vou cumprir o que disse no meu programa eleitoral.

Vamos, sim, prestar atenção muito forte à questão do emprego. É claro que é preciso que haja – e já existe – um diálogo mais ativo e uma negociação entre trabalhadores, empresários e o governo para a preservação do emprego. É claro que existem já mecanismos negociados entre os sindicatos e o empresariado. Mas é preciso ampliar nosso esforço na melhoria da qualificação dos trabalhadores, no ensino médio e profissional. Nós temos que aprimorar a nossa legislação trabalhista. E nós temos, sobretudo, que prestar atenção aos setores que são grandes geradores de emprego.

Aqui, eu me refiro ao aperfeiçoamento e à consolidação, não apenas da reforma agrária, mas da economia agrária. Da economia agrária dos grandes produtores, mas também da economia agrária da família produtora. É indispensável – e nós mantemos e manteremos essa linha -, assim como é essencial levar adiante – e nós dispomos dos recursos – um forte programa de construção civil, manter o programa de turismo e da pequena e média empresa.

Não foram palavras de propaganda eleitoral. Foram palavras de compreensão das necessidades do Brasil e também de compreensão das possibilidades que o Brasil tem.

E nós precisamos levar adiante os programas que mencionei, da primeira experiência de trabalho para os nossos jovens. Nós precisamos dar apoio aos chefes de família, que encontram as maiores dificuldades na obtenção de emprego, através do nosso programa de seguro-desemprego. Estamos discutindo, e vamos fazer programas que possam apoiar melhor essa imensa possibilidade que existe, de atender aqueles que perdem emprego.

Mas, uma coisa é perder emprego e outra coisa é a dívida social para com aqueles que nunca tiveram um emprego estável. Os brasileiros talvez não saibam, mas não apenas é necessário e o governo

faz, dar atenção à economia familiar, à agricultura, à reforma agrária, e tudo o mais, mas é preciso, também, entender que nós temos uma dívida social muito grande, que apenas começou a ser paga.

O governo dispõe de mecanismos, de programas e de recursos que chegam a 16 bilhões de reais, e que são programas de renda mínima. O principal deles é o seguro rural. É o pagamento que se faz à aposentadoria rural. As pessoas não contribuem e recebem um salário. O outro é a LOAS, que atende as pessoas idosas ou que são portadoras de deficiências físicas. O outro é para tirar criança do trabalho forçado, a Bolsa Brasil Criança Cidadã.

Esses programas têm que ser preservados e ampliados. E, mais do que isso, é preciso, também – e volto ao tema – que se mantenha a estabilidade. Senão, essas são as primeiras vítimas das políticas que não prestam atenção à estabilidade. São as primeiras vítimas porque, com a volta da inflação – que não voltará – elas perderiam o pouco que já conquistaram.

Não vou me descuidar, portanto, desses programas de renda mínima, e de uma atenção toda especial aos mais pobres. Não é possível fazer-se um programa de ajuste, como nós vamos fazer, que não tome em consideração, por um lado, como eu disse aqui, a produção e, por outro lado, a imensa quantidade de brasileiros, que não têm condições, de serem vitimados por aquilo pelo qual não são responsáveis, que são os desastros de um sistema financeiro internacional, que se montou, sob a forma de um quase cassino.

Então, um presidente responsável, que recebeu a confiança do povo, tem que ser, também ele, solidário para com esse povo. Não há, portanto, a menor sombra de dúvida de que nós vamos seguir adiante com esses programas de cunho social.

Os que laboram em erro, pensando que agora é a hora do mercado, e que isso significa dizer: “não é mais a hora do social”, vão ficar falando sozinhos, porque as coisas se fundem. Agora, é a hora de dar condições para a economia continuar crescendo e atuar para que o mercado vá nessa

direção. Agora, é a hora de continuar dando às populações mais necessitadas do país a solidariedade necessária e, basicamente, emprego e, basicamente, renda, para que elas possam continuar avançando.

Não haverá, portanto, que descuidar nem da educação, nem da saúde, nem da reforma agrária, que são programas permanentes. Os ajustes serão feitos. Eventualmente, aqui e ali, haverá cortes. Nesses programas também, mas não no essencial, não naquilo que se caracteriza como qualquer coisa que tenha significado efetivo para o resgate da dívida social.

Perguntar-se-á: mas, então, como? Há desperdício, há gente demais, há a possibilidade de uma atuação mais firme, na racionalização dos serviços públicos. É necessário, por duro que seja, ver qual é a opção. Ou se recai, mais uma vez, sobre o conjunto da sociedade e, sobretudo, dos mais pobres, ou se cobra de quem tem privilégio. Se tiver privilégio no serviço público, há de continuar sendo cobrado esse privilégio, e devolvido sob a forma que seja, para o Tesouro. Se houver privilégios na utilização de mecanismos de evasão fiscal, terão que ser duramente coibidos.

Creio que o Brasil todo sabe que o governo vai fazer o que disse que faria. Isso não significa – e repito, mais uma vez – que, do dia para noite, as pessoas acordem e levem um susto. Isso significa que, com esse programa, que vai ser apresentado até o dia 20, o Brasil todo vai discuti-lo. O Congresso vai discuti-lo. É um programa brasileiro. Esse programa vai ser mostrado aos financiadores internacionais, com toda sinceridade. Nós nunca deixamos de mostrar dado algum e não acreditamos em trapaças.

Faremos o que estamos prometendo que vamos fazer. Faremos porque isso é necessário. Faremos porque eu teria traído a votação que recebi, se não continuasse mantendo uma linha de austeridade, para preservar o valor do Real. Mas não faremos isso de modo a que as pessoas levem um susto e se desorganizem do dia para a noite. Não faremos isso de modo que aqueles que têm responsabilidade de produção, de repente, percam

o seu horizonte, de continuar investindo.

É fácil? Não, é muito difícil. Mas eis aí o desafio. E esse desafio, quando é respondido por um povo – e um povo que votou em um presidente que disse que ia fazer um aperto fiscal é povo que tem condições morais, tem energia para enfrentar as dificuldades, quando esse desafio tem o respaldo de um povo como é o povo brasileiro, esse desafio apenas nos motiva para continuarmos confiantes no Brasil. Confiantes em que nós vamos crescer mais. Confiantes em que nós vamos ter, realmente, uma economia mais próspera. E lhes digo – e não com qualquer motivação pessoal: se nós fizermos o que estamos fazendo e o fizermos com energia, sairemos dessa crise mais fortes.

Quantas vezes me perguntaram se o Brasil ia ou não para o Conselho de Segurança da ONU? Quantas vezes eu disse que estava mais interessado em ter vez e voz para o Brasil na área do comércio mundial, da economia mundial, do que em um órgão de controle político-militar? Pois bem, se nós formos capazes de, solidariamente, como brasileiros, entendermos o momento e atuarmos, o Brasil sai dessa crise, necessariamente participando da mesa de negociações da nova ordem mundial, porque ela se impõe. Ela virá. Ela virá. Haverá um novo Bretton Woods. Isso é necessário, é importante. E nós precisamos estar preparados para isso, não apenas para resolvermos a nossa crise passageira, que nós temos condições de enfrentar, mas para que não tenhamos, no futuro, outra vez que nos defrontar com condições adversas.

Creio, portanto, que, se, por um lado, como comecei dizendo, agradeço – e agradeço emocionado – o voto, o apoio recebido do povo brasileiro, por outro lado, sei do tamanho do desafio, mas me sinto com a energia que esse povo tem para enfrentá-lo.

E quero deixar uma palavra, mais do que de esperança, de certeza de que um país com essas características, que é um grande país, será capaz de assumir seu destino histórico.

Muito obrigado.

Almoço em homenagem ao Embaixador Dido Florentín Bogado

Discurso pronunciado pelo Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, por ocasião do almoço em homenagem ao Embaixador Dido Florentín Bogado, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai. Brasília, 13 de outubro de 1998

Senhor Ministro, caro Dido,

Desejo estender-lhe as mais cordiais boas-vindas. Antes mesmo que se soubesse quem seria o novo Chanceler do Paraguai, o Presidente Raúl Cubas já nos havia antecipado que escolheria um grande amigo do Brasil. Foi com satisfação que vimos essa expectativa plenamente confirmada com o anúncio do nome de Vossa Excelência para a alta chefia da diplomacia paraguaia. O conhecimento que Vossa Excelência adquiriu sobre a realidade brasileira, nos anos em que esteve à frente da Embaixada do Paraguai no Brasil, e as amizades que aqui fez, certamente contribuirão para o estreitamento de nossas relações. Esteja certo de encontrar, no Brasil, a melhor disposição de seguirmos trilhando um caminho de realizações conjuntas.

Brasil e Paraguai são mais dos que bons vizinhos: são sócios inseparáveis, ligados que estão não só pelas tradições, aspirações e objetivos comuns, mas também, e sobretudo, por projetos de grande alcance que vinculam nossos países de forma sólida e duradoura, como Itaipu e o MERCOSUL.

Com Itaipu, e mais recentemente com o MERCOSUL, aprendemos a criar oportunidades que se traduzem em mais bem-estar para nossos povos. Desde então, as relações entre nossos países têm conhecido grande adensamento. Poucos países

no mundo terão um relacionamento de tanta amplitude e intensidade quanto Brasil e Paraguai. Nossa agenda é longa e complexa. Para além da vinculação econômico-comercial, da integração física, da cooperação nas mais diversas áreas, as relações entre nossos países desenvolvem-se com importante dimensão humana. Grande número de brasileiros vive no Paraguai. No Brasil, também recebemos importante contingente de paraguaios. É nossa responsabilidade conjunta assegurar o bem-estar desses cidadãos. No Brasil, acabamos de dar um passo importante, com a concessão de ampla anistia aos estrangeiros em situação irregular no País. Temos a confiança de que esse procedimento permitirá uma melhor inserção desses cidadãos em nossa comunidade.

Senhor Ministro,

Como país vizinho e amigo, o Brasil tem em relação ao Paraguai um interesse claro e definido: o bem estar e a prosperidade da nação paraguaia. Interessa-nos que o Paraguai, como nosso sócio no MERCOSUL, siga no caminho da estabilidade, dentro de um quadro de plena vigência da democracia representativa e do respeito às instituições políticas e jurídicas nacionais.

Muitas vezes o Brasil é chamado a opinar ou

tomar partido sobre situações que dizem respeito à realidade política paraguaia. Tenho reiterado a todos os meus interlocutores que ao Brasil não cabe, nem lhe assiste qualquer direito de pronunciar-se sobre tais temas. Não pretendemos ser nem árbitros da política interna do Paraguai, nem professores de democracia. Ao contrário, confiamos em que a sociedade, as forças políticas e as instituições paraguaias encontrarão, como o têm feito, as soluções para os problemas que se apresentem, no marco da consolidação do regime democrático.

Interessa-nos igualmente o progresso do Paraguai, para que possamos desenvolver ainda mais as relações estreitas que já mantemos e explorar juntos as numerosas possibilidades que se oferecem.

Estamos inaugurando uma nova etapa em nosso relacionamento. Cientes da intenção do Governo paraguaio de promover a modernização econômica do país, com vistas a seu desenvolvimento e à plena inserção no processo de integração sub-regional, vimos acompanhando, com interesse, as medidas concretas que vem sendo tomadas com esse objetivo. São especialmente bem-vindos os propósitos do novo Governo paraguaio quanto a temas de natureza econômico-comercial, a exemplo da reconversão de Ciudad del Este e de sua região de influência. Desejamos apoiar o esforço paraguaio por meio de ações conjuntas, algumas das quais já puderam ser identificadas nas conversações mantidas na semana passada, em Brasília, com o Vice-Ministro José María Fernández. Desejamos avançar e aprofundar nossa cooperação nos mais diversos setores, da promoção de investimentos à cooperação

técnica, da integração física à cooperação consular, da proteção ambiental à coordenação de esforços para o combate aos ilícitos na região da fronteira. Uma das áreas em que esperamos poder avançar rapidamente é a da coordenação de esforços entre a Secretaria da Receita Federal e os órgãos correspondentes no Paraguai, com vistas ao aprimoramento dos controles e da fiscalização do comércio irregular. Desejamos, igualmente, tornar mais sistemático e regular o exercício que estamos empreendendo neste momento, pela criação de um mecanismo de coordenação e consulta.

O Brasil estará determinado a levar adiante esse propósito. A reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, já em primeiro turno, nas eleições de 4 de outubro, representa uma confirmação, nas suas palavras, de que “o Brasil é um país que tem rumo”. O Governo continuará empenhado na manutenção da estabilidade e na conclusão das reformas ainda pendentes. Está, igualmente, promovendo um ajuste fiscal rigoroso para fazer face à atual crise internacional, que nos afeta a todos. Acreditamos que a consolidação e o aprofundamento do processo de integração é parte da solução, pois contribuirá para fortalecer a capacidade de resposta de nossos países aos desafios que ora se apresentam.

Senhor Ministro,

Geografia e afeto inspiram nosso trabalho. Brasil e Paraguai estão lado a lado. Devemos continuar trabalhando lado a lado, com os olhos voltados para nossos objetivos comuns.

VIII Reunião de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Iberoamericana

Discurso do Senhor Presidente da República na sessão de trabalho da VIII Reunião de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Iberoamericana. Cidade do Porto, Portugal, 18 de outubro de 1998

Este é um foro importante para tratar de questões como a da globalização e suas conseqüências para as nossas sociedades.

Primeiramente, porque, em seus antecedentes históricos, a globalização traz a marca iberoamericana. As grandes navegações foram um capítulo crucial no processo de criação das bases de uma economia mundial.

Em segundo lugar, temos posições variadas no sistema internacional, mas temos também interesses comuns, que se vêem afetados pela globalização e que nos movem a buscar uma compreensão comum do que está ocorrendo no mundo, em particular em momentos de crise, como o atual.

Cada um de nossos países tem sido afetado pela crise, tem consciência de sua gravidade, de seu alcance. Sabemos que é necessária e urgente a ação decisiva, por parte dos Governos, para enfrentar a crise, para evitar que ela se alastre ainda mais e para minorar os seus efeitos, particularmente sobre os setores mais vulneráveis.

No Brasil, a nota dominante de nossos esforços é a preservação de nossa moeda e da estabilidade de nossa economia, com vistas ao crescimento sustentado e à justiça social. Para isso, o país está engajado em uma discussão nacional sem precedentes (tanto pelo seu elevado grau de prioridade na agenda política como pela profundidade

de conteúdo) sobre como melhor enfrentar o desafio do equilíbrio fiscal. Isso envolve a continuidade do processo de reformas internas, com o objetivo de assegurar uma base sólida e racional para as contas públicas, o que é essencial para a redução das taxas de juros e, portanto, para o crescimento.

Mas os desafios que temos que enfrentar não são apenas nacionais. Boa parte deles - notadamente aqueles relativos aos fluxos internacionais de capital - situa-se no plano dos problemas que não podem ser resolvidos por nenhum país isoladamente.

Já há alguns anos que eu venho insistindo sobre a importância de aprimorar a cooperação internacional nessa matéria.

Fala-se, agora, e com razão, da necessidade de uma rediscussão da arquitetura do sistema financeiro internacional e do papel das instituições financeiras internacionais.

A necessidade de reforçar a estabilidade do sistema financeiro internacional já é um consenso. O que até há pouco tempo era uma demanda dos países chamados "emergentes" - às vezes criticada como uma tentativa de mascarar suas dificuldades internas - tornou-se hoje também uma bandeira dos líderes dos principais países industrializados.

Por sua magnitude e velocidade de propagação, a crise atual tem obrigado a todos, mesmo os que se opunham a qualquer forma de regulação, a repensar a estrutura do sistema financeiro

internacional.

As chamadas instituições de Bretton Woods foram originalmente criadas para responder às necessidades de um mundo com taxas de câmbio fixas e controles de fluxos de capital cujos volumes eram irrisórios se comparados aos de hoje. Essas instituições envelheceram e não estão plenamente preparadas para enfrentar os atuais desafios.

Alguns pontos já estão claros e precisam, com urgência, ser implementados, como por exemplo: a necessidade de maior transparência; o aprimoramento dos instrumentos de supervisão e regulação; a melhor capacitação das instituições financeiras internacionais e a adoção por elas de um enfoque preventivo; e - por último, mas não menos importante - mecanismos para minimizar o impacto social das crises.

Essas são condições necessárias, mas não suficientes. Será preciso avançar ainda mais.

É preciso enfrentar, ainda, outras fontes de instabilidade do atual sistema financeiro internacional, como o excesso de alavancagem e a volatilidade dos fluxos de capital.

A excessiva alavancagem favorece a rápida contaminação entre instituições financeiras, ou entre países, potencializando crises que poderiam ser mais facilmente controladas se fossem localizadas.

Portanto, sem a regulação dos Fundos de Investimento e outras Instituições não-bancárias que trabalham com operações off balance e off shore, qualquer medida será inócua. São esses fundos que viabilizam o atual grau de alavancagem, introduzindo uma profunda instabilidade no sistema.

A volatilidade dos fluxos de capital é outra ameaça constante ao sistema financeiro internacional. Permite os “ataques especulativos”, que afetam tanto economias desenvolvidas como emergentes. É claro que somos nós, países em desenvolvimento, os que mais sofremos as conseqüências, que nos prejudicam os esforços de ajuste e de crescimento. Os países emergentes podem tornar-se, com isso, fator de instabilidade para o sistema.

Como os demais aspectos da atual conjuntura

de crise, este é um tema que acentua os interesses comuns compartilhados por países “emergentes” e países industrializados. No mundo atual, já não há mais a possibilidade de uma solução para a crise sem o equacionamento satisfatório da questão do financiamento dos países emergentes. O volume de recursos aplicados nessas economias, o tamanho de seus mercados, o espaço que vêm conquistando na economia globalizada, transformou-as em parceiros indispensáveis.

A globalização, a despeito das assimetrias que se mantém, produziu uma nova comunidade de interesses entre o Norte e o Sul. Do êxito dos países emergentes depende a estabilidade da economia internacional. Se soubermos tirar as conseqüências dessa nova realidade, estaremos assentando as bases para a construção de uma ordem internacional mais justa e mais estável, a ordem internacional que a globalização demanda.

Não nos esqueçamos, na reconstrução da ordem mundial, que as questões da globalização não se restringem a seus aspectos financeiros. Até agora, a liberalização comercial não acompanhou a liberdade dos fluxos de capital financeiro. Ela continua seletiva e assimétrica, favorecendo principalmente os produtos e serviços fornecidos pelos países industrializados.

Tanto as exportações de manufaturados dos países emergentes (siderúrgicos, têxteis, sapatos, sucos industrializados, etc.) como, sobretudo, os produtos agropecuários, continuam inaceitavelmente contidos pelas barreiras tarifárias e não-tarifárias dos países ricos.

A nova ordem que buscamos requer, portanto, não apenas a revisão das instituições internacionais de gestão financeira, como uma “globalização simétrica”, que garanta o acesso aos mercados dos países desenvolvidos, sob pena de estiolarem as negociações da OMC.

Diante desse desafio, não devemos ter medo de inovar onde necessário. Uma das idéias - no campo da regulação financeira - que merece consideração séria e a do estabelecimento de uma

taxa de sobre os fluxos de capital de curto prazo, tal como proposta pelo economista James Tobin, que a avaliava em 0.5%.

Parte dos recursos auferidos com essa taxa poderia ser utilizada para a criação de um fundo de estabilização, eventualmente à disposição do FMI - fundo que seria de certa forma inspirado nas idéias sobre a criação de um Banco Central Mundial, apresentadas por Keynes em Bretton Woods. Outra parte poderia ser destinada ao Banco Mundial, para programas de combate à pobreza. Um grupo como o G-22 poderia, como ponto de partida,

comprometer os seus bancos centrais a iniciar a reflexão sobre como constituir esse fundo.

Essas são idéias que merecem consideração atenta. Nos momentos de crise, a ação orientada pelo conhecimento objetivo da realidade torna-se mais necessária do que nunca. E nesses momentos, o custo da inação torna-se excessivo. O Brasil tem a firme intenção de continuar a dar uma contribuição substantiva a esses esforços de cooperação, que já são inadiáveis.

Muito obrigado.

Cerimônia de assinatura da Declaração de Paz entre o Equador e o Peru

Discurso do Senhor Presidente da República por ocasião da cerimônia de assinatura da Declaração de Paz entre o Equador e o Peru. Brasília, 26 de outubro de 1998

Os povos da América se unem hoje para celebrar uma conquista histórica: a vitória da paz em nosso hemisfério.

É portanto com imensa alegria que dou as boas vindas aos Presidentes Jamil Mahuad e Alberto Fujimori, que irão assinar os instrumentos jurídicos que consagram a paz definitiva entre o Equador e o Peru.

Cumpra-se de forma plena o compromisso solene que selamos na Declaração de Paz do Itamaraty de 19 de fevereiro de 1995. Resgatamos, hoje, a esperança dos povos do Equador e do Peru num futuro de colaboração e entendimento. Reafirmamos a fé de nosso continente na promessa de convívio pacífico e solidário.

Presto, em nome de todos os Países Garantes do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, uma homenagem aos Presidentes Jamil Mahuad e Alberto Fujimori, cujas qualidades de estadistas revelaram-se à altura dos desafios lançados pelo Processo de Paz.

Com lucidez e determinação, souberam encontrar o melhor equilíbrio entre os legítimos anseios e aspirações históricas de seus povos.

Com visão e perseverança, souberam guiar seus povos no caminho da concórdia.

São dois grandes patriotas que merecem para sempre a admiração dos americanos.

Acompanhei pessoalmente os intensos e corajosos esforços dos dois Presidentes.

Foram realmente líderes.

Tiveram a lucidez para comandar um processo complexo, difícil, de debate amplo, que permitiu a sedimentação de um consenso nos dois países em favor do entendimento.

Aqui estão, a meu lado, os Presidentes Carlos Menem e Eduardo Frei, cuja participação ativa nesse processo foi crucial para o seu êxito. O amigo Thomas McLarty trouxe a palavra de apoio do Presidente Bill Clinton, a quem também agradeço de público.

E é para mim uma grande honra receber em solo brasileiro Suas Majestades o Rei Juan Carlos e a Rainha Sophia. Sua vinda a Brasília para compartilhar esse momento histórico de reconciliação dos povos equatoriano e peruano é o símbolo maior da admirável herança ibero-americana.

Igual honra nos fazem os Presidentes da Bolívia, Hugo Banzer, e da Colômbia, Andrés Pastrana, que aqui vieram para expressar seu respaldo e sua solidariedade neste grande momento da história sul-americana.

Somos gratos pela presença entre nós do Cardeal Dario Castrillón Hoyos, enviado pessoal do Papa João Paulo II, cujo estímulo nunca faltou ao processo de paz. A mensagem papal de que é portador constitui alento espiritual para os povos do Equador e do Peru e inspiração na tarefa de construir a paz.

Registro, igualmente, a presença significativa do Secretário-Geral da OEA, Dr. César Gaviria, cuja

vinda a esta cerimônia é simbólica da importância deste evento no âmbito inter-americano.

Majestades, Senhores Presidentes,

Celebramos, hoje, as conquistas do árduo, mas insubstituível exercício diplomático de promover a reconciliação e o desarmamento dos espíritos e, sobre essa base de confiança mútua, edificar um futuro melhor.

Foram dias de intensa negociação e eu me orgulho de nelas ter participado pessoalmente com o Presidente Fujimori, e do lado equatoriano, em um primeira fase, com os Presidentes Sixto Durán e Fabián Alarcón, e depois com o meu amigo Jamil Mahuad.

Sabemos que a paz não se alcança apenas com o silêncio das armas ou com palavras de boa vontade. Vossas Excelências subscrevem hoje um conjunto de acordos que traduz em ações concretas e inovadoras esse compromisso com o futuro.

Na opção pela paz passa-se a um patamar mais elevado nas relações humanas. A tolerância e o respeito recíproco dos direitos de cada um fazem com que as fronteiras deixem de constituir uma ameaça para afirmarem-se como áreas de cooperação fecunda.

Peru e Equador demonstram a todo o mundo, hoje, que o que distingue a América do Sul é o fato de ser uma região de paz. É o fato de ser uma região que elege a diplomacia e o direito internacional como estilo para superar divergências, que escolhe a boa convivência como passaporte para a modernidade.

Sem paz não há progresso ou desenvolvimento possível

É esta opção pela paz que define a nossa posição no mundo. É a nossa recusa de sodas as formas de influência baseadas no uso, ou na ameaça do uso da força.

Queremos que a nossa capacidade de influência se afirme por nossos êxitos na promoção dos direitos humanos e da democracia, da justiça social e do crescimento econômico.

Serão essas as armas com que

combateremos, juntos, para conquistar o lugar que a América do Sul merece ocupar no cenário mundial.

Hoje, festejamos uma vitória. Os vencedores se encontram em toda nossa região e, de forma muito especial, no Equador e no Peru.

São vencedores todos aqueles que advogaram, defenderam e se empenharam na cause da paz: sem esse concurso das sociedades equatoriana e peruana - que incluiu a indispensável e lúcida participação dos parlamentos de ambos os países -, sem o seu comprometimento com a paz, o resultado de hoje não teria sido possível.

Expresso, portanto, o meu profundo reconhecimento a toda a sociedade equatoriana e peruana por seu apoio à paz.

A atitude patriótica e exemplar desses dois povos merece a nossa admiração e respeito.

Estou seguro de interpretar fielmente o sentimento de todos ao manifestar meu especial reconhecimento pela atuação decisiva dos Observadores Militares dos Países Garantes. Com grande eficiência e alto sentido profissional, criaram as condições indispensáveis para a consolidação de um clima de distensão e confiança mútua entre as Partes e para o êxito das tratativas político-diplomáticas.

É justo que se reconheça também a dedicação tenaz dos negociadores de ambos os lados, que tornou possível a conclusão dos textos hoje assinados.

O Acordo Amplo de Integração Fronteiriça bem exprime nossa convicção quanto às vastas oportunidades de cooperação na gestão conjunta de recursos compartilhados. Projetos orçados no valor global de US\$ 3 bilhões brevemente transformarão em realidade nosso permanente empenho em juntar esforços em benefício de todos.

Exemplo expressivo desse espírito de cooperação - e de suas vantagens - é o Tratado de Comércio e Navegação, previsto no Artigo VI do Protocolo do Rio de Janeiro. No seu âmbito, vamos realizar as amplas potencialidades de aproveitamento conjunto dos recursos da Bacia Amazônica, refletindo

a vocação amazônica do Equador. O Governo do Peru entendeu a importância desse fato e atuou com patriotismo, espírito construtivo e solidariedade. Juntos, continuaremos a avançar na missão de transformar a Amazônia em espaço privilegiado de desenvolvimento sustentável e integrado.

Os entendimentos alcançados para concluir a Fixação no Terreno da Fronteira Terrestre Comum não representam apenas a promessa da convivência pacífica e respeitosa.

Se, no passado, a demarcação territorial foi fundamental na definição de nossas identidades nacionais, hoje, nosso amadurecimento enquanto comunidade solidária de países soberanos exige que nossas fronteiras sejam, cada vez mais, um ponto de encontro entre nossos povos, uma instância de convívio e aproximação.

A Comissão Binacional sobre Medidas de Confiança Mútua e Segurança já vem adotando iniciativas que se adiantam a propostas em discussão em foros internacionais sobre desarmamento. Registro com especial satisfação a iniciativa dos Presidentes Mahuad e Fujimori para acelerar a retirada das minas na região fronteiriça. Contarão nessa tarefa com a colaboração da MOMEPE e, tenho a convicção, com o apoio de toda a comunidade internacional para livrar suas populações desse cruel flagelo.

Majestades, Senhores Presidentes, Senhoras e Senhores,

São a paz e a justiça os maiores imperativos éticos, condições para que o homem se realize plenamente.

A recordação daqueles equatorianos e peruanos que caíram em nome de suas pátrias haverá

de reforçar nosso empenho em favor de que as novas gerações não tenham mais por que para sacrificar suas vidas. Este, sim, constitui o motivo principal para celebrarmos a data de hoje e para contemplarmos o futuro com otimismo.

De fato, nunca tivemos motivos para desânimo e ceticismo, pois em nosso continente não há lugar para alternativas diferentes da paz e da cooperação. O Presidente Fujimori expressou essa convicção quando afirmou recentemente não ter dúvidas de que chegaríamos a bom porto, o porto da paz.

Motivado pela mesma certeza, o Presidente Mahuad recordou que o desafio das conversações de paz está em transformar em diálogo o que por longos anos foi um embate de paixões.

Sabemos de fato, que as concessões mútuas representam a conquista da razão. Longe de ver-se diminuída, a dignidade nacional sai engrandecida dessa discussão de idéias e aspirações onde não há vencidos, apenas vencedores.

Os Países Garantes se orgulham de terem contribuído para o êxito do processo de paz e continuam imbuídos da responsabilidade que lhes foi confiada. Este é um dia histórico, no qual Equador e Peru dão a todo o mundo um exemplo eloqüente: o exemplo de como a palavra vale mais do que a força, de como, pelo diálogo, a vontade de cooperação supera todos os obstáculos.

É a prova de que, em nosso continente, a paz não é uma expressão vazia, mas um modo de vida, para nós e para as gerações vindouras.

Com toda sinceridade, meus parabéns aos povos do Equador e do Peru.

Muito obrigado.

Cerimônia de Inauguração da Pavimentação da Rodovia BR-174

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Inauguração da Pavimentação da Rodovia BR-174. Boa Vista - RR, 23 de novembro de 1998

Senhor presidente da República da Venezuela, Rafael Caldera,

Senhores governadores que aqui nos acompanham,

Senhores ministros de Estado, que aqui se encontram,

Senhores ministros da Venezuela,

Senhoras, senhores,

Senhores parlamentares,

Eu quero dizer umas breves palavras para expressar, em primeiro lugar, a minha imensa satisfação por estar aqui, ao lado do meu amigo, o grande presidente da Venezuela, o presidente Rafael Caldera, para inaugurarmos juntos essa obra de enorme importância para todos, mas, de importância muito especial para os Estados da Região Norte do Brasil, aqui representados pelo governador de Roraima e pelo governador do Amazonas, que foram pilares, que permitiram a construção dessa estrada, com uma colaboração permanente.

Esta estrada, como disse o presidente Caldera, tem um significado todo especial. Esta BR 174, a partir da sua dimensão física, que é bastante impressionante, são 970 kms, com cerca de 52 obras de aço, ou seja, pontes cortando os nossos rios, cortando as regiões selváticas, cortando as planícies de Roraima, e que chega até aqui para se encontrar com estradas já existentes, e que vai nos permitir o acesso a Caracas, ligando, praticamente Manaus a

Boa Vista, e Boa Vista a Caracas. É um marco de integração.

Nós estamos, realmente, de parabéns. Mas eu quero dizer que quem está, realmente, hoje, merecendo todo o nosso entusiasmo é o presidente Caldera. E verdade que desde os tempos em que fui chanceler do Brasil, eu sonhava com essa estrada, com a 174. Mas também é verdade que foram os encontros reiterados com meu amigo Rafael Caldera que me levaram a, com cada vez mais entusiasmo, prestar atenção a isso que é fundamental, que está aqui ocorrendo hoje, que é o estreitamento das relações entre a Venezuela e o Brasil.

Os Estados limítrofes aqui já são Estados integrados. Os governadores se encontram a cada instante. Outro dia, eu disse que tinha ciúmes da presença constante dos nossos governadores na Venezuela. E o disse de forma apenas simbólica, para mostrar o quanto nossos governadores estão realmente integrados lá. E o ministro Pompeyo, pelo que eu saiba já é quase um cidadão de Roraima. O tempo todo esta visitando Roraima. E assim é, também, verdadeiro com respeito aos governadores das províncias que são vizinhas.

Por isso mesmo, eu acredito que essa 174 deve ser percebida por todo o Brasil como um marco fundamental. Um marco fundamental de um momento em que, graças à visão do presidente Caldera, aquilo que foi, há 25 anos, um sonho se transformou em

realidade. E esse marco, BV 8, que eu acabo de visitar, era um posto avançado do Brasil, olhando, vigiando a nossa fronteira. Hoje, ele é cruzado por essa estrada, e as fronteiras são quase que apenas simbólicas, porque o espírito sul-americano e o espírito que motiva todos nós. Eu tenho a certeza de que, de um lado e de outro da fronteira, nós nos sentimos como irmãos, e nos sentimos muito a vontade.

Esse sentimento, essa vinculação crescente da Venezuela com o Brasil, e do Brasil com a Venezuela, constituem alguma coisa muito importante e muito característica das transformações que vem ocorrendo nos nossos países.

Quando a fronteira é uma fronteira habitada, é mais fácil que haja integração. Aqui, do lado brasileiro, há uma pequena população, um pouco mais longe da população venezuelana. A fronteira é chamada fronteira seca. É mais difícil haver a cooperação. Era mais difícil. Hoje, não. Hoje, graças aos meios de comunicação, graças aos fatos de nós termos a integração física, essa comunicação já se faz de uma maneira fácil. E a cooperação tem aumentado, mas aumentado de uma forma extraordinária.

Eu queria, aproveitando a oportunidade de nos estarmos aqui, nesta conexão viária, agradecer o empenho do ministro dos Transportes na realização dessa comunicação também. Eu queria lhes dizer que isso abre um potencial até hoje inexplorado, por toda a Região Amazônica, a sua Zona Franca, que é elo fundamental do crescimento da Amazônia.

O fato é que nós temos, agora, terras abundantes a serem exploradas, aqui, em Roraima. O fato de que nós temos a expansão agrícola não poderia se sustentar, se não houvesse, como há agora, o acesso mais fácil, mais direto e mais imediato aos portos do Caribe, aos portos venezuelanos. Isto barateia o transporte, criando a possibilidade de a produção escoar mais depressa, aumentando a competitividade dos nossos produtos. E fazendo que, por outra parte, o custo de vida barateie, também, nessas regiões longínquas do Brasil, porque muitos

produtos da Venezuela vem para o Brasil e vice-versa, e os efeitos se fazem sentir.

Mas, se a estrada marca fisicamente essa aproximação, o que é importante politicamente - e o presidente Caldera acabou de afirmar, aqui - nós, hoje, nos sentimos cada vez mais americanos. Sentimo-nos cada vez mais sul-americanos. O que foi um sonho bolivariano e, hoje, um sentimento que toma conta de todos nós, cidadãos desta parte do continente americano.

E se no passado, quando se falava em Mercosul, dava até a impressão, aos brasileiros do Norte, de que se tratava de uma realidade para o Sul do Brasil, hoje fica visível que nos estamos transformando toda a América do Sul num grande Mercosul. E espero, ansioso, o dia em que o Pacto Andino - e a Venezuela, em especial - possam fazer parte constitutiva, direta, do Mercosul, como é o desejo do governo brasileiro e do povo brasileiro. E, enquanto isto não ocorre, nós vamos fazendo nossas marcas de integração. Se hoje digo, e repito, há um marco físico, daqui a pouco tempo haverá um outro marco, que eu divisei no helicóptero, que me trouxe até aqui: as torres de energia elétrica, que se estão espalhando por toda Roraima. E essas torres vão ao Guri. A energia elétrica do Guri vai abastecer e iluminar não só Boa Vista, mas as cidades interioranas de Roraima, produzindo, portanto, mais progresso para a nossa região.

Quando eu assumi o governo, praticamente, não se comprava petróleo da Venezuela. Hoje, a Venezuela é o segundo maior exportador de petróleo para o Brasil. O primeiro é a Argentina e o segundo é a Venezuela. Isso foi uma decisão política, da qual eu me honro, e que começou a ser tomada, ainda, quando eu era chanceler da República. Porque nós hoje somos, mutuamente, dependentes. Nós, hoje, precisamos uns dos outros para o crescimento do nosso povo, para dar emprego ao nosso povo, para dar melhor condição de vida para nossa população.

E este processo já está em marcha, digo para terminar, para não me estender demasiado, neste momento de emoção para todos nós. Este processo

que está em marcha só pode fortalecer, seletivamente, porque nós encontramos essa disposição, essa vontade política do presidente Caldera, e seria injusto que eu não desse uma palavra, também, para dizer que a Corporação Andina de Fomento - a CAF - nos ajudou no financiamento. E os adiantamentos que os governadores fizeram ao governo federal, que é mais pobre do que o deles, neste momento poderão começar a ser ressarcidos, graças a visão da Corporação Andina de Fomento.

Há, portanto, aqui, muito que, neste momento, simbolicamente, de uma maneira simples e direta, comemorar. Hoje, nós, realmente, estamos assistindo à concretização de um sonho. E hoje é possível vir de Manaus até aqui, até Boa Vista em pouco de mais 7 horas, ao redor de 7 horas. Há muito pouco tempo era um mês de viagem. E há muito pouco tempo, também, nem viagem seria possível

fazer-se. Nós hoje cruzamos terras indígenas e pagamos pedágios para os indígenas. E cuidamos da preservação ambiental e respeitamos os direitos das populações locais, dentro de uma visão de desenvolvimento auto-sustentável.

Há, portanto, diante de nós, um futuro - como disse o presidente Caldera - que é um futuro que vai fazer, realmente, cada vez mais presente aquilo que foi o sonho de Bolívar. Eu vejo em Rafael Caldera a continuidade dessa mística sul-americana, a qual eu me junto com entusiasmo, e agradeço as palavras calorosas do presidente da Venezuela e ao povo da Venezuela. Dentro de poucos minutos entraremos juntos na Venezuela, com se nos estivéssemos, da mesma maneira quando vem o presidente Caldera ao Brasil, pisando terras que são nossas, dos dois lados.

Muito obrigado.

Audiência com a Delegação do X Congresso Interamericano do Ministério Público

Discurso do Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, na Audiência com a Delegação do X Congresso Interamericano do Ministério Público. Palácio do Planalto, 25 de novembro de 1998

Senhor procurador-geral,

Senhores procuradores, representantes do Ministério Público,

Um pouquíssimas palavras para agradecer a visita, para felicitá-los. Eu gostaria de apertar a mão de cada um, para expressar, de forma direta, meu reconhecimento pela importância dos trabalhos que realizam em seus países e aqui, no Brasil.

Não tenho nada a acrescentar, senão que agradecer as palavras do nosso procurador, chefe do nosso Ministério Público, e dizer-lhes que, desde a Constituinte - é verdade - sempre acreditei na importância do Ministério Público, na visão que o Dr. Brindeiro acaba de mencionar. Ou seja, que o Ministério público zela pelas leis, em nome da sociedade. Mas, em nome dessa mesma sociedade, também esta zelando pelo aperfeiçoamento das leis.

Um país como o nosso, o Brasil - e aqui há muitos países que estão em processo de transformação - qual não está? - quer permanentemente a adequação de suas instituições jurídicas aos desafios da sociedade. Mormente hoje, em que as sociedades se modificam com uma rapidez extraordinária. Isto requer, ao mesmo tempo, uma atitude de absoluto rigor na aplicação da lei e é preciso a compreensão dos momentos em que a lei tem de ser modificada e dos momentos entre os dois passos, em que muitas coisas ocorrem sem que seja

muito nítido ainda qual é a adequação da lei a nova realidade. E, aí também, é preciso que o Ministério Público atue de uma maneira construtiva. E tem atuado.

Eu acho que as diversas modalidades de organização do Ministério Público tem ajudado a sociedade contemporânea neste labor extraordinário que é a democratização. E, certamente, nós não poderíamos imaginar, como em outras situações no Brasil, em que, praticamente, havia uma junção entre o governo, o Executivo e o que hoje é o Ministério Público. A separação é necessária para que se dote o Ministério Público de maior liberdade de ação, para o controle exatamente das leis, da sua aplicação por parte do Executivo. Acho que isso é fundamental.

A experiência nossa é recente nesse sentido, mas já é produtiva. Às vezes, no início, existem alguns momentos em que não se sabe muito bem quais são os limites da convivência entre a Advocacia-Geral da União e o Ministério Público. Mas isso faz parte dos países que estão avançando. E, desde que exista democracia e vontade decidida de acertar, o país ganha com essa presença muito ativa do Ministério Público.

Eu agradeço muito a presença dos senhores. Quero cumprimentá-los.

Jantar oferecido ao Primeiro-Ministro do Reino dos Países Baixos

Brinde do Senhor Presidente da República por ocasião do jantar que oferece ao Primeiro-Ministro do Reino dos Países Baixos, Wim Kok. Brasília, 25 de novembro de 1998

É com grande alegria que o Brasil recebe a visita de Vossa Excelência, Senhor Primeiro-Ministro, da Senhora Magrietha Kok-Roukema e da delegação que os acompanha.

Esta é uma ocasião memorável. Em especial porque, apesar da tradicional densidade das relações entre nossos países, é a primeira visita oficial bilateral de um Chefe de Governo holandês ao Brasil.

Senhor Primeiro-Ministro,

Há pouco menos de quatro séculos, holandeses atravessaram o Atlântico para escrever no Brasil um importante capítulo de nossa história. E trouxeram consigo muito mais que seu espírito empreendedor.

Trouxeram conhecimento. Conhecimento científico, em áreas tão diversas como astronomia e meteorologia, medicina e botânica, e conhecimento técnico, que permitiu entre outras coisas o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar.

E trouxeram talento. Talento como o do arquiteto Pieter Post, que desenvolveu o planejamento urbano da Cidade Maurícia, hoje bairro de São José, no Recife.

Talento como o de Frans Post e Albert Eckhout, pintores trazidos por Maurício de Nassau. Artistas a cuja sensibilidade devemos algumas das primeiras e mais belas imagens do Brasil colonial, retratos da riqueza de nossa paisagem física e humana.

Há, no entanto, um outro aspecto da contribuição holandesa, ligado ao campo dos valores, que diz respeito à tolerância religiosa.

O Brasil orgulha-se da liberdade religiosa que assegura a seus cidadãos. E isso encontra raízes na tolerância praticada pelos holandeses já no século XVII, que possibilitou a abertura da primeira sinagoga em solo americano.

Em mais de uma forma, portanto, as marcas da passagem dos holandeses pelo nordeste são hoje parte indissolúvel do patrimônio cultural brasileiro.

Senhor Primeiro-Ministro,

Enriquecidas por essa dimensão histórica, as relações entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos são hoje excelentes, como comprova o incremento das visitas de alto nível em ambos os sentidos.

Durante a visita do Vice-Presidente Marco Maciel, em fevereiro último, por exemplo, foi criada a Cátedra de Estudos e Assuntos Brasileiros na Universidade de Leiden, uma das mais conceituadas da Europa, iniciativa que abre espaço para um intercâmbio profícuo entre os meios acadêmicos brasileiros e holandeses.

A intensificação dos contatos na esfera governamental complementa-se com movimento semelhante no âmbito privado. Nos últimos anos, a expansão dos investimentos holandeses no Brasil transformou os Países Baixos no sétimo maior

investidor estrangeiro em nosso País.

O importante componente empresarial da comitiva de Vossa Excelência reflete o interesse da iniciativa privada holandesa de continuar a ampliar os laços econômicos com o Brasil. Esteja certo de que esse interesse é recíproco.

Senhor Primeiro-Ministro,

Em anos recentes, o Brasil passou por transformações políticas e econômicas fundamentais. Consolidamos nossas instituições democráticas e estamos levando adiante um programa amplo de inclusão e de fortalecimento da cidadania.

Vencemos a inflação, estabilizamos a moeda e ampliamos o poder de compra das camadas mais pobres da população. Demos um rumo claro ao País e resgatamos a autoconfiança do brasileiro.

Com isso, o Brasil reafirmou-se como parceiro confiável e deu novos contornos a sua presença internacional. Os Países Baixos souberam avaliar corretamente essa nova situação e passaram a ter conosco uma relação privilegiada.

Agora, para superar as dificuldades resultantes das recentes turbulências no mercado financeiro, estamos realizando um severo esforço de ajuste fiscal e apertando o passo nas reformas estruturais necessárias para assegurar o crescimento econômico sustentado.

Felizmente, já surgem sinais de que começam a dissipar-se as nuvens negras da crise internacional, que ameaçava de forma alarmante a economia mundial.

Mas se é possível falar em algum efeito positivo da crise, esse terá sido o de trazer ao topo da agenda internacional - como tenho insistido há anos - a necessidade de uma reflexão profunda sobre

os caminhos que permitam uma cooperação internacional mais eficaz e o estabelecimento de uma economia global menos sujeita a turbulências e a contágios induzidos.

Acentua-se, também, a importância dos esforços para que o processo de globalização não agrave ou aprofunde as insustentáveis assimetrias econômicas já existentes entre as nações.

O Brasil continuará a trabalhar por uma globalização solidária, onde haja menos vulnerabilidade e maior simetria de benefícios.

Senhor Primeiro-Ministro,

A Europa - à qual o Brasil se sente próximo por estreitos laços culturais e humanos - tem importância fundamental na concepção estratégica da política externa brasileira. Queremos fortalecer e ampliar a opção européia. E os Países Baixos têm aí um papel importante a desempenhar, inclusive no que se refere à aproximação entre o Mercosul e a União Européia.

Brasileiros e holandeses são velhos conhecidos, parceiros em uma longa história de intercâmbio e cooperação que se tem provado benéfica e produtiva.

Hoje, o ótimo estado das relações bilaterais é prova de como é possível, a partir de uma sólida base histórica e humana, construir uma parceria moderna e mutuamente vantajosa entre países com estágios diferentes de desenvolvimento.

É nesse espírito que convido todos a que brindemos à amizade entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos e à saúde e felicidade pessoal da Rainha Beatrix, do Primeiro Ministro Wim Kok e da Senhora Magrietha Kok-Roukema.

Cerimônia de Entrega do Prêmio de “Direitos Humanos 1998”

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia de Entrega do Prêmio de “Direitos Humanos 1998” e Comemoração do Cinquentenário da Declaração dos Direitos Humanos. Palácio do Planalto, 8 de dezembro de 1998

Senhor presidente da Câmara dos Deputados, Dr. Michel Temer,
Senhor ministro da Justiça, Renan Calheiros,
Senhores ministros de Estado,
Senhores embaixadores,
Senhor secretário nacional dos Direitos Humanos, Dr. José - que era Gregori e agora é Gregori, depois do prêmio,
Senhores parlamentares,
Senhores e senhoras agraciados com o Prêmio de Direitos Humanos de 98,
Senhores empresários,
Senhoras e senhores,

A cerimônia de hoje é duplamente significativa. Ela marca a entrega do Prêmio de Direitos Humanos e, ao mesmo tempo, integra as comemorações do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Estão aí esboçados, dois traços característicos da problemática dos direitos humanos, ao fim do Século XX: o trabalho devotado de indivíduos e organizações da sociedade civil com vistas a assegurar a prática efetiva dos direitos humanos, no plano local. E o reconhecimento de que sua garantia e promoção são uma preocupação universal da humanidade, como um todo.

Da mesma forma, a exposição que podemos ver, nesta sala, sob o título “Direitos Humanos, o ideal

de todos” e o manual “Direitos Humanos no Cotidiano”, que acabo de receber, em sua edição definitiva, simbolizam aspectos complementares dessa mesma questão.

Os direitos humanos são, hoje, no Brasil e no mundo, ao mesmo tempo um ideal que, por vezes, parece permanecer distante e acima da vida das pessoas, e uma realidade que se busca construir a cada dia, com dedicação e esperança, apesar das inúmeras dificuldades encontradas.

Não há, aí, ao contrário do que se possa pensar, contradição. São os elevados padrões de respeito aos direitos humanos, que nos impomos, inclusive através da adesão a instrumentos internacionais, que ajudam a enfrentar e superar as imperfeições com que convivemos diariamente, nesta área.

Meu governo, como já foi dito aqui, desde o seu início, teve nos direitos humanos um tema central e um tema inspirador. A ênfase nas questões econômicas, na estabilidade e no desenvolvimento, não nos fez esquecer nunca que não bastam a melhoria de nível de vida e o acesso a bens e serviços, para garantir a plena fruição dos direitos humanos.

O mercado, que é um motor extraordinário do crescimento econômico, não assegura a fruição de direitos. É necessária uma atividade constante do Estado e da sociedade civil, nas áreas da educação,

da legislação, da divulgação e do monitoramento em prol dos direitos humanos, para que ele se torne uma realidade.

Na época atual, em que, cada vez mais, as concepções econômicas convergem, é o lugar atribuído a valores como direitos humanos, democracia, justiça e solidariedade, que distingue, efetivamente, as ideologias, partidos ou governos.

O respeito aos direitos humanos não é apenas um compromisso que assumimos, no contexto internacional. E, sobretudo, um compromisso da própria sociedade brasileira consigo mesma. Porque não há democracia sem direitos humanos, não há combate à exclusão sem direitos humanos. Na verdade, os direitos humanos são uma grande arma na luta contra a exclusão.

Os direitos humanos envolvem importantíssimas mudanças jurídicas, além das sócio-culturais. Não é este o momento de listar o que fizemos, nesses 4 anos. Somente na área legislativa, entretanto, cabe recordar que muitas leis já foram sancionadas cobrindo as mais diversas áreas dessa temática, como a tortura, as penas alternativas e o estatuto de refugiados.

E uma das primeiras medidas do meu governo, na área dos direitos humanos, foi reconhecer a responsabilidade do Estado pelo passado, com verdade e justiça, por meio da sanção da lei que reconhece, como mortas, pessoas desaparecidas em razão de participação política.

No plano internacional, é com grande satisfação que posso anunciar, hoje, o reconhecimento, pelo Brasil, da jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, após a aprovação, pelo Congresso, da proposta do Executivo, realizando, assim, uma antiga aspiração da comunidade dos que lutam pelos direitos humanos.

No âmbito nacional, ainda, lançamos, há pouco mais de 2 anos, como foi dito aqui, também, o Programa Nacional dos Direitos Humanos, iniciando um esforço conjunto da sociedade e do governo, pelo direitos das brasileiras e dos brasileiros.

Vários avanços foram obtidos, no contexto do Plano Nacional de Direitos Humanos, desde o combate à impunidade, à retirada de crianças do trabalho infantil, da repressão a prostituição infantil até a titulação de terras de remanescentes dos quilombos.

Mais importante, talvez, do que as normas jurídicas e do que as ações específicas executadas, foi a mudança cultural pela qual o Brasil está passando. Os direitos humanos entraram, definitivamente, nas agendas nacional e internacional do nosso país.

As pessoas que tem trabalhado comigo, nesta área, como o Dr. José Gregori, trabalham com convicção e empenho, que refletem compromissos de uma vida inteira. Diga-se, de passagem, que me emocionei ao ver, há poucos instantes, os depoimentos aqui prestados e, especialmente, da Margarida Genevois, porque me fez recordar momentos dos anos de chumbo, em que as coisas eram bem mais difíceis do que hoje, em que nos podemos falar de direitos humanos neste palácio, quando, então, nós passávamos longe dele, com horror dele.

O reconhecimento internacional à atuação da Secretaria será confirmado, ainda nesta semana, com a entrega do prêmio das Nações Unidas ao nosso secretário. E esse prêmio, realmente, é alguma coisa de extraordinário. Muitos de nós, sobretudo os que tem lides na diplomacia brasileira, sabem o que significou no passado o quase opróbrio com o qual o Brasil era marcado, pelo desrespeito continuado aos direitos humanos, e que podem avaliar o que significa que hoje as Nações Unidas reconheçam na pessoa do José Gregori um lutador pelos direitos humanos e, ao fazê-lo, reconhecem, ipso facto, que, no Brasil, o secretário nacional é um lutador pelos direitos humanos.

Eu me junto ao aplauso que foi dado ao José Gregori, porque é um aplauso a todos os lutadores pelos direitos humanos.

A preparação do Plano Nacional dos Direitos Humanos, resultado do trabalho dedicado de uma

equipe liderada pelo professor Paulo Sérgio Pinheiro, aqui presente, foi um exemplo de um Brasil onde Estado, setor privado e organizações da sociedade civil buscam, em parceria, soluções para os nossos problemas.

O ministro da Justiça, Renan Calheiros, tem sido um continuador e um colaborador inestimável nesta área, assim como em outras. E é de ressaltar, ainda agora, o esforço extraordinário que esta fazendo o ministro para haver-se com um dos casos mais delicados pelos quais já passou o Ministério da Justiça, que é uma greve de fome de prisioneiros, diante da qual o governo está atado, por um lado, às injunções do Direito e da Justiça. Por outro, vê com pena, vê com preocupação o tempo passar, sem que decisões sejam tomadas por aqueles a quem cabe decidir e não se apressam nessa decisão, que me parece que é mais do que oportuna e que tem que ser uma decisão da Justiça e não um ato de vontade arbitrário contra a Justiça por parte do presidente da República.

O dia 10 de dezembro, que é a data da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembléia das Nações Unidas, foi muito apropriadamente escolhido para expressar, ano após ano, o nosso reconhecimento para com aqueles que fizeram dos direitos humanos sua luta de todos os dias. Neste ano, por causa da reunião dos presidentes do Mercosul, que será realizada a partir de amanhã, antecipamos nossa homenagem para o dia de hoje.

As questões e os temas mais diversos estão representados entre os premiados. O Gajop - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares -, vencedor do primeiro lugar, dedica-se a fornecer assistência legal às populações carentes e a implementação de programas de proteção a testemunhas. Outras instituições distinguidas trabalham com questões relativas ao autismo, a comunidade negra e a indivíduos envolvidos com o menor. Todas as organizações envolvidas com direitos humanos, premiadas ou não, são credoras, hoje, de nossa gratidão.

E é significativo para nós que a comunidade

internacional comemore os 50 anos desse instrumento jurídico fundamental, em uma época em que o Brasil virou a página em sua política de direitos humanos. Abandonamos as posturas hesitantes e defensivas do passado e passamos a aceitar, plenamente, a universalidade desses direitos. Assim fazendo, o Brasil reconciliou-se com o melhor da sua cultura, fundada na pluralidade, na tolerância e na generosidade.

Sabemos que muitos problemas e dificuldades permanecem na área dos direitos humanos em nosso país. Mas o programa amplo e ambicioso que estamos implementando é a maior prova da sinceridade dos nossos propósitos.

E quero aproveitar para lhes dizer que nos vamos continuar nessa direção. Os direitos humanos continuarão a ser uma prioridade do governo que iniciarei no segundo mandato. E penso mesmo em fortalecer institucionalmente a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, dando-lhe um status mais condizente com o que é necessário para a sinalização da importância que o governo atribui a esta matéria.

Quero também lhes dizer que estou estudando a possibilidade de incluir, de forma mais direta, a sociedade na busca de caminhos e no apontar também deficiências nessa luta em prol dos direitos humanos. Precisamos criar, na expressão do professor Paulo Sérgio, observatórios da sociedade dentro do próprio governo, para que o governo esteja sempre alerta na defesa dos direitos humanos.

E também me parece que será conveniente, nesta como em outras matérias de políticas públicas, fazer com que haja uma avaliação, porque é muito difícil para nós, que estamos no exercício do governo, sabermos se, efetivamente, as decisões tomadas foram implementadas, até que ponto elas tiveram alcance, de que forma é preciso corrigi-las. E, crescentemente, nós precisamos aceitar, com seriedade e com humildade, o julgamento alheio ao governo, mas de gente de boa vontade da sociedade civil e competência, para avaliar o que está sendo feito, para que não fiquemos, às vezes, iludidos com o que fizemos, tendo a impressão de que já avançamos. E nem sempre avançamos o suficiente

ou, às vezes, eventualmente, não conseguimos nem mesmo avançar.

Será possível, portanto, ampliar os mecanismos de controle da sociedade, através da avaliação de políticas públicas. Pretendo, com o apoio, certamente, do ministro da Justiça e do

secretário nacional de Direitos Humanos, estar cada vez mais aberto às influências benéficas da sociedade, porque direitos humanos - repito o que disse há algum tempo atrás - são o novo nome da liberdade.

Muito obrigado.

Cerimônia Comemorativa do Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Cerimônia Comemorativa do Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Palácio Itamaraty - Rio de Janeiro/RJ, 9 de dezembro de 1998

Excelentíssimos senhores presidentes da Bolívia, do Chile, do Paraguai, do Uruguai,

Senhor governador do Estado do Rio de Janeiro, Marcello Alencar,

Senhor cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugenio Salles,

Senhores ministros dos diversos países que aqui se encontram,

Senhores embaixadores,

Senhores parlamentares,

Senhoras e senhores,

Celebramos, hoje, o Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela III Assembléia Geral das Nações Unidas, em Paris, em 10 de dezembro de 1948.

Na história da humanidade, poucos documentos terão tido a importância e a aceitação universal que distinguem a Declaração. Nela, os direitos humanos passaram a ser reconhecidos, no plano internacional, como valores que devem reger a relação entre governantes e governados e a convivência coletiva.

O mundo, que testemunhara os horrores da Segunda Guerra Mundial, não podia mais admitir que os direitos humanos permanecessem matéria exclusivamente do domínio reservado dos Estados nas relações internacionais.

Ao adotar a Declaração, a Assembléia Geral

das Nações Unidas proclamou-a como “um padrão comum a ser alcançado por todos os povos e todas as nações”.

A Declaração tornou-se referência indispensável para todos os que trabalham na construção de sociedades livres e justas. Ao longo desses cinquenta anos, seus valores se traduziram em um conjunto de tratados internacionais na área de direitos humanos e em incontáveis iniciativas de legislação nos diversos países.

Qual é a importância e o significado histórico dos direitos humanos?

Em primeiro lugar, a afirmação do ser humano como titular de direitos que são inalienáveis. Isso ganha importância especial em nosso tempo, marcado por estritos imperativos de competição e eficiência econômica, e onde é frequente a tendência a avaliar os atos e as realidades humanas em função apenas de sua racionalidade de mercado ou do ponto de vista de uma lógica da utilidade.

A atualidade permanente da Declaração Universal dos Direitos Humanos reside precisamente em afirmar que existe essa outra dimensão, na qual cada indivíduo, independentemente de condicionamentos econômicos, sociais ou culturais, tem uma dignidade própria que não pode ser violentada.

Em segundo lugar, os direitos fundamentais

do indivíduo são talvez o melhor espelho daquilo que temos de mais profundamente humano. A humanidade se confunde aí com a busca permanente de mais justiça, mais igualdade.

Dirão alguns que há algo de utópico nessa busca de padrões mais elevados de convívio social, baseados em direitos inerentes a nossa própria condição humana. Pois se é assim, esta é uma utopia necessária, indispensável, se quisermos que nossa sociedade preserve os seus traços mais próprios como união de cidadãos livres e iguais em direitos.

Por outro lado, e não obstante essa dimensão utópica, a luta pelos direitos humanos supõe também certas tarefas imediatas. Os princípios da liberdade não podem esperar. Em especial, naquilo que depende das autoridades públicas, há imperativos que podem e devem realizar-se plenamente hoje, no momento presente, apesar de todas as imperfeições de nosso modo de organização social. Daí o sentido de urgência que sempre se impôs a comunidade internacional nos esforços para a erradicação de práticas como a tortura, todas as formas de violência contra a integridade do indivíduo, os desaparecimentos forçados ou involuntários e, de maneira geral, o arbítrio no exercício da autoridade pública.

Os direitos humanos são também princípios inspiradores da solidariedade e da fraternidade entre os homens.

Em um mundo competitivo como o nosso, torna-se mais necessária do que nunca essa dimensão de generosidade, sem a qual o contraste entre a riqueza de alguns e a miséria de muitos será sempre um fator de desordem e de desagregação social.

A luta pelos direitos humanos é efetivamente universal. É o que reúne os povos, sociedades, em várias instâncias (desde organismos internacionais até as organizações não-governamentais). Esse potencial mobilizador dos direitos humanos é fundamental, pois atua como uma força de propulsão para os esforços de construção institucional das estruturas da liberdade e da justiça. Nesse ponto, temos avançado tanto no plano interno como no âmbito internacional.

Um exemplo recente disso é a proposta de criação de um Tribunal Penal Internacional, que recebeu o apoio do Brasil e dos demais países aqui presentes.

Por fim, os direitos humanos passaram, assim, a ser um parâmetro determinante do status de um país na comunidade internacional, e fator estratégico para sua atuação diplomática. Atualmente, a credibilidade e a legitimidade dos Estados na comunidade internacional exigem seu compromisso inequívoco com os direitos humanos.

Os problemas atuais no campo dos direitos humanos são um desafio crucial para as democracias modernas. A história desqualificou a opção totalitária e desqualificara, igualmente, todos os sistemas onde o indivíduo não possa afirmar que é livre e que todos são iguais perante a lei. O progresso social tem que ser alcançado sem o sacrifício das liberdades civis e políticas. Mais do que isso: o exercício pleno dessas liberdades é a melhor garantia de que alcançaremos o progresso social.

Na América Latina, fizemos progressos importantes na área dos direitos civis e políticos, com o fim dos regimes autoritários e a consolidação da democracia. Mas ainda há muito o que fazer. Conhecemos, ainda, níveis intoleráveis de violência e de impunidade. O acesso a justiça ainda é um privilégio em muitos de nossos países. E essas são tarefas de hoje, que não podem esperar a solução de outros problemas sociais ou a realização de uma estratégia incremental de desenvolvimento econômico.

Abandonamos as atitudes defensivas e estamos trabalhando para transformar uma realidade. Na proteção dos direitos humanos, renova-se hoje o ideal ético da unidade latino-americana, atribuindo-lhe um sentido moderno, atual, que vai muito além das relações entre governos.

A Proclamação do Rio de Janeiro, que acabamos de assinar, reflete a satisfação com o progresso alcançado e a vontade de superar os obstáculos presentes no campo dos direitos humanos, num marco de liberdade e democracia. Manifesta

definitivamente que a democracia e os direitos humanos fazem parte da identidade permanente dos países de nossa região.

Os direitos humanos são uma prioridade de meu governo. Venho procurando, de diversas formas, e com o concurso da sociedade, diminuir o nível de violência em nosso país, acabar com a impunidade, respondendo com rapidez as denúncias de violações de direitos humanos, dentro do respeito as jurisdições dos Estados, mas procurando motivá-los a cooperar para a elucidação dos casos e punição dos culpados. E eles tem colaborado.

O Programa Nacional dos Direitos Humanos tem sido fundamental nesta política e gostaria de destacar aqui, uma vez mais, o papel desempenhado pelo secretario nacional dos Direitos Humanos, Dr. José Gregori, que não pôde estar presente aqui hoje, já que estará recebendo o Prêmio das Nações Unidas de Direitos Humanos, em Nova York, amanhã. O prêmio muito nos orgulha, como brasileiros, e eu, particularmente, sinto-me muito feliz com esse reconhecimento de nossos esforços.

No plano externo, tenho procurado dar consequência ao preceito constitucional segundo o qual o Brasil deve reger-se em suas relações internacionais pela prevalência dos direitos humanos. Temos, nos foros multilaterais, apoiado todos os esforços com vistas ao aperfeiçoamento do sistema internacional de promoção e proteção dos direitos humanos.

Desejaria aproveitar esta ocasião solene para anunciar mais um importante passo no âmbito do compromisso prioritário que assumi com os direitos humanos desde o início de meu governo. Trata-se do reconhecimento pelo Brasil da jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos

Humanos, da qual é atualmente vice-presidente o professor Antônio Augusto Cancado Trindade, eminente jurista brasileiro, aqui presente como representante daquele Tribunal.

O reconhecimento partiu de uma iniciativa do Executivo, com a pronta aprovação do Congresso Nacional, que responde a uma aspiração profunda da sociedade brasileira e aos preceitos constitucionais. Quero, aqui, homenagear também o deputado Hélio Bicudo, cuja continuada atuação em muito contribuiu para essa decisão.

O reconhecimento que hoje anunciamos comprova, mais uma vez, a determinação do governo brasileiro de dar a todos os seus cidadãos todas as oportunidades de obtenção de justiça e reparação pelos direitos humanos violados.

Olhemos com confiança para a construção de uma América do Sul cada vez mais democrática, mais desenvolvida e socialmente justa. A cerimônia de hoje, na qual reafirmamos nossos compromissos nos campos dos direitos humanos, projeta a imagem fidedigna de uma região empenhada em resolver problemas históricos, consciente de que a realização dos direitos humanos é componente vital na edificação da justiça social, e na criação de um ambiente propício à estabilidade e ao desenvolvimento.

Não poderia ser de outra forma. Este é o esforço permanente para civilizar a sociedade humana e a Declaração Universal dos Direitos Humanos marcou um novo patamar nesse esforço. A humanidade se tornou melhor ao adotá-la e nós nos tornamos melhores cidadãos e melhores governantes ao reconhecemos a obrigação de respeitá-la e de fazer com que seja respeitada.

Muito obrigado.

Solenidade de entrega das metas da reforma agrária do ano de 1998

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na solenidade de entrega das metas da reforma agrária do ano de 1998. Palácio do Planalto, 21 de dezembro de 1998

Meu caro ministro e amigo Raul Jungmann, Senhor Nuncio Apostólico, Dom Alfio Rapisarda, que tem sido uma permanente presença de estímulo a tudo que de transformação positiva para o povo é feito no Brasil, Senhores ministros de Estado, Dr. Geraldo Brindeiro, procurador-geral da República, Senhores senadores, deputados, parlamentares; Meu caro Milton Seligman, que é o presidente do Incra, Os novos assentados, Senhoras e senhores,

Seria uma demasia eu acrescentar qualquer coisa ao que disse o ministro Raul Jungmann. O ministro demonstrou, de forma direta e simples, o que foi feito, o esforço desses 4 anos de governo, que permitiu que, efetivamente, cumpríssemos uma meta, que, embora alguns pudessem considerar modesta, significa assentar mais gente que em toda a História do Brasil. E que nos, brasileiros - e isso é bom que assim seja - queremos sempre mais. Eu também quero mais.

Esses primeiros assentamentos que fizemos, hoje, já ultrapassam 280 mil - são 287 mil. Só neste ano, foram 100 mil. Vamos fazer alguns mais ainda, até o fim do ano - e eles demonstram a vontade do governo de resgatar a dívida social do Brasil. Quanta gente fala disso? Quantos discursos fiz, quantos ouvi a respeito da matéria? O difícil é, realmente, começar a paga-la. Nos estamos começando a pagar essa dívida. Não se pode pagar de uma vez só. Não há condições para isso. Mas, com continuidade, com

perseverança se consegue resgatá-la.

Esses números, na sua frieza, talvez escondam o fato de que por trás deles vivem 1 milhão e 500 mil pessoas, que eram excluídas. Hoje, começam a ser incluídas. São fatos dessa natureza que animam aqueles que, como nós, temos a responsabilidade dirigir o país para prosseguir na nossa caminhada.

O esforço feito foi muito: a multiplicidade de instituições criadas, o Congresso sempre prestante nesta matéria - e, como disse o ministro Raul Jungmann, toda a gente duvidava da possibilidade da aprovação das medidas que foram aprovadas pelo Congresso -, a modificação profunda nas relações jurídicas, na forma de atuação, o inter-relacionamento do governo com os movimentos sociais - nem sempre em termos de diálogo, como eu gosto. Muitas vezes, em termos um pouco mais conflitivos -, mas, de qualquer maneira, o governo sempre sabendo distinguir o que é a pressa, até compreensível, do que é o excesso inaceitável e mantendo uma relação correta de não-manipulação dos movimentos sociais, de utilização, como disse o ministro, da energia deles para fazer com que o país avançasse, foi isso que permitiu, como continua a permitir, o avanço social no Brasil.

Vamos precisar, agora, não apenas assentar famílias, como estão as assentadas, mas cuidar da qualidade dos assentamentos, melhorar a situação educacional, a situação das estradas, a produção, a

produtividade, a comercialização, porque não adianta muito dar terra e, depois, daqui a 10 anos, vai-se verificar: não aconteceu nada, senão que as terras foram abandonadas. Infelizmente, a história pregressa dos nossos movimentos de reforma agrária tem sido dessa natureza, e não só no Brasil.

Então, nesse novo mandato que o povo me concedeu, preciso prestar mais atenção àquilo que se vai fazer nas terras já distribuídas e de que maneira continuar a distribuí-las, mas de forma a que elas signifiquem, efetivamente, uma incorporação.

Alguns dos instrumentos jurídicos e financeiros que foram aqui mencionados pelo ministro da Reforma Agrária são muito importantes. O Banco da Terra é um instrumento novo. É um instrumento que permite que o governo, com mais agilidade, compre terra - e as terras estão baratas, como disse o ministro, por causa do Real, porque já não são mais reserva de valor - em condições melhores e nos locais mais apropriados. Isso não só economiza recursos como também economiza tempo, porque não há a demanda jurídica do processo de desapropriação.

É claro que o Congresso nos deu instrumentos melhores para a desapropriação, inclusive para coibir os abusos da desapropriação, a indústria da desapropriação, na questão relativa ao pagamento abusivo de juros ou a valorização excessiva de terras. Mas, ainda assim, nós vamos combinar o que vai continuar a existir, que são os instrumentos de desapropriação, com os elementos que o Banco da Terra propiciara para a compra de terra.

Nós vamos entrar nessa nova fase de governo, a partir do ano que vem, em um novo momento desse mesmo processo, desse mesmo impulso de transformação. Nós temos que ver, cada vez mais, o mundo rural na sua totalidade. O pequeno povoado rural, a cidade que vive próxima do campo, os mecanismos pelos quais a situação de vida do homem que está no campo deixe de ser tão diferente da situação de vida do homem que está na cidade. Nós temos que usar o mundo rural como um elemento de incentivo a uma vida melhor e, portanto, onde a

pessoa que nele habita possa ter educação para seus filhos, possa ter atendimento médico. Enfim, que não haja essa separação tão drástica entre cidade e campo, que é o que alenta esses movimentos maciços de migração, porque, evidentemente, com todas as condições da cidade, por ruins que sejam, elas oferecem melhores condições ou, pelo menos, melhor horizonte de vida para as famílias mais pobres. Nós temos que transformar o campo, mesmo nos setores que não são, ou melhor, sobretudo nos setores que não são do agrobusiness, da grande propriedade, num campo agradável de viver.

Esse esforço é, de alguma maneira, passar da mera etapa da reforma agrária para a etapa da valorização da localidade, da comunidade rural, enfim, do desenvolvimento rural. É que nós vamos enfrentar nos próximos anos.

Repito: isso não é em detrimento de um movimento de assentamento. Não se trata de o governo abrir mão, abdicar dos instrumentos legais que permitem a desapropriação, mas se trata de fazê-la com mais tranquilidade e mais discernimento e podendo esse mesmo mecanismo ser complementado pelo Banco da Terra.

Houve outras inovações. O ministro mencionou algumas. Alguns projetos que foram apoiados pelo Banco Mundial, como o Projeto Lumiar. Há várias inovações, mas não vem ao caso estar aqui a repeti-las. Apenas queria reafirmar a disposição do governo nessa direção e dizer que isso mostra, esse fato mesmo de termos assentado tanta gente, que a preocupação com o social foi sempre dominante. Se não houvesse estabilidade na economia, não seria possível ter feito o que foi feito. Não existe uma contraposição entre a estabilidade da economia e a melhoria das condições da população. Não existe. Pelo contrário, sem a estabilidade da economia, aí, sim, a população mais pobre é a que mais sofre.

Laboram em engano aqueles que imaginam que estabilidade é o oposto de desenvolvimento ou de bem-estar social. É engano total. Se não fosse assim, nesses últimos 30 anos de inflação galopante,

em vários momentos, nós tínhamos um Brasil prosperando para o povo. E não foi o que aconteceu. Foi um Brasil, às vezes até prosperando, mas nunca para o povo. A estabilidade é que permite que, efetivamente, o povo comece - e eu friso: comece, porque é um processo. Não é uma decisão impositiva. Não tenho poder para tanto, nem ninguém tem - de modo a que o povo comece, nesse processo, a beneficiar-se das transformações que ocorrem na sociedade mais ampla.

Esse entendimento equivocado vai-se dissipando, a medida que se vai vendo que nós estamos transformando a sociedade da melhor maneira possível, fazendo um esforço grande nisso. Não vou falar de outras áreas, como a educação, como a saúde, como a própria assistência social. Mas, em todas as áreas, a atitude do governo foi a mesma, de fazer avançar o máximo possível.

O ministro mencionou as condições políticas para isso. Na democracia, e mesmo em uma sociedade complexa como a brasileira - não haveria outra possibilidade - não se avança sem que se juntem as forças, sem que haja um sistema de alianças, às vezes até contraditório, mas que tenha uma resultante. E o que conta é ver qual é a direção dessa resultante. E a direção está sendo visível no progresso que estão sendo feitos.

Costumo dizer que, se não tivesse havido esse empenho, eu não teria sido eleito com a maioria que fui reeleito, porque o povo não vota, senão quando ele percebe que há um caminho. É mais fácil votar "não" do que votar "sim" para a manutenção de uma administração. E não há de ser por causa de debates abstratos que o povo vota. Vota quando vê que há um caminho concreto e que melhorou. Resolveu? Não. Não resolveu. Podia ser melhor? Talvez. Mas o passo foi dado, os passos estão sendo dados. E há a vontade de dá-los e há boa-fé - há boa-fé. O governo trabalha de forma absolutamente transparente e com boa-fé.

Queria também terminar agradecendo. E, aí, o agradecimento é verdadeiramente justo. O ministro Raul Jungmann foi um batalhador incansável pela

reforma agrária. Incansável em todos os setores. Batalhou no Congresso, batalhou nas forças sociais, batalhou com as Igrejas, batalhou até mesmo em praça pública. Batalhou o tempo todo. O tempo todo, ele se empenhou. Mesmo quando não se acreditava que seria possível juntar forças para obter resultados, ele juntou forças. Isso é alguma coisa inegável. Apenas estou registrando um fato - um fato: a partir de um Ministério Extraordinário, ele fez um movimento de implantação de toda uma transformação no Brasil. E, portanto, meus agradecimentos a ele. Espero que continue batalhando.

Agora, ele mencionou, também, algo que é absolutamente certo e que acho que é de justiça reconhecer: além do Congresso, além dos movimentos sociais, do apoio das igrejas - e muito especialmente da Igreja Católica -, existe aqui a mencionar que os funcionários, os trabalhadores do Incra foram, realmente, abnegados. Ele mencionou o presidente Milton Seligman. Eu me associo às palavras do Ministro. Todos nós conhecemos o espírito dele, que é um espírito também combativo, rápido, enérgico e que ajudou muito nesse projeto, nesse processo de avanço do movimento da reforma agrária no Brasil.

Mas há os milhares de funcionários. Há os diretores. Há os técnicos. Há os funcionários. Esses, normalmente, ficam desconhecidos e o são, porque não é possível saber o nome de cada um. É uma instituição que, digamos, não gozava de um prestígio de excelência, passou a ser reconhecida como uma instituição que presta serviços à sociedade. Isso não é pouco.

Ao mesmo tempo em que nós vamos dar ênfase, como já mencionei, a certos aspectos novos nesse mecanismo de integração dos excluídos a sociedade brasileira, precisamos também modificar o Incra para melhorá-lo, modificar o relacionamento do Incra com o Ministério da Agricultura, com os outros Ministérios, para dar força, para dar o reconhecimento de que ele necessita para avançar mais.

Nós estamos chegando a um momento, no

Brasil, em que é possível reconhecer o esforço dos funcionários, da burocracia pública brasileira, que não é o que muitas vezes se pensa dela, em imagens superficiais, uma burocracia inchada e incompetente. Em certos setores, poderia ser até realmente inchada. Em outros, falta gente. Em alguns setores, não há a competência necessária. Precisa-se qualificar melhor. Em outros, há muita competência. Em uns é mal paga. Em outros, é paga excessivamente. Vamos ter que corrigir, progressivamente, esse processo também. Vamos corrigir esse processo. É uma questão de se ter confiança, de se persistir. Mas, como presidente da República, quero deixar, mais uma vez, o meu reconhecimento aos funcionários e aos técnicos, pelo esforço que fizeram, sob o comando do ministro e do presidente do Incra.

Por fim, uma palavra de encorajamento e de confiança e também de, digamos, felicitações àqueles

que estão recebendo o seu pedaço de terra, com suas crianças. Só espero isso: que sejam felizes lá, que trabalhem bem, que continuem a ter o apoio da assistência técnica que o governo tem que lhes prestar, que as crianças possam ter condições de aprender melhor, de ter uma situação de saúde melhor e que sejam todos muito felizes.

E termino aproveitando o final de ano para desejar a todos muito boas festas e um feliz 99 e que, a despeito de quaisquer nuvens, nós tenhamos coragem o suficiente para afastá-las. Tenho certeza de que a nuvem vem para chover. E, quando chove, depois, as sementes brotam da terra e, mais tarde, se colhe. Nós vamos colher de novo, no final de 99, o que estamos plantando agora.

Muitíssimo obrigado e boa sorte.

ATOS INTERNACIONAIS

Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial para a Facilitação do Transporte de Produtos Perigosos (AAA.PC/7), entre os Governos do Brasil, Argentina, do Paraguai e Uruguai. Montevidéu, 16/7/1998

Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Praia, 17/7/1998

Acordo Geral de Cooperação no Âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Praia, 17/7/1998

Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI). Roma, 17/7/1998

Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Praia, 17/7/1998

Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional entre o Mercosul, a República do Bolívia e a República do Chile. Buenos Aires, 23/7/1998

Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul. Buenos Aires, 23/7/1998

Emenda ao Estatuto da CLAC, Resolução A 13-1 (Ampliação da Área Geográfica da CLAC para a Incorporação de Outros Estados da América). Santiago, 24/7/1998

Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, na República da Bolívia e na República do Chile. Ushuaia, 24/7/1998

Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre os Governos dos Estados Partes do Mercosul e o Governo da República do Chile. Montevidéu, 30/7/1998

Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36 (Protocolo de Adequação de Requisitos de Origem para Produtos de Informática e Telecomunicações), entre os Governos dos Estados Partes do Mercosul e o Governo da Bolívia. Montevidéu, 5/8/1998

Vigésimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (Produtos Sujeitos ao Regime de Origem Mercosul), entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Montevidéu, 6/8/1998

Ata de Retificação ao Acordo de Complementação Econômica nº 25, entre Brasil e Peru, de 14 de agosto de 1998. Montevidéu, 14/8/1998

Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos (PIC). Roterdã, Países Baixos, 10/9/1998

Acordo de Cooperação para a Promoção da Ciência e da Tecnologia Nucleares na América Latina e no Caribe (ARCAL). Viena, 25/9/1998

Décimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 27, entre Brasil e Venezuela. Montevidéu, 30/9/1998

Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 25, entre os Governos do Brasil e do Peru. Montevidéu, 30/9/1998

Décimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 27, entre os Governos do Brasil e da Venezuela. Montevidéu, 30/9/1998

Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação nº 10 (Protocolo de Adequação), entre os Governos do Brasil e da Colômbia, de 30 de Setembro de 1998. Montevidéu, 30/9/1998

Décimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação nº 11, entre Brasil e Equador, de 30 de Setembro de 1998. Montevidéu, 30/9/1998

Protocolo sobre o Texto Autêntico em Seis Idiomas da Convenção sobre Aviação Civil Internacional (Chicago, 1944). Montreal, 1/10/1998

Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre Mercosul e Chile. Montevidéu, 13/10/1998

Décimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre o Mercosul e o Chile. Montevidéu, 13/10/1998

Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre o Mercosul e o Chile. Montevidéu, 13/10/1998

Protocolo para Suspender a Aplicação de Salvaguardas Decorrentes do Acordo de 26 de fevereiro de 1976 entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha à Luz dos Dispositivos para a Aplicação de Salvaguardas comerciais. Viena, 16/10/1998

Ata Presidencial de Brasília, sobre Acordos Globais para a Paz entre o Equador e o Peru. Brasília, 26/10/1998

Instrumentos de Emenda à Convenção e à Constituição da União Internacional de Telecomunicações. Atos Finais da Conferência Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações (UIT), Mineápolis, 1998. Mineápolis, 6/11/1998

Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Montevidéu, 1/12/1998

Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (Regime Final de Adequação). Montevidéu, 1/12/1998

Regulamento 3 (Glossário Uniforme dos Serviços Portuários da Hidrovia Paraguai-Paraná) (Porto de Cáceres - Porto de Nueva Palmira), de 19/06/1996, entre Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, registrado em 03/12/98. Montevidéu, 3/12/1998

Regulamento 2 (Regulamento Único de Balizamento da Hidrovia Paraguai-Paraná) (Porto de Cáceres - Porto de Nueva Palmira), de 19/06/1996, entre Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, registrado em 03/12/98. Montevidéu, 3/12/1998

Regulamento 5 (Regulamento para a Determinação da Arqueação das Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná) (Porto de Cáceres - Porto de Nueva Palmira), de 19/06/96, entre Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, registrado em 03/12/98. Montevidéu, 3/12/1998

Regulamento 6 (Plano de Comunicações para a Segurança da Navegação da Hidrovia Paraguai-Paraná) (Porto de Cáceres - Porto de Nueva

Palmira), de 19/06/96, entre Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, registrado em 03/12/98. Montevidéu, 3/12/1998

Regulamento 7 (Regime Único de Dimensões Máximas dos Comboios da Hidrovia Paraguai-Paraná) (Porto de Cáceres - Porto de Nueva Palmira), de 19/06/96, entre Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, registrado em 03/12/98. Montevidéu, 3/12/1998

Regulamento 1 (Regulamento Único para o Transporte de Mercadorias sobre Coberta em Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná) (Porto de Cáceres - Porto de Nueva Palmira), de 19/06/1996, entre Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, registrado em 03/12/1998. Montevidéu, 3/12/1998

Regulamento 4 (Regulamento para Prevenir as Abordagens da Hidrovia Paraguai-Paraná) (Porto de Cáceres - Porto de Nueva Palmira), de 19/06/96, entre Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, registrado em 03/12/98. Montevidéu, 3/12/1998

Entendimento Multilateral sobre Veículos Automotores e Condutores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile. Rio de Janeiro, 8/12/1998

Proclamação do Rio de Janeiro, feita pelos Presidentes dos Países Associados em Comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro, 9/12/1998

Acordo de Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul. Rio de Janeiro, 10/12/1998

Anexo ao Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul, assinado em 7/12/96. Rio de Janeiro, 10/12/1998

Declaração Sociolaboral do Mercosul. Rio de Janeiro, 10/12/1998

Acordo de Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul e a República da Bolívia e a República do Chile. Rio de Janeiro, 10/12/1998

Protocolo de Harmonização de Normas em Matéria de Desenhos Industriais. Rio de Janeiro, 10/12/1998

Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Países do Mercosul. Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile. Rio de Janeiro, 10/12/1998

Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica. Caracas, 14/12/1998

Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica. Caracas, 14/12/1998

Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 21, Subscrito ao Amparo do Artigo 25 do Tratado de Montevidéu de 1980, entre Brasil e Cuba. Montevidéu, 22/12/1998

Vigésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 2, entre Brasil e Uruguai. Montevidéu, 23/12/1998

“Quatro anos de Real: uma economia transparente”

*Artigo do Senhor Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República, publicado no Jornal
Folha de São Paulo, 1º de julho de 1998*

Tenho convicção de que a população sabe que, no Brasil de hoje, os pobres não pagam mais a conta dos erros econômicos

Cada aniversário do Plano Real é também a comemoração do fim da era inflacionária. Há quatro anos, nos livramos da crise econômica crônica. Além de proporcionar a melhoria imediata do padrão de vida da maioria dos brasileiros, o Real acabou com todas as máscaras criadas pela inflação. Tivemos de aprender -consumidores, empresas e governo- a calcular riscos e a assumir responsabilidades em uma economia mais transparente.

Há exatos quatro anos, quando ainda me preparava para disputar a Presidência da República, os ferozes críticos do governo apostavam que a estabilidade da moeda não duraria mais do que quatro meses. Diziam que o plano só tinha objetivos eleitorais. A realidade falou por si mesma. Segundo todos os estudos, nesses quatro anos, nada menos do que 12 milhões de pessoas ultrapassaram a linha da pobreza absoluta, a mortalidade infantil caiu sensivelmente e 94% das crianças estão nas escolas.

A inclusão desses novos contingentes no mercado refletiu-se imediatamente na economia, primeiramente sobre o consumo de alimentos. Pesquisas patrocinadas por entidades privadas revelaram que, nesse período, o consumo de frango cresceu 40%, o de biscoito, 43% e o de iogurte, 86%. A compra de eletrodomésticos e bens duráveis também disparou: as fábricas e o comércio venderam 59% a mais de geladeiras, 263% a mais de fornos

de microondas e 260% a mais de carros populares. O consumo de cimento, indicativo de que as famílias passaram a ter alguma folga em seu orçamento para reformar ou construir suas casas, aumentou em 20%. Números impressionantes.

Com o incremento do consumo, a manutenção da estabilidade da moeda e a abertura gradual da economia, os preços começaram a baixar. Caíram os custos dos bens duráveis, do vestuário, dos transportes, dos imóveis e, agora, dos serviços. Nesse mesmo período, os salários cresceram, em média, 27%. Não podemos nos esquecer: em junho de 1994, antes do Real, a inflação bateu em 48%. Em maio de 1998, fechamos em 0,72%.

Mas, como estamos novamente às vésperas de eleições, os críticos de plantão investem novamente contra o Real. Apostam agora que o governo só espera as eleições para desvalorizar a moeda. E insistem em classificar o Real como “projeto conservador”. Para eles, a inflação deve ser, portanto, algo “progressista”. Com a oportunidade histórica, assegurada pelo Congresso, de ser o primeiro presidente do Brasil a ter seu mandato julgado pelo povo, preparo-me para disputar a reeleição. Tenho convicção de que a população sabe que o Brasil de 1998 é melhor do que o de 1994. Sabe que, no Brasil de hoje, os pobres não pagam mais a conta dos erros econômicos.

Nosso desafio, daqui para a frente, é conciliar a manutenção da estabilidade com taxas de crescimento suficientemente altas para propiciar melhores níveis de emprego e de bem-estar para a sociedade. A reestruturação do Estado e do sistema produtivo, determinada também pelo Real, viabiliza as condições para o Brasil voltar a crescer continuamente, sem deixar de administrar impactos

provocados pela conjuntura externa.

É preciso que se destaque: atravessamos duas grandes crises internacionais, sem que a moeda fosse abalada. Países da Ásia, que não adotaram salvaguardas, amargam hoje quedas em seu Produto Interno Bruto (PIB). Nós continuaremos a crescer em 1998. Elevamos os juros no final de 1997, para fazer frente aos sobressaltos das Bolsas, com a promessa de que baixariamos gradualmente as taxas neste ano para oxigenar o mercado. É o que temos feito, rigorosamente.

Por que o Real consegue ser vitorioso, mesmo em conjuntura externa adversa? Porque temos rumo, temos clareza de estratégia, temos um projeto maduro e consistente. Com o fim da ciranda inflacionária, tudo o que estava disfarçado mostrou a sua face. Fica impossível, tanto para o Estado quanto para o setor privado, esconder incompetências, gastos maiores do que receitas, falta de produtividade e competitividade. A economia atingiu um nível de transparência há muito esquecido, o que nos obriga a enfrentar nossos reais problemas e dificuldades.

Do lado do Estado, impõe-se o acerto com o passado. Os “esqueletos”, contas que estavam escondidas na fraude contábil da correção monetária, tiveram de ser encarados. Ficamos frente a frente com um déficit público cuja solução não pode ser mais adiada ou driblada pela inflação. A adequação do Estado a essa nova economia inclui, entre outras estratégias, a implementação de uma política de privatização.

Muito mais do que instrumento de fazer caixa, a curto prazo, para o governo, a privatização é um poderoso instrumento de reorganização do Estado e do setor produtivo. Permite que o Estado foque sua atuação em áreas decisivas para o desenvolvimento, como educação e saúde, e que a iniciativa privada retome seu papel de investidor. Essa retomada só é viável porque o Real abriu e tornou previsíveis os horizontes.

Nesse cenário, a abertura controlada do mercado funciona como injeção de dinamismo. Juntas, a estabilização, a privatização e a abertura da economia vêm permitindo ao governo lançar os

alicerces que sustentarão nosso crescimento. De 1993 a 1997, crescemos 22%, mais do que nos tempos do “milagre”. As transformações do Estado e do setor produtivo estão mudando a cara do capitalismo brasileiro.

Finalmente, depois de anos de crises consecutivas em nossas contas externas, o Brasil começa a acompanhar as inovações tecnológicas, comerciais e financeiras que vêm mudando a dinâmica internacional. O isolamento, ao contrário do que pensam alguns, não é solução. Isolados, estávamos estagnados e em meio a violento processo inflacionário. Isolados, tínhamos fuga de capital e crise do balanço de pagamentos.

Não é o retorno ao protecionismo, mas o aprofundamento dos processos de reestruturação do Estado e do sistema produtivo que irá garantir o crescimento a taxas mais elevadas. Isso reduzirá nossas necessidades de financiamento internacional e não só aumentará nossa capacidade exportadora como diminuirá a necessidade de importações. Até nessa área, considerada mais sensível, obtivemos bons resultados: as exportações atingiram US\$ 54,1 bilhões nos 12 meses fechados em maio, 11,3% acima do registrado no período anterior.

A seriedade com que administramos a economia no ano passado nos permitirá agora executar nosso Orçamento de 1998 com relativa tranquilidade. Temos recursos para investir em habitação, saúde, educação, geração de empregos e em obras fundamentais para o progresso de todas as regiões brasileiras. Faremos isso porque podemos fazer, sem colocar em risco nosso equilíbrio orçamentário, sem permitir que demandas políticas falem mais alto do que os interesses do país.

Nossa tarefa daqui para a frente é consolidar cada vez mais o Real. Seu sucesso garantirá trabalho e salário para todos. Sem a angústia e a dificuldade diária para garantir a sobrevivência em tempos de inflação alta, a população pode se dedicar às suas demandas de cidadania: educação, saúde, habitação, segurança, reforma agrária.

Mas, apesar de todos os avanços nesses

quatro anos, ainda há muito a fazer para modernizar o Estado, oferecer serviços públicos de qualidade e erradicar a miséria. Tenho certeza de que sociedade e governo estão prontos para continuar essa parceria.

“O Itamaraty e os exportadores”

Artigo do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no Jornal O Estado de Minas. Minas Gerais, 30 de julho de 1998

Luiz Felipe Lampreia

O Arquivo Histórico do Itamaraty contém inúmeras preciosidades. Afinal são 190 anos, desde que D. João VI criou, em 11 de março de 1808, a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Existe lá um primoroso catálogo da Exposição de São Petersburgo sobre o Café Brasileiro, realizada em 1884 e presidida pelo delegado Imperial José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

O patrono da diplomacia brasileira já reconhecia e validava o papel da Chancelaria no apoio aos comerciantes e utilizava um dos instrumentos mais característicos da promoção comercial: a mostra de produtos e serviços no exterior. A propósito, o catálogo lista cerca de mil expositores, certamente vários mineiros, apresentando aos russos todos os tipos de “blends” do café brasileiro.

Mais recentemente, no começo da década de 70, um mineiro encarregou-se de modernizar a estrutura do Itamaraty para apoio ao exportador brasileiro. Paulo Tarso Flecha de Lima atual embaixador em Washington, concebeu e implantou o chamado Sistema de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores, e o tornou ferramenta conhecida e utilizada, desde então, por parte significativa do empresariado exportador brasileiro.

A exposição crescente da economia brasileira à competição internacional, marca dos anos 90, revelou, entretanto, a necessidade de uma profunda reestruturação do sistema, para recuperar sua eficácia, conferir-lhe mais agilidade e aumentar ainda

mais a interação com o setor privado.

Dentro da melhor tradição de sempre renovar-se, o Itamaraty montou um novo modelo de gestão para a promoção comercial, cuja face mais visível é a Brazil Trade Net, um sistema interativo pela Internet, lançado ao público no dia 10 de abril deste ano.

O novo sistema tem como espinha dorsal a função “informação e inteligência comercial” e seu objetivo é proporcionar aos exportadores, efetivos e potenciais, o acesso ao maior número possível de oportunidades de negócios e investimentos e a dados sobre os mercados externos que permitam encontrar a melhor estratégia para colocação dos seus produtos e serviços.

As informações vão desde o conhecimento da estrutura tarifária, identificação de potenciais concorrentes (volume exportado, preço praticado, condições de acesso), inventário de normas técnicas e fitossanitárias até à busca de informações sobre procedimentos aduaneiros existentes, aplicáveis as nossas exportações.

Enquadrado perfeitamente na meta, assumida conjuntamente pelo setor privado e pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, de elevar as exportações ao patamar de US\$ 100 bilhões em 2002, o novo modelo confere mais eficácia aos serviços tradicionais que o Itamaraty, por intermédio do seu Departamento de Promoção Comercial (DPR) oferece ao exportador: organização de missões empresariais ao exterior, feiras e exposições, rodadas de negócios, mostras de catálogos, missões de importadores ao Brasil, além de seminários de captação de investimentos e formação de parcerias comerciais.

O DPR funciona como núcleo do sistema, que inclui 52 setores de promoção comercial (Secom) nas embaixadas e consulados-gerais do Brasil em 48 países. Atento às diretrizes da Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República, o DPR opera em sintonia com as demais entidades públicas e privadas que atuam no setor, especialmente a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do

MICT, e a Agência de Promoção das Exportações (APEX), recentemente criada pelo governo no âmbito do Sebrae.

As diretrizes são claras: expandir as exportações, diversificar ainda mais os mercados, ampliar a pauta exportadora com produtos de maior valor agregado, aumentar o número de empresas exportadoras, principalmente com a incorporação das pequenas e médias, mais e mais espalhadas por todo o território nacional.

Para tanto, o Itamaraty participa ativamente das ações de capacitação e mobilização do empresariado, seja com a SECEX/MICT, seja com o Sebrae, particularmente através dos núcleos de promoção comercial, dos nossos escritórios no Norte e no Nordeste.

Em Minas, estamos inseridos no esforço que o governo e as lideranças empresariais, com destaque para a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), vem desenvolvendo para despertar e consolidar a cultura de comércio exterior nos principais pólos produtivos do Estado.

Afinal, a participação de Minas Gerais no crescimento da corrente de comércio e, principalmente, das exportações brasileiras tem estado e deve naturalmente mater-se proporcionalmente acima do volume que sua economia representa para a economia nacional. Este é um dos exemplos importantes que os mineiros oferecem ao resto da Nação.

“Brasil busca armas contra os EUA”

*Artigo do Senhor Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das Relações Exteriores,
publicado no Jornal O Globo, 10 de agosto de
1998.*

Economia

BRASÍLIA O Governo brasileiro está buscando a melhor forma para pôr fim às barreiras impostas pelos Estados Unidos a produtos siderúrgicos nacionais e deverá ter aliados de peso na empreitada. Segundo o ministro das Relações Exteriores, o embaixador Luiz Felipe Lampreia, o

Brasil e a União Européia podem entrar em conjunto com uma queixa formal na Organização Mundial do Comércio (OMC), contra os EUA, nos próximos meses.

- As empresas brasileiras e européias têm sido as grandes vítimas das barreiras impostas pelos Estados Unidos - diz Lampreia.

O Governo dos EUA se queixa dos incentivos às exportações brasileiras - como a isenção do ICMS e a restituição de tributos - que deixam os produtos mais baratos que no mercado interno. Por causa desses benefícios, a indústria nacional passou a ser acusada de dumping (preços abaixo do custo de produção) e os EUA resolveram retaliar, impondo barreiras para produtos como o aço. Países da União Européia enfrentam problemas semelhantes e, havendo coincidência nas restrições impostas, o bloco europeu e o Brasil poderão se aliar na briga junto à OMC.

Como a lista de produtos siderúrgicos que tem restrições para entrar no mercado americano é extensa, o Brasil analisa ainda ações específicas, para cada um dos casos. A esperança do embaixador é que mudanças na legislação americana, previstas para acontecerem este mês, melhorem um pouco o quadro de restrições.

Enquanto no hemisfério Norte sérias restrições precisam ser removidas, no Cone Sul alguns ajustes são necessários para azeitarem as relações comerciais brasileiras. É o caso da falta de consenso entre Brasil e Argentina em torno do açúcar e do regime automotivo comum. O embaixador Lampreia garante que a questão não afetará o cronograma de reduções tarifárias do Mercosul, que terá sua última rodada em 01 de janeiro de 1999. Diversos produtos passarão a ter tarifa zero, exceto aqueles que se encontram nas listas de exceção e de adequação, como o açúcar e os automóveis.

- No que diz respeito ao regime automobilístico e ao açúcar, houve um progresso substancial e a identificação de pontos de divergência - disse o ministro.

Os argentinos querem um índice de

nacionalização (parcela do carro composta exclusivamente por peças nacionais) proporcional ao que for estabelecido no Mercosul. Também querem ser compensados pelos incentivos fiscais concedidos pelos governos estaduais, como o Paraná e o Rio Grande do Sul. Quanto ao açúcar, a Argentina não quer reduzir a tarifa de importação do produto, alegando que a indústria açucareira brasileira é subsidiada pelo Proálcool (Programa Nacional do Álcool).

O ministro informou que os dois países farão um estudo comparativo detalhado sobre os incentivos federal, estaduais e municipais para atrair as indústrias automobilísticas. Em seguida, seria possível adotar mecanismos regulatórios e de compensação, de modo que um benefício fiscal num estado possa ser compensado com incentivos a outro setor.

- Poderia ser firmado um acordo contendo regras na linha das que já existem na OMC. Não podemos intervir nos incentivos estaduais por causa da autonomia garantida pela Constituição, mas é possível dar um tratamento diferenciado, com direitos compensatórios - explicou.

O ministro não acha que o Brasil será o principal afetado pela crise no Japão entre os chamados países emergentes. Segundo ele, enquanto os grandes conglomerados japoneses foram capazes de operar com eficácia, em termos mundiais, desde a década de 70, o mesmo não aconteceu na economia japonesa.

Ele citou como exemplo o excessivo controle da agricultura daquele país, a seu ver bastante subsidiada e regulada, especialmente a importação.

- De certo modo, essa crise está colocando em evidência que o Japão é um país que constitui uma exceção nessa rede internacional e está pagando o preço disso. Acho que falta auto-confiança e confiança no sistema - comentou.

Lampreia acredita que, com a entrada do novo primeiro-ministro do Japão, Keizo Obuchi, que ele chama de "homem de grande força política", serão tomadas as medidas necessárias para equilibrar a economia japonesa.

"A Cúpula do MERCOSUL no Rio de Janeiro."
Artigo do Senhor Sebastião do Rego Barros Secretário-Geral das Relações Exteriores, publicado O Globo, O Estado de São Paulo, Zero Hora e A Tarde (Salvador), 9 de dezembro de 1998

A Cúpula do MERCOSUL (com a participação dos Presidentes da Bolívia e do Chile), no Rio de Janeiro, nos dias 9 e 10 de dezembro, coincidirá com momento de intenso debate sobre os rumos da integração sub-regional.

O Brasil tem sido alvo de fortes reclamações de seus parceiros, em razão de diferentes alegações: "trabas" (barreiras) a importações; subsídios às exportações; incentivos e isenções fiscais para investimentos estrangeiros. No Brasil, por outro lado, há crescente insatisfação em relação aos déficits comerciais recentes com o MERCOSUL, bem como com a multiplicação de medidas de defesa comercial (anti-dumping) contra nossas exportações.

Justifica-se, assim, um esforço de reflexão sobre o caminho já percorrido, e sobre as perspectivas do MERCOSUL.

O Tratado de Assunção (1991) tem como objetivo central a constituição de um Mercado Comum. Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai já deram passos decisivos nessa direção.

O término iminente do Regime de Adequação (em 31/12/98 para produtos brasileiros e argentinos, e um ano mais tarde para Paraguai e Uruguai) virtualmente completará a implementação da Zona de Livre Comércio. Os entendimentos sobre o comércio de automóveis estão em fase avançada. Seguiremos trabalhando nas negociações ainda em aberto (açúcar, defesa comercial intra-zona, trâmites de fronteira e, ainda, proteção do consumidor).

A União Aduaneira continuará a ser aperfeiçoada ao longo dos próximos anos. Estão em vigor os cronogramas de convergência para as listas de exceções nacionais, bens de capital, informática e telecomunicações. Continuam as negociações sobre os setores ainda excluídos de tratamento comum

(automobilístico e açucareiro). A União Aduaneira do MERCOSUL negociou acordos de livre comércio com o Chile e a Bolívia, e estão em curso negociações no mesmo sentido com a Comunidade Andina. Da mesma forma, os países do MERCOSUL têm conduzido em conjunto as negociações visando a acordos de comércio no Hemisfério (ALCA) e com a União Européia.

Já estão sendo tratados, também, temas característicos da agenda de um Mercado Comum. Em dezembro de 1997, foi assinado o Protocolo sobre Comércio de Serviços, que prevê a criação de uma “zona de livre comércio” em prazo de dez anos. Estão em curso negociações para abertura do setor de compras governamentais.

A expansão do comércio tem acompanhado o dinamismo das negociações governamentais. As trocas intra-zona passaram de US\$ 5,1 bilhões em 1991 para mais de US\$ 20 bilhões em 1997.

Com a Argentina, o Brasil teve um déficit comercial de pouco mais de US\$ 4,5 bilhões no triênio 95/97. À primeira vista, tais números poderiam levar a conclusões apressadas. É necessário, contudo, manter a perspectiva do conjunto. O comportamento das correntes de comércio é cíclico — no triênio 1992/94, o Brasil havia tido superávit de pouco mais de US\$ 2,7 bilhões. O déficit do triênio 95/97 deve-se em boa medida a importações de trigo e petróleo. Por fim, desde 1995, o Brasil passou a ter, por motivos diferentes (taxa de câmbio; expansão da demanda interna; efeitos da abertura comercial), déficits com todos os seus principais parceiros, e não apenas com o MERCOSUL — no caso dos Estados Unidos, por exemplo, cerca de US\$ 9,4 bilhões no triênio 95/97.

O MERCOSUL baseia-se na busca de um equilíbrio de vantagens. O agrupamento já é o principal mercado para as exportações brasileiras de manufaturados (28% do total, em 1997, enquanto os Estados Unidos, o segundo mercado, absorveram 21%). Por outro lado, o Brasil absorve hoje cerca de 1/3 das exportações argentinas. Ao longo dos

anos 90 — beneficiada por acordos bilaterais com o Brasil — a Argentina quadruplicou sua produção de automóveis, mais da metade da qual dirige-se hoje a nosso mercado.

Como é normal em qualquer relacionamento que envolva trocas comerciais expressivas e diversificadas, a agenda do MERCOSUL é marcada, periodicamente, por fricções. Esses desdobramentos devem ser vistos em sua dimensão real. É útil recordar as freqüentes notícias sobre “guerras comerciais” dos Estados Unidos com seus principais parceiros, ou dentro da própria União Européia (em 1995/96, a França fez pesadas reclamações contra exportações italianas favorecidas por desvalorizações da lira).

Desde a assinatura do Tratado de Assunção, houve momentos recorrentes em que ganharam força as análises que enfatizam as dificuldades do processo, em detrimento da visão de conjunto. Os resultados do MERCOSUL têm-se encarregado de corrigir essas análises. O compromisso político do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai com o MERCOSUL é a garantia mais importante de que a integração é uma realidade irreversível, com efeitos positivos para seus quatro membros.

Durante o semestre de presidência brasileira do MERCOSUL, que se encerra na Cúpula do Rio de Janeiro, os diversos foros negociadores alcançaram, em muitos casos, resultados significativos. Destaque-se, em particular, a elaboração da Carta Sócio-Laboral, que esperamos ver aprovada na Cúpula. Esse documento consagra direitos trabalhistas reconhecidos em convenções internacionais, e institui mecanismo de acompanhamento e controle de sua aplicação. O MERCOSUL dota-se, assim, de uma dimensão social e trabalhista, indispensável ao processo de construção de um Mercado Comum.

Estão lançadas, em suma, as bases para a construção gradual do Mercado Comum, em ritmo que atenda às conveniências dos quatro parceiros.

Ao longo do processo, foi-se constituindo uma dimensão política crescente do MERCOSUL,

da qual participam integralmente a Bolívia e o Chile: coordenação de políticas externas; cooperação em matéria de segurança internacional; cooperação em matéria judiciária e de segurança interna ou, ainda, em educação. Sobressai, em especial, a relevância do Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático (1998). O MERCOSUL tornou-se garantia da consolidação dos regimes democráticos em nossa sub-região. Esse “enriquecimento” da

agenda é exemplo vivo do dinamismo e da força política da idéia da integração.

O Tratado de Maastricht (1992), que instituiu a União Européia, explicita o compromisso de que os países membros buscam uma “união sempre mais estreita”. Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai compartilham esse mesmo objetivo para o sul de nosso continente.

ENTREVISTA

Entrevista do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, ao jornal Correio Braziliense - "Área de livre comércio das américas está em banho-maria". Brasília, 9 de agosto de 1998

Ministro das Relações Exteriores diz em entrevista ao Correio que a criação da Alca, a Área de Livre Comércio das Américas, anda em banho-maria por culpa das restrições de mercado impostas por lobistas americanos.

Não é nada fácil ser ministro das Relações Exteriores em tempos de globalização. Os países desenvolvidos defendem a abertura das economias, mas relutam em praticá-la quando contraria seus interesses. Nesta entrevista exclusiva, concedida sexta-feira em seu gabinete do Itamaraty, o chanceler Luiz Felipe Lampreia mostrou a cautela e a discrição acumuladas em trinta anos de carreira diplomática. Mesmo assim, criticou o protecionismo dos Estados Unidos e da União Européia. O Brasil perde interesse no projeto de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), segundo ele, diante das reações negativas dos norte-americanos, que querem proteger seu mercado. Às vésperas de viajar ao Equador, ele revela estar preocupado com o processo de paz entre peruanos e equatorianos, que tentam pôr fim ao conflito fronteiriço. Depois de Quito, Lampreia vai ao Rio para conversar com o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos. O país africano está à beira da guerra civil novamente. Os rumores sobre o futuro do ministro se sucedem. Mas ele nega disputar a vaga de diretor-geral da Organização Mundial de Comércio ou de embaixador em Washington. "Se o presidente for reeleito e quiser que eu continue, eu continuo", disse ele.

Correio - O senhor e o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima têm criticado o protecionismo dos Estados Unidos. É possível fazer alguma coisa contra esse protecionismo?

Lampreia - É possível sim, e temos feito. Mas é um exercício frustrante, como disse o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. Há um elemento governamental nesse protecionismo, mas há um certo tecido de decisões e mecanismos judiciários, zonas cinzentas e arbítrios e há também a força dos lobbies e a presença no Congresso norte-americano de vozes protecionistas muito ativas. Recentemente, quando o governo americano solicitou oficialmente no diário oficial uma reação dos setores produtivos americanos à constituição da Alca, houve uma enxurrada de argumentos protecionistas. Isso evidentemente preocupa, porque são instrumentos poderosos que têm efeito sobre o Congresso e sobre o Executivo. Mas também há margem para negociar. Sabemos que o governo americano, na medida do possível, também tem interesse em resolver as questões. Alguns resultados temos obtido. Por exemplo, o Brasil saiu da lista de observação dos países acusados de protecionismo.

Correio - A evolução da relação política que o Brasil tem com os Estados Unidos então não se reflete na evolução do comércio?

Lampreia - A relação comercial, de certo modo, se move num plano diferente com os Estados Unidos. Por exemplo, os EUA têm com o Japão uma aliança militar e diplomática do mais alto nível de comprometimento desde a Segunda Guerra Mundial, e, no entanto, têm terríveis conflitos na área comercial. De maneira que esses conflitos não são políticos e não podem ser sempre administráveis politicamente.

Às vezes, há situações de conflitos de interesses que acabam desaguando em instâncias arbitrais. Por isso, criamos na Organização Mundial do Comércio (OMC) um mecanismo vinculante obrigatório para a solução de controvérsias. Isso é uma das grandes coisas da OMC, porque permite que quando não for possível resolver politicamente um atrito, se faça um processo e o resultado desse processo seja obrigatório.

Correio - Então a constituição da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) está cada vez mais distante?

Lampreia - Acho que sim. Em primeiro lugar, a negociação ainda não esquentou. Nós colocamos em marcha a estrutura da negociação, mas o começo está sendo necessariamente lento. Eu diria que a Alca está em banho-maria e vai ficar em banho-maria durante algum tempo. Inclusive, como disse antes, pelas reações negativas do setor privado americano. Os lobbies já foram muito agressivos em sua postura contrária a qualquer concessão. Evidentemente, por os americanos serem desfavoráveis em questões de maior acesso de produtos brasileiros ao mercado dos EUA, a Alca perde muito interesse para nós.

Correio - E a aproximação entre o Mercosul (bloco econômico do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e a União Européia?

Lampreia - No caso da União Européia também vão se levantando algumas lanças. Tivemos a postura francesa muito agressiva contra a inclusão de produtos agrícolas na pauta de negociações entre a UE e o Mercosul. Evidentemente, dissemos que não podemos aceitar a exclusão de produtos agrícolas na pauta de negociação. Mas tenho certeza que há outros países na própria União Européia e uma série de outros setores na própria França que têm muito interesse em chegar a um acordo de comércio conosco. Estamos apenas iniciando uma negociação que vai durar vários anos e será complexa. Portanto, temos de ser flexíveis.

Correio - Como o senhor vê o Mercosul hoje?

Lampreia - No comércio de mercadorias,

que é a parte que já está montada, o Mercosul tem tido um sucesso espetacular. O crescimento das exportações brasileiras para os três países do Mercosul é da ordem de 300% em seis anos de vigor.

Correio - Qual é o principal objetivo do Brasil para o Mercosul neste semestre, já que o País exerce até dezembro a presidência temporária do bloco?

Lampreia - Em primeiro lugar, queremos conseguir um acordo final sobre o regime automotivo. Os automóveis e o açúcar são as únicas exceções do Mercosul em comércio. Até 31 de dezembro, haverá 13 mil produtos da pauta comercial entre o Brasil e a Argentina que serão absolutamente livres de pagar imposto de importação. O comércio vai aumentar mais ainda.

Correio - A criação de uma moeda única do Mercosul está descartada?

Lampreia - Acho que a curto prazo não há condições objetivas para criar a moeda única. Mas ela virá no seu tempo. Acho que a moeda única é um importante símbolo e referência. Nós interpretamos que o presidente Menem, ao propor a moeda, vê nela, antes de mais nada, uma espécie de meta última. Nisso estamos de acordo. É importante lidar no Mercosul com esses símbolos: moeda, passaporte, democracia, zona de paz.

Correio - O Brasil é o coordenador dos países mediadores no conflito de fronteira entre Peru e Equador, que já provocou três guerras entre aqueles dois países. Como está o processo de paz?

Lampreia - Está complicado. Estamos muito preocupados com o fato que se estejam produzindo escaramuças militares na fronteira e preocupados com a repercussão na imprensa dessas questões. Por isso, estamos trabalhando cotidianamente com Peru e Equador, instando-os à moderação e à flexibilidade. Seria péssimo para os dois países que houvesse um retrocesso no processo de paz. Também faria mal para toda a região, porque certamente atingiria a nossa imagem de zona de paz e de segurança. Amanhã (ontem) irei a Quito para representar o governo brasileiro na cerimônia de posse (amanhã)

do presidente eleito. Já tenho entrevistas marcadas com o presidente que sai, o eleito e o ministro de Relações Exteriores. Faremos o possível para que nos próximos dias se chegue a um acordo de paz definitivo. Estamos muito próximos de uma solução e não podemos correr o risco de perder essa oportunidade histórica.

Correio - E os incidentes militares que parecem ter ocorrido na fronteira entre Peru e Equador ?

Lampreia - Acho que isso faz parte, porque estamos próximos do fim. São historicamente questões de paixão nacional para peruanos e equatorianos. Eu creio que é inevitável que haja emoção e dificuldades. Mas tenho a confiança de que vamos ser capazes de superar as circunstâncias.

Correio - Como está sendo a intermediação do grupo de contato criado pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) para pôr fim à guerra na Guiné-Bissau?

Lampreia - Está caminhando razoavelmente bem. Temos tido uma presença permanente lá e acho que as duas partes do conflito estão começando a dar sinais de que há uma suspensão das hostilidades. Confio que a CPLP possa desempenhar esse papel produtivo no grupo de contato e promover a paz.

Correio - A opinião pública de Portugal reclama do desinteresse do Brasil na CPLP e na crise da Guiné-Bissau...

Lampreia - Mas o Brasil está muito presente lá. Já dissemos, inclusive, que estamos cogitando de mandar para lá observadores.

Correio - Como o senhor vê a situação de Angola, que parece estar à beira da guerra civil novamente?

Lampreia - Estamos acompanhando Angola com muita preocupação. Seria lamentável que se rompesse o processo de paz. Com os acordos de Lusaca, a Unita (grupo rebelde comandado por Jonas Savimbi) tem tido uma atitude provocativa, ao voltar atrás numa série de etapas. Isso tem levado o Conselho de Segurança das Nações Unidas a uma

atitude muito severa. O presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, está no Brasil agora. Vou pedir alguma hora para visitá-lo no Rio de Janeiro. Ele também terá um contato telefônico com o presidente Fernando Henrique.

Correio - O senhor ainda vai viajar a Angola no dia 17, conforme o programado?

Lampreia - Não. Eu recebi uma nota de Angola. O ministro Venâncio Moura está doente.

Correio - Como o senhor definiria a política externa brasileira do governo Fernando Henrique?

Lampreia - Não gosto muito de rótulos. O que acho muito importante é que a política externa esteja, em primeiro lugar, profundamente ancorada nos interesses do Brasil e, em segundo lugar, que seja um instrumento estratégico para fomentar o desenvolvimento econômico do país.

Correio - O senhor é candidato à presidência da Organização Mundial do Comércio?

Lampreia - Não, definitivamente não. Já comuniquei que não sou candidato. Não seria possível ser ministro e fazer campanha para essa função.

Correio - O senhor continua chanceler ou vai para a embaixada em Washington?

Lampreia - Se o presidente Fernando Henrique for reeleito e quiser que eu continue, eu continuo. Mas não serei embaixador. Já fui embaixador três vezes.

Diplomacia

- “A postura francesa contra a inclusão de produtos agrícolas na pauta de negociações entre a União Européia e o Mercosul foi muito agressiva. Não podemos aceitar a exclusão dos produtos agrícolas”

- “Estamos acompanhando Angola com muita preocupação. Seria lamentável que se rompesse o processo de paz. O presidente angolano está no Brasil agora. Vou pedir alguma hora para visitá-lo no Rio”

- “O Mercosul tem tido um sucesso espetacular na parte que já está montada, o comércio de mercadorias. O crescimento das exportações

brasileiras para os três países do Mercosul é da ordem de 300% em seis anos”

- “A curto prazo não há condições objetivas

para criar a moeda única. Mas ela virá no seu tempo. É importante lidar no Mercosul com esses símbolos: moeda, passaporte, democracia, zona de paz”

ÍNDICE REMISSIVO

A

África do Sul 39, 40
ALCA 116, 119, 120
Argentina
15, 25, 33, 37, 53, 57, 58, 88, 107,
108, 109, 114, 115, 116, 117, 120
Armas Nucleares 25, 54, 57
Assembléia-Geral 61, 62

C

Caribe 61, 62, 88, 107
Congresso
8, 12, 25, 42, 54, 57, 58, 66, 71, 73,
74, 76, 96, 101, 103, 104, 105, 111, 119
Crescimento Econômico 23, 27, 84, 94, 95
CPLP 29, 30, 31, 121

D

Declaração de Paz 83
Direitos Humanos
20, 24, 25, 30, 41, 42, 58, 61, 84,
95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 109

E

Economia
9, 12, 27, 45, 47, 55, 56, 57, 59, 61,
63, 65, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 79, 80,
94, 104, 111, 112, 113, 114, 115
Educação
7, 9, 10, 11, 16, 29, 31, 33, 34, 35,
36, 37, 42, 47, 59, 95, 104, 105, 112, 117
Eleições 63, 69, 70, 78, 111

Equador 20, 58, 83, 84, 85, 108, 119, 120
Estados Unidos
9, 16, 58, 70, 114, 116, 119
Exportação 11, 46, 47

I

Ibama 15, 16, 17
Incêndios 15, 16, 17

L

Logomarca dos 500 anos 49, 50

M

Mercosul
10, 46, 58, 59, 77, 88, 94, 97, 107, 108,
109, 114, 116, 120
Minas Gerais 113, 114
Ministério Público 91

O

OEA 33, 83
ONU 8, 23, 25, 41, 57, 76

P

Países Baixos 93, 94, 107
Paraguai
77, 78, 99, 107, 108, 109, 115, 116, 117, 120
Peru 20, 58, 83, 84, 85, 107, 108, 120

Q

Queimadas 17

R**Reforma Agrária**

9, 27, 28, 41, 42, 75, 76, 104, 105, 112
Real, Plano 7, 50, 111

S

São Paulo 10, 46, 111, 115

T

TNP 53, 54, 57

U**Uruguai**

55, 99, 107, 108, 109, 115, 116, 117, 120

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 83, 2º semestre de 1998

Ano 25

Capa

Editoração eletrônica e projeto gráfico

Formato

Mancha

Tipologia

Papel

Número de páginas

Tiragem

Impressão / Acabamento

Hilton Ferreira da Silva

Hilton Ferreira da Silva / Diego Lins dos Santos

20 x 26 cm

15,5 x 21,5 cm

Times New Roman 12 x 18 (textos);

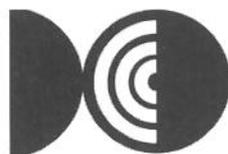
Times New Roman 26 x 31,2 (títulos e subtítulos)

Supremo 250 g/m², plastificação fosca (capa),
e 75 g/m² (miolo)

126

500 exemplares

Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação

